



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 149 QUARTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
 Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
 Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4º SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
 2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
 3º Elmano Férrer (PTB-PI)
 4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedetto Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p>Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 165ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 22 DE SETEMBRO DE 2015	006
1.1 – ABERTURA.....	006
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	006
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	008
1.2.1.1 – Requerimentos	
Nº 1.084/2015, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de informações ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União	008
Nº 1.085/2015, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil	010
Nº 1.086/2015, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de informações ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.....	013
Nº 1.087/2015, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário	016
Nº 1.088/2015, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário	019
Nº 1.089/2015, de iniciativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	022
Nº 1.090/2015, de autoria do Senador Paulo Bauer, de voto de aplauso e congratulações pelo Dia do Contador.....	024
Nº 1.091/2015, de autoria do Senador Hélio José, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387/2014.....	026
Nº 1.092/2015, de autoria do Senador José Medeiros, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 598/2015....	030
1.2.1.2 – Término de prazo	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 224/2012.....	030
1.2.1.3 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 626/2015-Complementar, de autoria do Senador Zeze Perrela, que <i>altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito e cheque especial.....</i>	031
Nº 627/2015, de autoria do Senador José Medeiros, que <i>acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural.....</i>	034
Nº 628/2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, que <i>altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para tornar obrigatória a publicação de informações discriminadas dos gastos previdenciários com benefícios para os segurados do regime especial e os do Regime Geral da Previdência Social</i>	037
Nº 629/2015, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que <i>altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, para incluir obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC)</i>	040
Nº 630/2015, de autoria do Senador Paulo Rocha e outros Senadores, que <i>concede anistia a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS que participaram de movimento grevista dentro dos meses de junho e julho de 2009 e dá outras providências.....</i>	043
1.2.1.4 – Comunicações	
Da Senadora Fátima Bezerra, que justifica a não participação de S. Exª em missão a ser realizada no período de 23 a 26 do corrente (Memorando nº 29/2015).....	048
Do Senador Renan Calheiros, de cancelamento de missão a ser realizada no período de 16 a 30 do corrente (Memorando nº 571/2015).....	049
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (Ofício nº 177/2015). <i>Designação do Senador Cássio Cunha Lima, como titular, para compor a referida Comissão.....</i>	050

1.2.1.5 – Pareceres

Nºs 759 e 760/2015, das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 552/2013..... 051

1.2.1.6 – Inclusão em Ordem do dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Lei do Senado nº 552/2013 a fim de ser declarado prejudicado..... 059

1.2.2 – Oradores

SENADOR PAULO PAIM – Necessidade do encontro de uma alternativa para a superação das dificuldades relativas à realização de procedimentos médicos de alta complexidade no País; e outros assuntos. 060

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Preocupação com a possível não participação do País na reunião anual do Conselho da Organização Internacional do Café por inadimplência com a organização supranacional..... 065

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Críticas ao programa de governo de grupos que articulam o impedimento da Presidente da República. 068

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA, como Líder – Proposta de aprimoramento das entidades integrantes do Sistema S.... 072

SENADOR LASIER MARTINS – Defesa de proposições que visam aprimorar o sistema político-eleitoral e prisional do País..... 073

SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Apelo à Presidente da República para que vete projeto de lei no que tange à permissão da doação empresarial a candidaturas partidárias..... 075

SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO, como Líder – Alegria pela apresentação de esboço da Base Nacional Comum Curricular pelo Ministério da Educação; e outro assunto..... 078

SENADORA ÂNGELA PORTELA – Satisfação com a aprovação, no Senado Federal, da PEC que insere a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e outro assunto. 079

SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Registro de problemas nas áreas de saúde e segurança pública no Estado de Sergipe. 080

SENADOR PAULO PAIM – Defesa da valorização dos auditores fiscais da Receita Federal; e outros assuntos. 082

SENADORA ANA AMÉLIA – Preocupação com as manifestações no Rio Grande do Sul motivadas pelo aumento da carga tributária via ICMS. 084

SENADOR TELMÁRIO MOTA, como Líder – Solidariedade aos integrantes dos movimentos sociais de Roraima, os quais teriam sido recepcionados de forma truculenta na Assembleia Legislativa do estado. 088

SENADOR WALTER PINHEIRO – Destaque à necessidade de investimentos em matrizes energéticas alternativas, como a energia eólica e a solar. 089

SENADOR OTTO ALENCAR – Alerta para a necessidade de revitalização dos afluentes e das nascentes do rio São Francisco; e outro assunto. 091

SENADOR BLAIRO MAGGI, como Líder – Defesa da manutenção, por parte do Congresso Nacional, de vetos a projetos de lei para impedir o aumento do déficit nas contas públicas; e outro assunto. 095

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Manifestação a favor da recomposição dos salários dos servidores do Judiciário; e outro assunto. 097

SENADOR JORGE VIANA – Preocupação com os serviços de telecomunicações e aeroportuário prestados na região Norte; e outro assunto. 098

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Item 6 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 83/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente. Transcorrida a quarta sessão de discussão em primeiro turno*..... 104

1.3.2 – Item extrapauta (incluso na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 52/2015 (nº 278/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro. **Aprovada, após Parecer nº 761/2015-CRE** (votação nominal)..... 105

1.3.3 – Item extrapauta (incluso na pauta com aquiescência do Plenário)

Mensagem nº 49/2015 (nº 275/2015, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul. **Aprovada, após Parecer nº 762/2015-CRE** (votação nominal)..... 108

1.3.4 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 714/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/75/2015 (nº 406/2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado** (votação nominal) 112

1.3.5 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 713/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/77/2015 (nº 406/2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. BRUNO RONCHETTI DE CASTRO para compor o Conselho Nacional de Justiça. **Aprovado** (votação nominal) .. 115

1.3.6 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer nº 726/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/76/2015 (nº 407/2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. **Aprovado** (votação nominal) 118

1.3.7 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.070/2015, de autoria do Senador Vicentinho Alves, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399/2014; 2 e 330/2015. **Aprovado** 122

1.4 – ENCERRAMENTO 122

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 122**3 – DOCUMENTOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO****3.1 – CONVÊNIO**

Nº 12/2015 (Termo Aditivo), entre o Senado Federal e o Banco BMG S/A..... 123

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL..... 125

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL 128

6 – LIDERANÇAS 129

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 131

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 149

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 159

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 207

CONGRESSO NACIONAL

11 – COMISSÕES MISTAS 230

12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 242

Ata da 165ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 22 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, das Sras. Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Fátima Bezerra, dos Srs. Paulo Paim, Walter Pinheiro e Otto Alencar..

(Inicia-se a sessão às 13 horas e 59 minutos e encerra-se às 18 horas e 56 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO



Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

165ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 22/09/2015 07:00:00 até 22/09/2015 21:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	
PT	MS	Delcídio do Amaral	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PSD	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PPS	MT	José Medeiros	X	

PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X	
-	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
PDT	DF	Reguffé	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Morais	X	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 72 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Donizeti Nogueira

A MESA
para decisão
EM 22/09/2015

J. Viana

Novo 3/9/2015



Página: 1/1 31/07/2015 11:10:15

REQUERIMENTO Nº 1084, DE 2015

(REQUERIMENTO Nº 57 DE 2015 - CRA)

da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, as seguintes informações:

- Fornecimento dos relatórios de atividades controle e avaliação de execução/gestão de ações relacionadas à implantação da PNATER no período 2010 a 2015.
- Relação de procedimentos e itens fiscalizados/avaliados pela CGU relativos às atividades de execução/gestão de ações relacionadas à implantação da PNATER no período 2010 a 2015.

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas são fundamentais para a realização da avaliação da execução das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e que foram aprovadas conforme o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões,

Senador *Donizeti Nogueira*

cbcdac4a995283387084a979125319418db18354



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 32ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 03 de setembro de 2015 (quinta-feira), imediatamente após a 31ª reunião

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

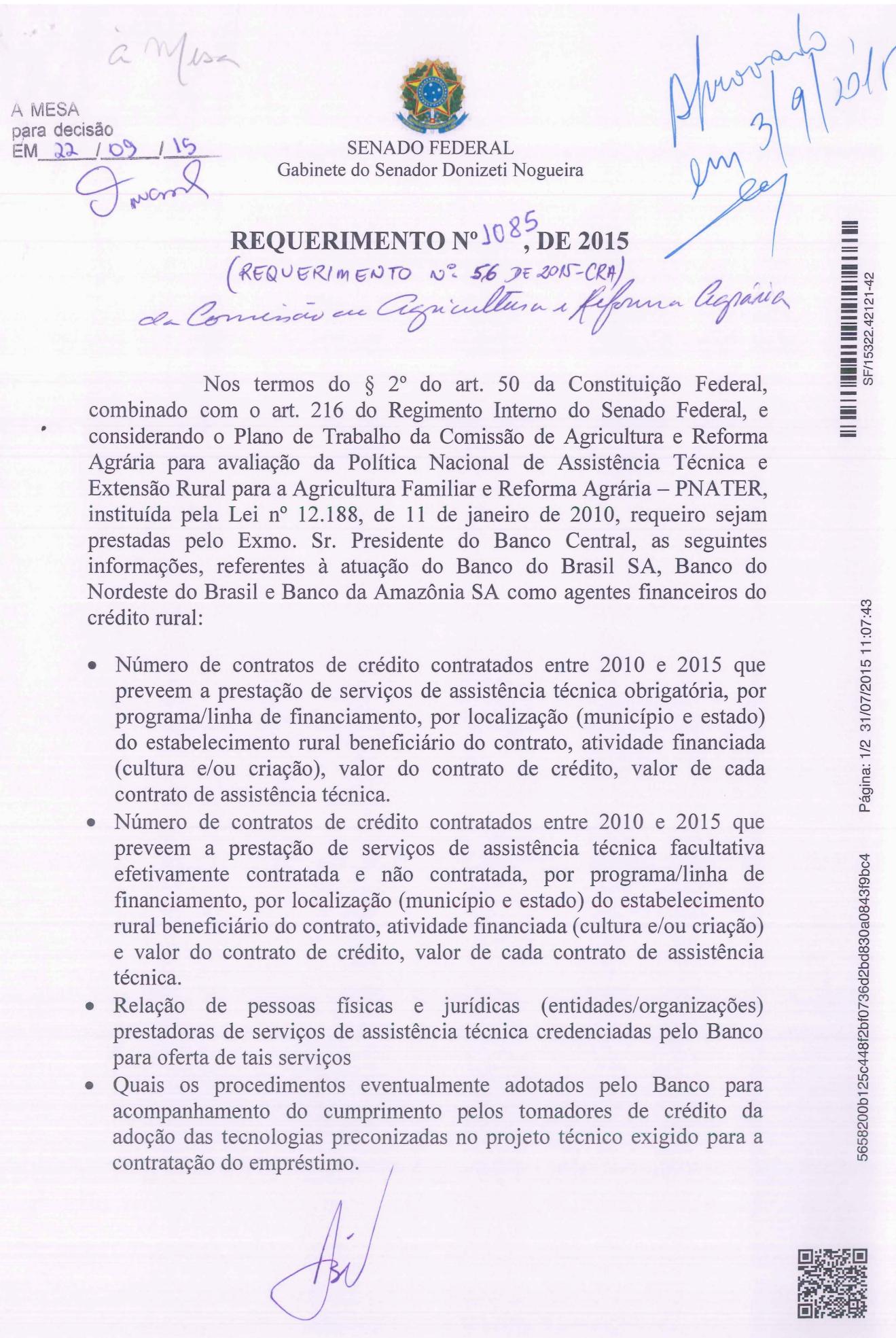
TITULARES	SUPLENTES
	Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
	Bloco da Maioria(PMDB, PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
	Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (DEM)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB/PSOL)
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)

(À Mesa, para decisão)

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 22/09/2015, às 11:08 horas

Nome:	<i>Manoel</i>
Mot.:	<i>Manoel</i>



JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas são fundamentais para a realização da avaliação da execução das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e que foram aprovadas conforme o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões,

Senador Donizeti Nogueira

Barcode: SF15322-42121-42

Página: 2/2 31/07/2015 11:07:43

5658200b125c448f2bf0736d2bd830a0843f9bc4

mp2015-0XXXX





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 32ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 03 de setembro de 2015 (quinta-feira), imediatamente após a 31ª reunião

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
	Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
	Bloco da Maioria(PMDB, PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
	Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (DEM)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)



(À Mesa para decisão)

à Mesa
A MESA
para decisão
EM 22/10/2015



Donizeti Nogueira
23/9/2015

Donizeti

REQUERIMENTO N° 1086, DE 2015
(REQUERIMENTO N° 55 DE 2015-CRA)

da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Pesca e Aquicultura, as seguintes informações:

- Base legal e dados estatísticos de execução do Programa ATES no âmbito da Lei nº 12.188, de 2010, nos anos de 2010 a 2015 (número de entidades, número de técnicos contratados e agrupados por tipo de formação profissional (nível médio e superior e área de formação: agronomia, zootecnia, veterinária, etc.) e local (assentamento/município) de execução dos serviços; número de assentados beneficiários dos serviços e percentual de beneficiários assistidos em relação ao total de assentados existentes no País).
- Relação e documentos de programas e ações de ATER pesqueira passados e em execução, de 2010 a 2015, executados no âmbito da Lei nº 12.188, de 2010 e em cumprimento do art. 29 e do §3º do art. 30 da Lei Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009, que Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.
- Volume anual de recursos despendidos de 2010 a 2015, com ações de ATER pesqueira, por ação/programa orçamentário e por município e média por beneficiário.
- Evolução dos dados estatísticos, entre 2010 e 2015, do número de pessoas físicas e/ou jurídicas contratadas no âmbito do PRONATER para prestação de serviços de ATER pesqueira, discriminadas por nível (médio e superior) e tipo (profissão) de formação profissional, e por município, e do número médio de beneficiários assistidos por técnico contratado.



Página: 1/2 31/07/2015 11:09:31

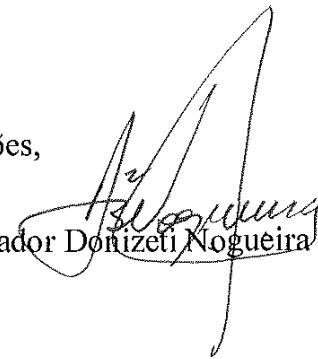
3889ad61f8f192018fedf14da57287b3ccc9e99c3



JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas são fundamentais para a realização da avaliação da execução das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e que foram aprovadas conforme o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões,

Senador 
Donizeti Nogueira

SF/15812.43817-36

Página: 2/2 31/07/2015 11:09:31

3889ad618192018fed14da57287b3ccc9ee99c3





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

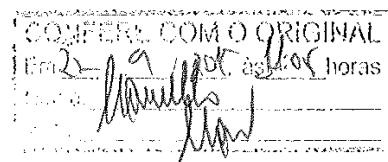
Reunião: 32ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 03 de setembro de 2015 (quinta-feira), imediatamente após a 31ª reunião

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
	Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
	Bloco da Maioria(PMDB, PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
	Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (DEM)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB/PSOL)
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)



(À Mesa, para decisão)

À Mesa
A MESA
para decisão
FM 22/09/2015



*Ministério
3/9/2015*

D. Nogueira

REQUERIMENTO N° 1087, DE 2015
(REQUERIMENTO N° 54 DE 2015-CRA)
da Comissão de Agricultura, Reforma Agrária

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, as seguintes informações relativas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:

- Base legal e dados estatísticos de execução do Programa ATES no âmbito da Lei nº 12.188, de 2010, nos anos de 2010 a 2015 (número de entidades, número de técnicos contratados e agrupados por tipo de formação profissional (nível médio e superior e área de formação: agronomia, zootecnia, veterinária, etc) e local (assentamento/município) de execução dos serviços; número de assentados beneficiários dos serviços e percentual de beneficiários assistidos em relação ao total de assentados existentes no País).
- Volume anual de recursos despendidos de 2010 a 2015 com ações de ATER, por assentamento/município e média por assentado.
- Relatórios de execução e de avaliação de resultados do Programa ATES.

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas são fundamentais para a realização da avaliação da execução das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e que

ABN



foram aprovadas conforme o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões,

Senador Donizetti Nogueira

SF/12289.34809-15

Página: 2/2 31/07/2015 11:22:56

0f2c99e210f873ec4b5e6a99a5828d71e7137df1

mp2015-0XXXX





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 32ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 03 de setembro de 2015 (quinta-feira), imediatamente após a 31ª reunião

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
	Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
	Bloco da Maioria(PMDB, PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
	Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (DEM)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)

(À Mesa para decisão).

CONFERE COM O ORIGINAL	
Em 22/09/2015 às 14:20 horas	
Nome: <i>Mauricio Henrique</i>	
Mat.:	



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1088, DE 2015 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, as seguintes informações:

- Documento oficial atualizado do PRONATER, com indicadores, metas, critérios de avaliação, identificação dos responsáveis pela gestão do Programa no MDA, previsão de gastos/custos.
- regulamento dispondo sobre a metodologia e os mecanismos de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados obtidos com a execução de cada serviço contratado, conforme disposto no art. 24 da Lei nº 12.188, de 2010.
- relatórios de execução do Pronater, incluindo nome, CNPJ e endereço das Entidades Executoras, bem como o valor dos respectivos contratos e a descrição sucinta das atividades desenvolvidas, conforme disposto no art. 25 da Lei nº 12.188, de 2010.
- relatórios anuais consolidados de execução do Pronater em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, elaborados pelo MDA, abrangendo tanto as ações de sua responsabilidade como as do Incra, encaminhará ao Condrad, para apreciação, conforme disposto no art. 26 da Lei nº 12.188, de 2010.
- Relação de entidades credenciadas e de entidades contratadas pelas chamadas públicas do PRONATER/ PNATER, com número de técnicos contratados e agrupados por tipo de formação profissional (nível médio e superior e área de formação: agronomia, zootecnia, veterinária, etc) e local (município) de execução dos serviços.
- Descrição dos procedimentos e itens de monitoramento por sistema eletrônico dos serviços contratados para execução do PRONATER, conforme disposto no inciso I do §1º do art. 8º do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010.
- Relação das ações de fiscalização realizadas in loco, entre 2010 e 2015, conforme disposto no inciso II do §1º do art. 8º do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010.
- Esclarecimentos sobre quais são os procedimentos complementares para execução do PRONATER definidos conforme art. 13 do Decreto nº 7.215, de 15 de junho de 2010.

- Relação dos itens cadastrais que devem constar do SIATER e dos procedimentos de acesso pelo cidadão a tais informações, conforme Parágrafo único do art. 21 da Lei nº 12.188, de 2010.
- Relação dos indicadores técnicos de ATER utilizados nos procedimentos de monitoramento e avaliação de resultados do PRONATER.

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas são fundamentais para a realização da avaliação da execução das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e que foram aprovadas conforme o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões,

(À MESA DO SENADO FEDERAL)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

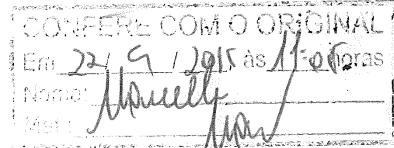
Reunião: 32ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 03 de setembro de 2015 (quinta-feira), imediatamente após a 31ª reunião

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
	Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
	Bloco da Maioria(PMDB, PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
	Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (DEM)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)

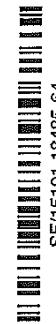


D. Nogueira
 À MESA
 para discussão.
 22/09/15



Novas 6/9/2015

REQUERIMENTO N° 1089, DE 2015
 (REQUERIMENTO N° 52 DE 2015-CRA)
da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as seguintes informações relativas à atuação da Embrapa:

- Descrição das normas internas, ações e procedimentos de transferência de tecnologia adotadas pela empresa
- Descrição das estratégias de promoção da integração entre a pesquisa agropecuária e as organizações de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural adotadas entre 2010 e 2015, conforme preconizadas no inciso I do art. 12 e no art. 18 da Lei nº 8.171, de 1991, e no inciso XI do art. 4º da Lei nº 12.188, de 2010.
- Descrição dos recursos efetivamente gastos entre 2010 e 2015 nas ações de transferência de tecnologia, relativamente ao orçamento executado da Empresa.

JUSTIFICAÇÃO

As informações requeridas são fundamentais para a realização da avaliação da execução das ações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e que foram aprovadas conforme o Plano de Trabalho aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões,

Donizeti Nogueira
 Senador Donizeti Nogueira

Página: 1/1 31/07/2015 11:15:40

1acb20b6db424248b05ff153c59ee59d14151a7e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 32ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 03 de setembro de 2015 (quinta-feira), imediatamente após a 31ª reunião

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES	SUPLENTES
	Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)
Acir Gurgacz (PDT)	1. Paulo Rocha (PT)
Donizeli Nogueira (PT)	2. Lasier Martins (PDT)
Zeze Perrella (PDT)	3. VAGO
Delcídio do Amaral (PT)	4. VAGO
Ana Amélia (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
	Bloco da Maioria(PMDB, PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	1. José Maranhão (PMDB)
Rose de Freitas (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	4. Ricardo Ferraço (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	5. Hélio José (PSD)
	Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Wilder Morais (DEM)
VAGO	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO	3. VAGO
	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)
José Medeiros (PPS)	1. VAGO
Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO
	Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)
Wellington Fagundes (PR)	1. Douglas Cintra (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Elmano Férrer (PTB)

(À Mesa para decisão)

CONFIRME COM O ORIGINAL
 Em 23/09/2015 às 10 horas
 [Assinatura]



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 1090, DE 2015

O Senador que a este subscreve, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja oficiado ao Conselho Nacional de Contabilidade, voto de aplauso, pelo dia do Contador, comemorado neste dia 22 de setembro.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 22 de setembro de 1945, foi publicado o Decreto-Lei nº 7.988, em que o Presidente da República, Getúlio Vargas, autorizou a criação dos cursos de ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais no Brasil, e extinguiu o Curso Superior de Administração e Finanças e o Curso de Atuário, instituídos pelo Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931.

Referido diploma estabeleceu, ademais, o currículo básico dos cursos, a modalidade de acesso, por concurso vestibular, e a titulação a ser obtida após sua conclusão.

A partir de então, a habilitação para o exercício da profissão de contador passou a chamar ainda mais a atenção dos jovens portadores de “certificado de licença clássica ou de licença científica ou do diploma de conclusão de qualquer dos cursos comerciais técnicos”, conforme dispunha o referido decreto-lei.

Nos dias de hoje, consta a existência de 327.794 contadores e de 49.265 organizações contábeis em todo o Brasil, segundo dados do Conselho Federal de Contabilidade.

No decênio 2004-2014, o número de contadores subiu de 359.019 para 508.498 profissionais em atividade, num incremento de quase 42%.

Esse profissional atua nas áreas financeira, econômica e patrimonial de empresas, elabora demonstrações contábeis e analisa o patrimônio econômico-financeiro, fornecendo ajustes e soluções para seus gestores, em consonância as datas e os prazos de cumprimento das obrigações fiscais.

Entre suas inúmeras atribuições e competências, organiza os serviços de contabilidade, como a escrituração dos livros contábeis, executa o levantamento e a revisão de balanços e de escritas financeiras, realiza perícias judiciais e extrajudiciais.

Sua atuação em empresas abrange outras atividades, tais como as de planejador tributário, de analista financeiro, de contador geral, de custos e gerencial, de auditor interno e de atuário. Como autônomo, atua como auditor independente, consultor, empresário contábil, perito contábil e investigador de fraudes contábeis.

Sua importância, principalmente no cenário e no desenvolvimento da economia, é consagrada no setor empresarial, no setor público e junto às pessoas físicas, que reconhecem nele o guardião de seu patrimônio e da lisura de sua atuação.

A instituição de efemérides encontra-se regulamentada pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, fundada no princípio da “alta significação”, a ser comprovada mediante a realização “de consultas e audiências públicas”, “devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados”.

Tendo em vista a relevância desta data comemorativa, conto com a colaboração dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO BAUER**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 1091, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 255, II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2014, que “Altera a Lei nº 11.889, de 24 de dezembro de 2008, para estabelecer piso salarial dos Técnicos em Saúde Bucal – TSB e auxiliares em Saúde Bucal – ASB, e modifica a competência dos TSB”, seja ouvida a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE.

JUSTIFICAÇÃO

Ao alterar as competências do Técnico em Saúde Bucal, permitindo o exercício das técnicas radiológicas em Clínicas Radiológicas Odontológicas, é necessário que a Comissão de Educação analise a formação desse profissional e se adquira competências para executar técnicas radiológicas, de grande importância para a saúde, porém, de comprovado risco para os profissionais e usuários.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte é a comissão adequada para avaliar a diferença na formação do Técnico em Saúde Bucal e a do Técnico em Radiologia.

Os cursos proveem conhecimento superficial sobre Radiologia Odontológica, com carga horária de 30 a 80 horas entre aulas teóricas e práticas, com variação de horas-aula entre os cursos.

O curso do SENAC São Paulo sequer oferece aulas de Radiologia Odontológica. Os cursos autorizados pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás ofertam 30 horas de aula teórica e 45 horas de aula prática e o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina exige a aplicação de 48 horas de aula, sem definir se teórica ou prática.

Essa metodologia educacional se repete em todos os Estados da Federação e os THB são formados com o seguinte perfil:

O Técnico em Saúde Bucal é o profissional que atua, sob supervisão do cirurgião-dentista, na promoção, prevenção e controle das doenças bucais; realiza atividades clínicas voltadas para o restabelecimento da saúde, conforto, estética e função mastigatória do paciente; supervisiona, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho do auxiliar em saúde bucal, podendo atuar em clínicas ou consultórios odontológicos públicos ou privados e no Sistema Único de Saúde (SUS).

Para atender às demandas do processo produtivo, o Técnico em Saúde Bucal deverá constituir, além das competências já desenvolvidas na qualificação técnica que integra o itinerário formativo desta habilitação, as seguintes competências:

- Atuar, sob supervisão do cirurgião-dentista, na promoção, prevenção e controle das doenças bucais por meio da realização de programas educativos de saúde bucal, da orientação à população e/ou ao paciente quanto a técnicas de higiene oral e da participação na realização de estudos epidemiológicos em saúde bucal.
- Realizar, sob supervisão do cirurgião-dentista, atividades clínicas voltadas à reabilitação oral do paciente, em ambientes clínicos e hospitalares, aplicando princípios e normas de biossegurança, profilaxia, ambientais e de higiene pessoal.
- Treinar, capacitar e supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho do auxiliar em saúde bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde mobilizando conhecimentos técnico-administrativos específicos a fim de formar uma equipe de trabalho.

Curso de Técnico em Saúde Bucal

Módulo	Assunto	Carga Horária
I	Ambientação Profissional e Promoção de Saúde	250
II	Organização do Consultório Odontológico e Atendimento ao Paciente	134
III	Procedimentos do Auxiliar em Saúde Bucal	216
IV	Procedimentos do Técnico em Saúde Bucal	200
V	Clínica Odontológica Integrada	400
	Total	1200

Na programação do curso do SENAC-SP, considerado o melhor curso técnico do Brasil, a formação é somente para o disposto abaixo, no Módulo IV:

- Realizar tomadas radiográficas intraorais e fotográficas utilizando técnicas e equipamentos pertinentes, obedecendo às normas de segurança, a fim de auxiliar o diagnóstico e documentar o caso clínico.

(Plano de Curso do SENAC-SP que se repete nos cursos ofertados em outros Estados da Federação)

FORMAÇÃO DO TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Comparando-se o curso de Técnico em Saúde Bucal com o curso de Técnico em Radiologia, oferecidos pelo SENAC-SP, podemos verificar a diferença que existe no perfil e nas competências de formação desses profissionais, conforme tabela disposta acima e abaixo:

Diferenciais

O curso técnico do SENAC São Paulo conta com um moderno laboratório de radiologia equipado com:

- Equipamentos de Raios-X convencional e mamógrafo digital, ambos acoplados ao sistema digital CR;
- Sistema de aquisição e digitalização de imagens radiográficas;
- Sistema de revelação automática;
- Phantoms para exposições e aquisições radiográficas, utilizados na simulação da prática profissional;
- Workstation para manipulação e tratamento de imagens digitais, com software de ultima geração em pós-processamento;
- Equipamentos radiométricos como Geiger-Muller;
- Rede PACS.
- Biblioteca com excelente acervo bibliográfico na área de radiodiagnóstico e computadores para pesquisa.
- Laboratório de informática equipado com computadores em rede com os ambientes educacionais de radiologia.
- Modernas salas de aula com equipamentos e recursos audiovisuais que propiciam, além de um ótimo ambiente para o aprendizado específico, a troca de experiências e informações.
- Durante o curso, o aluno participará do estágio supervisionado, para que possa desenvolver suas competências e se aproxime do contexto real da profissão.

Carga horária

1.600 horas

Curso de Técnico em Radiologia

Módulo	Assunto	Carga Horária
I	Fundamentos em Saúde	94

II	Fundamentos em Radiologia	240
III	Processo de Trabalho em Saúde	154
IV	Técnicas Radiológicas	300
V	Técnicas Radiológicas II	200
VI	Exercício Profissional	116
VII	Radiodiagnóstico e Radioterapia	96
	Total	1200

Sala das Sessões,

Senador **HÉLIO JOSÉ**

(Será incluído em Ordem do Dia oportunamente)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 1092, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a retirada do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 598, de 2015, de minha autoria.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ MEDEIROS**

(Deferido)

TÉRMINO DO PRAZO

Encerrou-se em 21 de setembro o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2012**.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

PROJETOS DE LEI DO SENADO



SENADO FEDERAL

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 626, DE 2015
(Complementar)**

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que *dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências*, para limitar os juros de cartão de crédito e cheque especial.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“Art. 53-A As taxas de juros cobradas em empréstimos concedidos nas modalidades de cartão de crédito e de cheque especial não poderão exceder em duas vezes e meia a taxa Selic.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O elevado custo dos empréstimos bancários praticados no País é uma preocupação antiga em nossa sociedade, exigindo esforços regulatórios para convergência dos juros domésticos aos níveis praticados internacionalmente.

Nesse contexto, a partir de 1999 o BC implantou o Projeto “Juros e Spread Bancário”, com uma série de medidas procurando corrigir as causas dos juros altos no País.

Todavia, as taxas de juros são ainda exorbitantes, especialmente as cobradas em empréstimos na modalidade do rotativo do cartão de crédito e do cheque especial.

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, os juros cobrados no cheque especial estão, em média, na faixa de 223% ao ano para pessoa jurídica, e de 247% para pessoa física.

No cartão de crédito, as taxas chegam a ser mais altas ainda, atingindo a média de 395% ao ano para as concessões a pessoas físicas, e de 246% para empresas. Hoje, no cartão de crédito, que é muito utilizado para as compras rotineiras das famílias brasileiras, vê-se o consumidor pagando, com juros, em pouquíssimo tempo, o mesmo valor do produto.

O presente PLS Complementar busca corrigir essa distorção. Para tanto, propomos o estabelecimento de um limite, que é móvel e bastante amplo em termos internacionais, à cobrança de juros praticados nas modalidades do cartão de crédito e do cheque especial.

A contenção das taxas de juros estratosféricas que caracterizam o mercado financeiro no País atuará para recuperar a capacidade de consumo real da população e o potencial dinamizador da economia derivado da demanda doméstica, com efeito positivo sobre o investimento e a própria oferta, que também contará com juros menores à pessoa jurídica.

Ao mesmo tempo, as taxas de retorno das instituições financeiras não deverão ser afetadas, já que essas modalidades representam apenas 2% do volume total do crédito bancário doméstico.

Ao final, o próprio sistema financeiro nacional será beneficiado de nossa proposta, já que ocorrerá a ampliação da população com potencial de contratação de crédito e a queda da inadimplência, diante de taxas mais adequadas à capacidade de geração de renda da economia doméstica.

Tendo em vista o exposto, conto com o apoio de meus ilustres pares para a aprovação de tão importante matéria.

Sala das Sessões,

Senador **ZEZE PERRELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964 - LEI DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - 4595/64](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 627, DE 2015

Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A. A jornada diária de trabalho rural será de até 8 (oito) horas, admitindo-se a sua prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias ou, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo, por até 4 (quatro) horas extraordinárias.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Legislação que rege o trabalho rural, a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, já se ressente de certa ineficácia, sendo incompatível com os novos modos de produção agrícola. Além disso, embora a Constituição Federal tenha instituído uma igualdade formal entre empregados urbanos e rurais, há uma série de dispositivos que oferecem tratamento diferenciado aos trabalhadores, tomando como referência o meio em que realizam o trabalho.

Recentemente, por exemplo, os motoristas profissionais, representados por suas categorias profissionais, obtiveram ajustes na legislação do trabalho que rege o setor. Parte desse avanço legislativo foi estendido aos operadores de tratores, colheitadeiras e outras máquinas agrícolas. É o caso da jornada de trabalho diária, que pode ser ampliada em até quatro horas extraordinárias.

Trata-se de uma medida saudável e negociada que, entretanto, acaba criando novas distorções no momento de sua aplicação. A norma trata, de forma diferenciada, trabalhadores de um mesmo contexto e pode ser inócuas, em muitos casos. É que em torno dos equipamentos rurais trabalham outros profissionais de apoio e suporte que, dentro da mesma lógica, devem cumprir jornada diária semelhante à dos operadores. Portanto, oferecer igualdade de tratamento a todos os empregados rurais é a razão fundamental dessa iniciativa.

Outro elemento importante a ser considerado no ambiente rural de trabalho é a sua sazonalidade. Determinadas épocas podem exigir um razoável prolongamento da jornada diária, a serem minuciosamente delimitadas por meio de negociação coletiva e, naturalmente, remuneradas com o acréscimo devido às horas extraordinárias.

Quanto à situação geral da legislação trabalhista, podemos acrescentar outro argumento. Há uma visão equivocada, na doutrina trabalhista, de que a flexibilização das leis representará, fatalmente, exploração excessiva da mão de obra. Tal entendimento ignora os avanços que ocorreram na fiscalização do trabalho e na tecnologia aplicada à produção agrícola.

Hoje há milhares de trabalhadores rurais operando máquinas de tecnologia avançada, guiados por satélite. O trabalho, ele mesmo, pode ser realizado com mais rapidez e sem exigir, em certas ocasiões, jornadas integrais. Nessas circunstâncias, a jornada rígida pode não ser do interesse do empregador, nem do empregado. Não há razões para deixar de buscar uma solução que agrade a ambos.

De qualquer forma, a questão do trabalho rural é complexa e envolve uma série de iniciativas legais, administrativas e legislativas. Nossa proposta pretende enriquecer o debate sobre o tema, instituindo uma jornada máxima de trabalho, passível de ampliação mediante ajuste negociado.

Por considerarmos ser justa a medida proposta, conclamamos os nobres Pares a emprestarem o seu apoio à aprovação do projeto de lei ora apresentado.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ MEDEIROS**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

Lei nº 5.889, de 8 de Junho de 1973 - 5889/73

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 628, DE 2015

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para tornar obrigatória a publicação de informações discriminadas dos gastos previdenciários com benefícios para os segurados do regime especial e os do Regime Geral da Previdência Social.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inclua-se no art. 38-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o seguinte § 4º:

“Art.38-A.......... § 4º O INSS elaborará relatório anual de acompanhamento contábil e financeiro do pagamento dos benefícios previdenciários, a ser discriminado de acordo com a situação de segurado especial e de segurado advindo do sistema contributivo do Regime Geral de Previdência Social, respectivamente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal em seu art. 37 estabelece o princípio da publicidade como um dos primados da Administração Pública em todas as suas esferas. Tal princípio é particularmente relevante quando observamos o caso da Previdência Social em nosso país.

Tido como um dos principais avanços sociais de nossa Carta Magna, o sistema previdenciário brasileiro tem uma cobertura significativa. De acordo com os dados do Boletim Estatístico da Previdência Social de julho de 2015, havia um contingente da ordem de 53

milhões de contribuintes em 2013. Informações do IPEA sobre o primeiro semestre de 2014, a partir dos microdados da PNAD, demonstram que a Previdência Social atingiu um total de 27 milhões de benefícios em estoque, dos quais 17,8 milhões de benefícios de aposentadorias.

A grande novidade na formatação do sistema previdenciário brasileiro introduzida pela Constituição de 1988 foi a incorporação dos trabalhadores rurais, na qualidade de segurado especial do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). De acordo com a Lei Maior, os trabalhadores rurais bem como os pescadores artesanais que produzem individualmente ou em regime de economia familiar, e não utilizam empregados para essas atividades, passaram a ser partícipes do sistema previdenciário com todas as garantias e direitos.

A inclusão desses trabalhadores representou um inegável avanço do ponto de vista social, proporcionando-lhes a garantia de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade, além de pensão e auxílio-reclusão aos seus dependentes. É mister assinalar que todos os benefícios nesse caso têm valor mensal igual a um salário mínimo.

É importante também lembrar que o direito aos benefícios previdenciários para os segurados especiais foi assegurado mesmo não tendo havido a contribuição pecuniária pretérita. A criação da figura de segurado especial, ainda que oportuna e meritória, do ponto de vista social, ocasionou evidentemente um aumento dos gastos do sistema previdenciário.

Os dados referentes ao fluxo de caixa RGPS apontam para um déficit primário da ordem de R\$ 68 bilhões no acumulado de agosto de 2014 a julho de 2015. O governo tem tentado mitigar essa situação com medidas paliativas como o pagamento da primeira parcela do 13º salário em duas vezes, como forma de melhor distribuir o impacto desse gasto, que em 2014 resultou em um déficit concentrado de R\$ 13,6 bilhões só no mês de setembro.

Os resultados negativos do RGPS têm suscitado um intenso debate acerca do real peso do segurado especial. Os números que nos chegam são imprecisos, sendo impossível determinar seu impacto efetivo sobre as contas da Previdência Social.

O Projeto de Lei que ora submetemos à apreciação do Congresso Nacional visa assim proporcionar o acesso às informações sobre a situação financeira do RGPS, com vistas a melhor subsidiar o atual debate sobre as razões e implicações do déficit previdenciário. Ao propormos a apresentação das informações do RGPS, notadamente do fluxo de caixa do sistema, discriminando os gastos em termos de tipos de segurados, acreditamos estar dando um passo importante para o debate qualificado em busca de soluções efetivas para o problema previdenciário em nosso país.

Pelo exposto, conclamamos nossos eminentes pares à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, de de 2015.

Senador **BLAIRO MAGGI**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - 8213/91
artigo 38-

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 629, DE 2015

Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que *institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas*, para incluir obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.....

.....

VIII – de obras e serviços de engenharia no âmbito das Instituições Científicas e Tecnológicas.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, é, há muito, reconhecida como um dos principais obstáculos à realização de certames licitatórios céleres e vantajosos para a Administração Pública. Se os inúmeros controles burocráticos impostos pela Lei resultassem em processos livres de desmandos e de corrupção, poder-se-ia defender sua aplicação. Contudo, infelizmente, a realidade não é essa.

Há aproximadamente quatro anos, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), como alternativa ao problema mencionado. A Lei permitiu a adoção de procedimentos mais modernos, como a inversão de fases e a disputa por meio de lances sucessivos, que permitem a organização de um processo licitatório mais célere. Contudo, o âmbito de aplicação do RDC foi, a princípio, bastante restrito, limitando-se aos contratos relativos à realização da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Desde então, a avaliação positiva da experiência do RDC tem levado a ampliações sucessivas de seu escopo, com a inclusão, por exemplo: i) de ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); ii) das obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); iii) e, mais recentemente, das obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo e das ações no âmbito da Segurança Pública.

A presente proposição visa a dar continuidade a esse processo de ampliação do RDC, estendendo-o, dessa vez, às obras e aos serviços de engenharia no âmbito das Instituições de Ciência e Tecnologia.

A construção e reforma de imóveis no âmbito dos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) faz parte de um conjunto de iniciativas para dinamizar o avanço e a participação dessas instituições em projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesse nacional. Hoje em dia, há um conjunto considerável de obras paradas ou em atraso prejudicando enormemente o trabalho de cientistas e estudantes em todo o Brasil.

Não há dúvidas de que o desenvolvimento da área de Ciência e Tecnologia (C&T) é de fundamental importância para o aumento da competitividade da economia nacional. Por essa razão, mecanismos que venham a contribuir para a aceleração dos investimentos em C&T devem ser seriamente considerados pelo poder público. Nesse sentido, entende-se que a utilização do Regime Diferenciado de Contratações Públicas pode contribuir, diretamente, para reduzir o tempo necessário para realizar a ampliação e as reformas da infraestrutura necessária à pesquisa e desenvolvimento no País.

Pelas razões expostas, contamos com o apoio dos nobres parlamentares no esforço para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - 8666/93

Lei nº 12.462, de 4 de Agosto de 2011 - 12462/11

artigo 1º

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 630, DE 2015

Concede anistia a servidores do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS que participaram de movimento grevista dentro dos meses de junho e julho de 2009 e dá outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta :

Art. 1º - Fica concedida anistia aos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social – Ministério da Previdência Social, que participaram de atividades grevistas dentro do período de junho e julho de 2009;

§ 1º - Os valores descontados da remuneração dos servidores pelos dias parados em razão do movimento grevista referido no *caput* serão resarcidos desde que ocorrida a reposição das atividades não realizadas durante a greve;

§ 2º - Fica assegurado aos servidores o cômputo do tempo de serviço, a progressão salarial e o pagamento das contribuições previdenciárias referentes ao período de paralisação ocorrida dentro previsto no *caput*.

Art. 2º - Fica anistiada a totalidade da multa judicial aplicada à Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, em função do movimento grevista ocorrido nos meses de junho e julho de 2009.

Parágrafo único – A anistia da multa judicial a que se refere o caput deste artigo é extensiva aos sindicatos representativos de servidores do Instituto Nacional do Seguro Social filiados à Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social e à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social .

JUSTIFICAÇÃO

No dia 08 de junho de 2009, a Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, oficiou ao então Ministro de Estado da Previdência Social e ao Exmo. Sr. Presidente do INSS, comunicando-os, dentro dos prismas legais e constitucionais, a deliberação, nacional, de estado de greve no seguro social e greve por tempo indeterminado a partir de 16 de junho de 2009.

Ato contínuo, o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ingressou com uma Medida Cautelar preparatória no Superior Tribunal de Justiça – STJ, com vistas a suspender o estado de greve e a deflagração do movimento democrático constitucionalmente assegurado aos servidores, além de colher a ilegalidade e a ilegitimidade da greve.

Fulcrado na assertiva de que os servidores, por seus representantes legais não haviam cumprindo o disposto no artigo 3º da Lei nº 7.783/89, aplicável aos servidores estatutários por força da decisão adotada pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal – STF em sede de Mandado de Injunção, o Ministro Relator concedeu a liminar para suspender a deflagração da greve, além de fixar multa diária à Federação Sindical, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Os servidores públicos por sua vez, diante da tentativa frustrada de negociação anterior pela categoria, com o Poder Executivo e substanciado na certeza de que adotaram todas as medidas legais, fazendo as comunicações devidas no prazo estabelecido em lei – circunstâncias que serão demonstradas no curso da ação judicial respectiva - iniciaram o movimento grevista, que resultou, entre outras medidas punitivas, com a adoção do memorando circular incompatível com o texto constitucional, que ora se visa sustar.

Ora, o art. 9º da Constituição Federal assevera que:

“Art. 9º. É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. (...)"

Por sua vez, o inciso VII, do art. 37 da Constituição Federal, no que diz respeito aos servidores públicos, estatui que:

“Art. 37...

...
VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;”

No julgamento do Mandado de Injunção nº 712, o Colendo Supremo Tribunal Federal - STF, diante da mora legislativa, estabeleceu os contornos do direito de greve dos servidores públicos, fixando-o na mesma quadra dos trabalhadores em geral, conforme trechos da ementa, que se transcreve:

“(...)

EMENTA: MANDADO DE INJUNÇÃO. ART. 5º, LXXI DA CONSTITUIÇÃO DOBRASIL. CONCESSÃO DE EFETIVIDADE À NORMA VEICULADA PELO ARTIGO 37, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. LEGITIMIDADE ATIVA DE ENTIDADE SINDICAL. GREVE DOS TRABALHADORES EM GERAL (ART. 9º DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL). APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N. 7.783/89 À GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO ATÉ QUE SOBREVENHA LEI REGULAMENTADORA. PARÂMETROS CONCERNENTES AO EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE PELOS SERVIDORES PÚBLICOS DEFINIDOS POR ESTA CORTE. CONTINUIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO. GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO ANTERIOR QUANTO À SUBSTÂNCIA DO MANDADO DE INJUNÇÃO. PREVALÊNCIA DO INTERESSE SOCIAL. INSUBSSISTÊNCIA DO ARGUMENTO SEGUNDO O QUAL DAR-SE-IA OFENSA À INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES [ART. 20 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL] E À SEPARAÇÃO DOS PODERES [art. 60, § 4º, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL]. INCUMBE AO PODER JUDICIÁRIO PRODUZIR A NORMA SUFICIENTE PARA TORNAR VIÁVEL O EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES

PÚBLICOS, CONSAGRADO NO ARTIGO 37, VII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. O acesso de entidades de classe à via do mandado de injunção coletivo é processualmente admissível, desde que legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano. 2. A Constituição do Brasil reconhece expressamente possam os servidores públicos civis exercer o direito de greve - artigo 37, inciso VII. A Lei n. 7.783/89 dispõe sobre o exercício do direito de greve dos trabalhadores em geral, afirmado pelo artigo 9º da Constituição do Brasil. Ato normativo de início inaplicável aos servidores públicos civis. 3. O preceito veiculado pelo artigo 37, inciso VII, da CB/88 exige a edição de ato normativo que integre sua eficácia. Reclama-se, para fins de plena incidência do preceito, atuação legislativa que dê concreção ao comando positivado no texto da Constituição. 4. Reconhecimento, por esta Corte, em diversas oportunidades, de omissão do Congresso Nacional no que respeita ao dever, que lhe incumbe, de dar concreção ao preceito constitucional. Precedentes. 5. Diante de mora legislativa, cumpre ao Supremo Tribunal Federal decidir no sentido de suprir omissão dessa ordem. Esta Corte não se presta, quando se trate da apreciação de mandados de injunção, a emitir decisões desnutridas de eficácia. 6. A greve, poder de fato, é a arma mais eficaz de que dispõem os trabalhadores visando à conquista de melhores condições de vida. Sua autoaplicabilidade

é inquestionável; trata-se de direito fundamental de caráter instrumental. 7. A Constituição, ao dispor sobre os trabalhadores em geral, não prevê limitação do direito de greve: a eles compete decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dela defender. Por isso a lei não pode restringi-lo, senão protegê-lo, sendo constitucionalmente admissíveis todos os tipos de greve. 8. Na relação estatutária do emprego público não se manifesta tensão entre trabalho e capital, tal como se realiza no campo da exploração da atividade econômica pelos particulares. Neste, o exercício do poder de fato, a greve, coloca em risco os interesses egoísticos do sujeito detentor de capital --- indivíduo ou empresa --- que, em face dela, suporta, em tese, potencial ou efetivamente redução de sua capacidade de acumulação de capital. Verifica-se, então, oposição direta entre os interesses dos trabalhadores e os interesses dos capitalistas. Como a greve pode conduzir à diminuição de ganhos do titular de capital, os trabalhadores podem em tese vir a obter, efetiva ou potencialmente, algumas vantagens mercê do seu exercício. O mesmo não se dá na relação estatutária, no âmbito da qual, em tese, aos interesses dos trabalhadores não correspondem, antagonicamente, interesses individuais, senão o interesse social. A greve no serviço público não compromete, diretamente, interesses egoísticos do detentor de capital, mas sim os interesses dos cidadãos que necessitam da prestação do serviço público. 9. A norma veiculada pelo artigo 37, VII, da Constituição do Brasil reclama regulamentação, a fim de que seja adequadamente assegurada a coesão social. (...)” (g.n.).

Como se observa, embora não se configure como um direito fundamental absoluto, como de resto não o é nenhum dos direitos inscritos na Constituição Federal, o direito de greve não pode ser anulado ou enfraquecido através de instrumentos administrativos e/ou judiciais incompatíveis com as garantias constitucionais que lhes dão sustentação.

A utilização de medidas administrativas - ainda que substanciadas em pronunciamentos judiciais que poderiam merecer ponderação da Administração Pública - em face até mesmo do mero anúncio de greves de trabalhadores em geral e/ou servidores públicos em especial, como instrumento de pressão e de esvaziamento dessa prerrogativa trabalhista, tem a potencialidade de frustrar o próprio direito constitucional e, nessa perspectiva, não deve ser utilizada ou, ocorrendo, não pode gerar ônus e/ou prejuízos desproporcionais e desarrazoados para os servidores.

Tem-se, dessa forma, que a punição veiculada no citado Memorando, mormente quando determina a caracterização das faltas decorrentes da paralisação como faltas injustificadas (código 28) e não como greve (código 95), exsurge-se como medida ilegal e incompatível com as garantias insculpidas no texto da Carta Federal.

Posto isso, convictos da justiça do pleito, que tem o afã de repor um direito constitucional dos servidores, é que apresentamos aos nobres pares o presente Projeto de Lei, de maneira a se corrigir injustiça acontecida e até a presente data ainda não reparada,

trazendo grandes prejuízos pecuniários aos mesmos, haja vista tratar-se, aqui, de verba alimentar, que é utilizada para o sustento de suas famílias.

Sala das Sessões, em

PAULO ROCHA
PT/PA

FÁTIMA BEZERRA
PT/RN

LINDBERGH FARIAS
PT/RJ

GARIBALDI ALVES
PMDB/RN

Senador **PAULO ROCHA**
Senadora **FÁTIMA BEZERRA**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senador **LINDBERGH FARIAS**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 2º](#)

[artigo 9º](#)

[inciso VII do artigo 37](#)

[Lei nº 7.783, de 28 de Junho de 1989 - 7783/89](#)

[artigo 3º](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

COMUNICAÇÕES



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

Memo. nº 029/2015/GSFBEZER

À publicação
Em 22/09/15
Fá. (Sra. Walter
Pinheiro)

Em 22 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **cancelamento de viagem referida no requerimento de nº 1055/2015**

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que a viagem referida no requerimento de nº 1.055 de 2015, aprovado por esta Casa, foi cancelada. O motivo do cancelamento se dá em virtude de problemas relacionados à logística que garantiriam a minha efetiva participação no Fórum Euroasiático de Mulheres, na cidade de St. Petersburg, de 23 a 26 de setembro de 2015.

Atenciosamente,

FÁTIMA BEZERRA
Senadora da República – PT/RN



Memorando nº 571/2015, do Presidente do Senado Federal, por meio do qual comunica cancelamento da Missão Oficial à República da China, conforme **Requerimento nº 861, de 2015**.

O Expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao arquivo.

É o seguinte o memorando:

00100.131528/2015-98 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. Nº 571/2015-PRESID.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

*A publicação.
Em 22/09/15.
J. Calheiros*

Senhor Secretário-Geral,

Informo a Vossa Senhoria que a Missão Oficial à República Popular da China que ocorreria no período de 16 a 30 de setembro de 2015, foi cancelada.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "RENAN CALHEIROS".
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

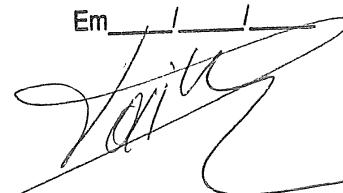
A Presidência designa o Senador Cássio Cunha Lima para integrar como titular, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, a CI, nos termos do **Ofício nº 177, de 2015**.

É o seguinte o ofício:



À Publicação

Em

A handwritten signature in black ink, which appears to be "Cássio Cunha Lima".

Ofício nº 177/15-GLPSDB

Brasília,

~~de setembro de 2015.~~

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico que o Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA** passa a integrar, como titular, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, which appears to be "Cássio Cunha Lima".

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

PARECERES**SENADO FEDERAL****PARECER N° 759, DE 2015**

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2013, do Senador Cícero Lucena, que *altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que específica.*

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, cabe-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 552, de 2013, de autoria do Senador CÍCERO LUCENA, que *altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que específica.*

O PLS nº 552, de 2013, é composto de dois artigos.

O art. 1º do PLS altera o art. 1º da MPV nº 2.199-14, de 2001, para determinar que o benefício fiscal de que trata a MPV poderá ser utilizado em 10 anos a contar do início da fruição.

O art. 2º constitui a cláusula de vigência.

O autor da Proposição aduz que a restrição ao benefício fiscal dos instrumentos de Política de Desenvolvimento Regional no País teria sido um equívoco da MPV nº 613, de 2013, transformada na Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013.

A Proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA); e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas à matéria.

II – ANÁLISE

Os incisos X e XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribuem à CRA a competência para opinar sobre proposições que tratem de política de investimentos e financiamentos agropecuários, seguro rural e endividamento rural e tributação da atividade rural.

Assim, cumpre-nos, nesta ocasião, por não se tratar de matéria terminativa, manifestarmos primordialmente sobre o mérito das proposições. Caberá à CAE, por sua vez, a análise mais aprofundada da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria.

Na aprovação da MPV nº 613, de 2013, convertida na Lei nº 12.859, de 10 de setembro de 2013, houve a mudança de tratamento para a recuperação do benefício fiscal, que restringiu a utilização da fruição somente até 2024.

Antes dessa alteração legislativa, o prazo era de 10 anos, contado a partir do ano-calendário de início de sua fruição. Tal condição fora estabelecida na Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Portanto, o PLS ora em análise pretende retornar as condições que estavam estabelecidas antes da Lei nº 12.859, de 2013. A previsão da extinção do benefício está projetada para 2024 e ainda não prejudicaria nenhum investidor, o que começaria ocorrer a partir de 2016, quando o prazo para uso do crédito seria de período inferior, sendo gradativamente reduzido até 2024, quando é totalmente extinto.

Assim, caso o PLS não seja aprovado, a partir de 2016, os investidores perderão um incentivo fiscal de investimento na Região, chegando, no limite, a não terem nenhum benefício fiscal em 2024.

Portanto, parece justa a medida de não restringir o benefício fiscal dos instrumentos de Política Regional do País com fim de promover um desenvolvimento sustentável das regiões mais carentes.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **aproviação** do PLS nº 552, de 2013.

Sala da Comissão, *3 de abril de 2014.*

Senador BENEDITO DE LIRA , Presidente

 , Relatora

Senadora ANA AMÉLIA



SENADO FEDERAL
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 552, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 9ª REUNIÃO, DE 03/04/2014, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: *Presidente da C.R.A.* *Sen. Benedito de Lira*
RELATOR: *Sen. Ana Amélia*

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Zeze Perrella (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO	2. Luiz Henrique (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ana Amélia (PP) <i>(relatora)</i>	4. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP) <i>(Presidente)</i>	6. Ivo Cassol (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	7. Garibaldi Alves (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Gim (PTB)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
	2. Cidinho Santos (PR)



SENADO FEDERAL

PARECER N° 760, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 552 de 2013, do Senador Cícero Lucena, que *altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica.*

RELATOR: Senador **DOUGLAS CINTRA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 552 de 2013, do Senador Cícero Lucena, modifica a legislação federal para determinar a fixação do prazo de vigência de benefícios fiscais regionais.

De acordo com a legislação vigente (art. 1º da Medida Provisória – MPV nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001), as pessoas jurídicas que tenham projeto protocolizado e aprovado até 31 de dezembro de 2018 para instalação, ampliação, modernização ou diversificação enquadrado em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), terão direito a redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração.

Caso aprovado o projeto de lei, o prazo de fruição do benefício fiscal será de dez anos, contado a partir do ano-calendário de início de sua fruição (art. 1º do PLS).

Por fim, o art. 2º do PLS estabelece o prazo de vigência, com produção de efeitos a partir da publicação da futura lei.

Justificou-se a proposta porque, na época, a extinção do benefício estava projetada para o ano de 2024. Caso não fosse aprovado o PLS, a partir de 2016, os investidores perderiam um ano para fruição do benefício de forma progressiva.

O projeto de lei seguiu ao exame das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta a decisão terminativa.

Durante o prazo regimental (art. 122, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF) não foram apresentadas emendas ao projeto. Na CRA, foi aprovado parecer favorável ao PLS.

II – ANÁLISE

Não há vício de competência nem de legitimidade na proposição. A proposta refere-se à modificação do prazo de duração dos benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre a Renda, cuja competência para disciplinar é da União, a teor dos art. 153, inciso III, da Constituição Federal (CF). Desse modo, a lei federal pode regular o assunto e, conforme previsto nos arts. 24, inciso I, e 48, inciso I, da CF, cabe ao Congresso Nacional legislar sobre direito tributário.

No concernente à iniciativa, o objeto da proposição não se encontra entre aqueles reservados (arts. 61, § 1º, da CF), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar projeto de lei referente ao tema.

Em relação aos demais aspectos formais, a espécie normativa proposta é compatível com o texto constitucional, e o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de isenção tributária, conforme previsto no § 6º do art. 150 da CF.

Superada a análise formal da proposição, passa-se ao exame do seu conteúdo, que se encontra na competência desta Comissão, na forma do art. 99 do RISF.

Em relação à necessidade da medida – sob o enfoque restrito à lei –, não há mais interesse na proposta, uma vez que o sistema normativo federal em vigor já foi alterado pela Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014. Essa Lei alterou justamente o referido § 3º do art. 1º da MPV nº 2.199-14, de 2001, conferindo-lhe redação idêntica à proposta no presente projeto de lei. Assim, a matéria está prejudicada em função da perda de seu objeto.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela sugestão de **declaração de prejudicialidade** do Projeto de Lei do Senado nº 552 de 2013.

Sala da Comissão, em 22 de setembro de 2015.

Senador RAIMUNDO LIRA, Presidente em exercício

Senador DOUGLAS CINTRA, Relator



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença CAE, 22/09/2015 às 10h - 31ª, Ordinária

Comissão de Assuntos Econômicos

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)		
TITULARES	SUPLENTES	
GLEISI HOFFMANN	1. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
DELcíDIO DO AMARAL	2. PAULO ROCHA	
LINDBERGH FARIAS	3. ACIR GURGACZ	
WALTER PINHEIRO	4. HUMBERTO COSTA	
REGUFFE	5. CRISTOVAM BUARQUE	
TELMÁRIO MOTA	6. JORGE VIANA	
BENEDITO DE LIRA	7. GLADSON CAMELI	
CIRO NOGUEIRA	8. IVO CASSOL	PRESENTE

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)		
TITULARES	SUPLENTES	
ROMERO JUCÁ	1. VALDIR RAUPP	
WALDEMAR MOKA	2. EUNÍCIO OLIVEIRA	
RAIMUNDO LIRA	3. JOSÉ MARANHÃO	
SANDRA BRAGA	4. LÚCIA VÂNIA	
RICARDO FERRAÇO	5. JADER BARBALHO	
ROBERTO REQUIÃO	6. MARTA SUPLICY	
OMAR AZIZ	7. ROSE DE FREITAS	
VAGO	8. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)		
TITULARES	SUPLENTES	
JOSÉ AGRIPIINO	1. JOSÉ SERRA	
WILDER MORAIS	2. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	3. DALIRIO BEBER	PRESENTE
ALVARO DIAS	4. RONALDO CAIADO	
TASSO JEREISSATI	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		
TITULARES	SUPLENTES	
ANTONIO CARLOS VALADARES	1. LÍDICE DA MATA	
FERNANDO BEZERRA COELHO	2. ROBERTO ROCHA	
VANESSA GRAZZIOTIN	3. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE



Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CAE, 22/09/2015 às 10h - 31ª, Ordinária

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)		
TITULARES	SUPLENTES	
DOUGLAS CINTRA	PRESENTE	1. EDUARDO AMORIM
MARCELO CRIVELLA		2. ELMANO FÉRRER
WELLINGTON FAGUNDES		3. BLAIRO MAGGI

Não Membros Presentes

PAULO PAIM

INCLUSÃO EM ORDEM DO DIA

O Projeto de Lei do Senado nº 552, de 2013 será incluído em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarado prejudicado, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu estava aqui recebendo os abraços atrasados das queridas Senadoras pelo aniversário, beijos e abraços.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Fátima ainda não me deu o seu abraço, mas eu já recebi aqui da Vanessa, já recebi da querida Ângela.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Associo-me. Meu abraço afetuoso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Celebrei no Acre este fim de semana, no domingo. Com a idade, fica-se mais novo. Não existe esse negócio da boa idade, não. A boa idade está sempre para trás; para frente, é a idade que Deus dá de presente para nós.

Eu queria, então, cumprimentar os colegas todos.

Ao Senador Paulo Paim, peço para se aproximar porque é o primeiro orador inscrito.

As inscrições para comunicação inadiável: o primeiro é o Senador Ricardo Ferraço; depois, Senadora Fátima e...

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. *Fora do microfone.*) – ... Fátima; depois, eu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Acho que, provavelmente, a senhora, que está na lista aqui, vai falar antes.

O Senador Paulo Paim é o primeiro a falar como orador inscrito; o Senador Ricardo Ferraço é o primeiro para uma comunicação inadiável; a Senadora Fátima, a segunda; e a Senadora Ângela, a terceira. Caso a Senadora Ângela fale como oradora inscrita, que é o que deve ocorrer, o Senador Lasier já está candidato a essa terceira vaga.

A Senadora Vanessa é a quarta e o Senador José Medeiros, o quinto.

Eu só queria dizer a todos que estão no Acre me acompanhando, onde nós vivemos um drama de cinco apagões em uma semana, que hoje a notícia que recebemos do Ministério é de que não vai haver mais apagão. Mas o prejuízo já é incalculável.

Nós estamos tomando uma série de medidas, já as tomamos na comissão hoje e vamos lutar para que o povo do Acre e de Rondônia seja respeitado e que não haja mais esse gravíssimo problema de apagão.

No mais, estávamos numa audiência com o Ministro Eliseu Padilha na luta pela questão do absurdo preço das passagens aéreas. Estavam as colegas Senadoras da Região – Vanessa e Ângela – e vários colegas Senadores. Vamos ter uma reunião quinta-feira, em que eu, o Senador Randolfe e o Senador Flexa vamos representar o conjunto de Senadores, com a Infraero, a Anac, o Ministro e as companhias aéreas. Nós vamos insistir para que não haja tratamento diferenciado. Está pior para quem vive no Norte do País, na Amazônia e no Nordeste.

Então, com a palavra...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Senador Jorge Viana, só bem rapidinho. No início desta sessão – isso vai ser objetivo inclusive de pronunciamentos nossos daqui a pouco –, considerando o papel que V. Ex^a desempenhou como Presidente da Comissão que tratou do tema da reforma política, só para já dar conhecimento de mais uma importante reunião que nós tivemos hoje com a CNBB, com a OAB, com a presença de vários Senadores e Senadoras – a Senadora Vanessa lá esteve –, eu queria dizer a V. Ex^a que, além de celebrar a vitória que foi no STF, tiramos duas deliberações importantes: uma nota endereçada à Presidência da República, pedindo veto ao artigo que foi estabelecido lá na Câmara, que trata da questão das doações empresariais; e amanhã, todo mundo, a partir das 14 horas, no STF.

Obrigada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pedindo desculpa ao Senador Paulo Paim, passo a Presidência dos trabalhos para a Senadora Vanessa, para que eu possa seguir para uma audiência com a Ministra Izabella Teixeira, porque nem almoço eu também tenho mais nesta vida que arrumei aqui. Mas vamos em frente!

Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, e a Presidenta que assume, Senadora Vanessa Grazziotin, eu primeiro quero fazer um registro rápido.

Hoje pela manhã, tivemos uma importante audiência pública para discutir o PLS nº 555, de 2015, que trata do Estatuto das Estatais. Estava lá uma centena de entidades, sindicatos, federações, confederações dos trabalhadores, e pediram que eu fizesse um apelo aqui na tribuna do Senado, pela retirada da urgência ao PLS nº 555.

O PLS nº 555 trata do Estatuto da Estatal. Sr^a Presidenta, ninguém conhece esse estatuto; 99% dos Senadores não o conhecem. E falo isso com a maior segurança. Eu, que sou metido nessa área, fiquei perplexo com uma série de questões que foram levantadas hoje lá.

E no símbolo da transparência, Sr^a Presidenta, até no símbolo do bom entendimento, vamos fazer aqui uma comissão geral, vamos debater no plenário o estatuto, de forma tranquila, aberta. Depois o votamos. Mas, primeiro, vamos entender o que significa esse estatuto.

Por isso, estou aqui pedindo, de forma muito respeitosa, ao autor do requerimento de urgência, ao Presidente do Senado, que avaliemos melhor esse estatuto.

Como vamos avaliar um estatuto que foi fruto da discussão de quatro Senadores e quatro Deputados, em duas ou três reuniões, segundo a informação que recebi?

Vamos encaminhar, então, para a Comissão Especial. Vamos debater na Comissão Especial, onde há inúmeros Senadores.

Por isso, o apelo que faço aqui neste momento, inclusive dirigindo-me a cada Senador, a cada Senadora, é no sentido de que retiremos a urgência. Vamos debater o Estatuto das Estatais com tranquilidade. Ninguém é contra!

E mais, essa é uma lei de iniciativa do Executivo, não é de iniciativa do Legislativo, ela tem de vir de lá para cá. Mas, assim mesmo, achamos que a lei tem de ser, Sr^a Presidente, discutida e aprovada. Não somos daqueles que dizem: vamos rejeitar. Não é isso não! E as entidades têm claro isto: está na Constituição, e a lei tem de ser construída. Então, vamos fazer esse encaminhamento. O Governo que mande para cá um projeto, pode até ser em regime de urgência, para que a gente debata nas comissões e depois no plenário.

Depois desse rápido recado, Sr^a Presidente, quero registrar uma carta que recebi do Prof. Dr. Fernando Lucchese, Cirurgião Cardiovascular e Diretor Médico do Hospital São Francisco de Cardiologia da Santa Casa.

Diz ele:

Estimado Senador Paim, para relembrar a importância deste momento, a cirurgia cardíaca brasileira atravessa uma crise sem precedentes em toda a história do País. Fomos forjados, nós, cirurgiões, na estatura de Zerbini, Jatene, Braile, Junqueira de Moraes, que construíram uma especialidade respeitada mundialmente, tornando-a autossuficiente, não dependente de tecnologias importadas, transformando-nos no quarto país em número de procedimentos. Criou-se um verdadeiro parque de indústria nacional, a produzirem e a exportarem vários instrumentos, conjunto de circulação extracorpórea.

Hoje, a realidade, infelizmente, é diferente.

Em 2010, fizemos 102 mil cirurgias cardíacas. Em 2014, somente 92 mil. A cirurgia cardíaca pediátrica brasileira foi sempre considerada das mais avançadas do mundo com criações reconhecidas, como a Cirurgia de Jatene para correção de um defeito cardíaco dos recém-nascidos chamado Transposição.

Hoje, dos 60 centros pediátricos brasileiros apenas oito realizam todo tipo de cirurgia em crianças, a maioria deles tendo sido desativada pelos hospitais pelo alto custo e insuficiente compensação pelo SUS.

Nascem no Brasil anualmente 28 mil crianças com defeitos congênitos do coração. Em torno de 23 mil necessitam cirurgia de correção já no primeiro ano.

Em 2002, fazíamos em torno de oito mil cirurgias cardíacas pediátricas. Em 2014, esse número diminuiu para cinco mil. O problema continua o mesmo, mas não há estrutura para aumentar as cirurgias necessárias. Vale dizer que mais de 80% das crianças sobrevivem ao procedimento e tornam-se adultos saudáveis. Estamos perdendo vidas pelo simples fato de que não há centros especializados em funcionamento em número suficiente. Com UTIs sempre lotadas, nossos médicos passam os dias a realizar escolhas absolutamente injustas de quem deve ou não sobreviver.

Para completar o triste quadro e encarecer ainda mais os procedimentos, a Anvisa não permite reprocessar equipamentos, que na Índia são reutilizados até 50 vezes.

Há ainda o desabastecimento no País de medicamentos essenciais para realização de cirurgias como a protamina e a dobutamina, que simplesmente sumiram do mercado sem explicação nenhuma, trazendo prejuízos para adultos e crianças.

Calcula-se em pelo menos 20% menor o número de implantes de marca-passos realizados no último ano no País por dificuldades orçamentárias dos Estados e municipais.

Falemos um pouco da lei do SUS, esta estrutura quase perfeita, já copiada por outros países, como o próprio Obama Care. A criação do SUS há 25 anos representou o maior avanço em benefício da população. Baseado em uma tabela de procedimentos que permitia cobrir gastos de hospitais e honorários médicos de forma singela, mas eficiente.

Há 11 anos, a tabela do preço está congelada, com uma defasagem, hoje, de mais de 400% pela conversão do INPC e outros indicadores. O preço de válvulas e outros insumos, produzidos no Brasil, está congelado há 14 anos.

É fácil de entender porque nossas cinco indústrias sucumbiram ao longo do tempo, estando a última delas agonizando em recuperação judicial.

Por sua vez, o Ministério da Saúde optou por gerar programas como, por exemplo, o Rede Cegonha, no lugar de atualizar a tabela. Porém, esses programas já nasceram deficitários comprometendo ainda mais os Municípios.

A rede de hospitais filantrópicos e particulares é responsável por mais de 61% das cirurgias de alta complexidade no País. Os filantrópicos são 2100 e já amargam um débito de curto e médio prazo de 15 bilhões.

Os procedimentos de alta complexidade disputam nos Estados e Municípios com as de média e baixa complexidade e é fácil entender que o gestor público faça a sua opção em tratar um grupo maior de pacientes em vez de dar suporte a apenas um caso de maior custo.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

Fala-se elogiosamente do Programa Brasileiro de Transplantes. E com razão: somos o País com o maior número de transplantes realizados com cobertura governamental. O sucesso certamente se deve ao fato de que os transplantes não disputam orçamentos nos Estados e Municípios e são pagos por verba específica de Brasília não onerando o atendimento.

A solução para a alta complexidade deve ser semelhante. Sua centralização no Ministério da Saúde solucionaria as escolhas de Sofia, realizadas diariamente pelos especialistas brasileiros, pois não competiriam com a atenção básica e os procedimentos de baixa e média complexidade.

Devido às limitações financeiras é sabido que em todo o Brasil, Municípios e Estados não “regulam” a doença, regulam seu orçamento, limitando...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

... o acesso a milhares de pacientes que possam desequilibrar suas contas.

Em resumo, não são mais tempos difíceis, são tempos caóticos.

Terminaremos sendo conhecidos como a geração que aumentou a mortalidade infantil por falta de acesso ao tratamento; que piorou os indicadores de saúde por ter subfinanciado um sistema único de saúde que tinha tudo para ser um exemplo internacional de sucesso.

Sra Presidenta, quando a gente fala sobre todos esses temas, eu lhe confesso que falo com tristeza ao ver que um sistema tão bem construído está, neste momento, a pedir socorro, dizendo: “SOS, SOS. Por favor, respondam!”

Por fim, Srª Presidenta, com a tolerância que sempre dou, que ultrapassa dez minutos, hoje só peço cinco. Sempre dou a V. Exª dez minutos a mais do que o permitido.

Eu só quero registrar no plenário ainda um evento que acontece no Rio Grande do Sul, na cidade de Passo Fundo. Eu me refiro à 16ª Jornada Nacional de Literatura e à 8ª Jornadinha Nacional de Literatura. A realização dessas jornadas, que considero de grande importância, está aos cuidados da Universidade de Passo Fundo e da Prefeitura daquele Município.

Essa movimentação, Srª Presidente, já acontece há 33 anos. O Centro de Referência de Literatura e Multimeios da universidade é uma referência para todo o Rio Grande e no âmbito nacional.

Ali temos belos exemplos, tais como: projeto "Livro do Mês", projeto "Mundo da Leitura na Escola" e programa "Mundo da Leitura na TV"

Nós estamos pontuando a importância da educação...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...e, nesse sentido, incentivando o hábito da leitura.

Vejo, nesses eventos, o chamado para que a comunidade se envolva com a leitura e, por consequência, com o papel fundamental dela no contexto da educação.

Consta da apresentação do evento que ele pretende que se aprofunde o tema da leitura no contexto atual e, ao mesmo tempo, que se faça das discussões que surjam sobre o assunto um elemento transformador de consciências e, consequentemente, que se influa na formação do nosso povo e de toda a nossa gente.

Termino, Srª Presidenta, cumprimentando a Universidade de Passo Fundo, na pessoa do Reitor José Carlos Carles de Souza, e a Prefeitura de Passo Fundo, na pessoa do Prefeito Luciano Azevedo, por darem seguimento a esse grande e importante movimento chamado jornada cultural.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O evento em questão ocorre no período de 28 de setembro a 2 de outubro. Quem puder visitar a cidade de Passo Fundo irá, com certeza, com muita alegria, perceber o quanto estamos avançando e não irá se arrepender. É uma bela cidade gaúcha, muito acolhedora. O evento reúne multidões de pessoas em torno do tema cultura.

Era isso, Srª Presidenta. Agradeço a tolerância sempre de V. Exª.

Considere, na íntegra, os meus três pronunciamentos.

Obrigado, Senadora Vanessa.

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar carta recebida do Professor Fernando Lucchese - Cirurgião Cardiovascular e Diretor Médico do Hospital São Francisco de Cardiologia da Santa Casa de Porto Alegre.

Estimado Senador Paulo Paim,

Como não houve resposta do Ministério da Saúde às nossas reivindicações estamos voltando à carga.

Para relembrar:

A cirurgia cardíaca brasileira atravessa uma crise sem precedentes em sua história no país.

Fomos forjados por cirurgiões da estatura de Zerbini, Jatene, Braile e Junqueira de Moraes que construíram uma especialidade respeitada mundialmente tornando-a auto-suficiente e não dependente de tecnologias importadas e transformando-nos em quarto país em número de procedimentos.

Criou-se um verdadeiro parque de indústrias nacionais a produzirem e exportarem válvulas, instrumentos, conjuntos de circulação extracorpórea, etc.

Hoje a realidade está muito diferente.

Em 2010 fizemos 102.000 cirurgias cardíacas. Em 2014 reduziu este número para 92.000.

A cirurgia cardíaca pediátrica brasileira foi sempre considerada das mais avançadas do mundo com criações reconhecidas como a Cirurgia de Jatene para correção de um defeito cardíaco dos recém-nascidos chamado Transposição.

Hoje, dos 60 centros pediátricos brasileiros apenas 8 realizam todo o tipo de cirurgia em crianças, a maioria deles tendo sido desativado pelos hospitais pelo alto custo e insuficiente compensação pelo SUS.

Nascem no Brasil anualmente 28.000 crianças com defeitos congênitos do coração, sendo que em torno de 23.000 necessitam cirurgia de correção já no primeiro ano (Este número é o dobro de casos novos de câncer infantil a cada ano).

Em 2002 fazíamos em torno de 8.000 cirurgias cardíacas pediátricas.

Em 2014 apesar do aumento populacional este número caiu para pouco mais de 5.000.

Vale dizer que mais de 80% das crianças sobrevivem ao procedimento e tornam-se adultos saudáveis.

Pelo simples fato de que não há centros especializados em funcionamento em número suficiente, com UTIs sempre lotadas nossos médicos passam os dias a realizar escolhas absolutamente injustas de quem deve ou não sobreviver.

Para completar o triste quadro e encarecer ainda mais os procedimentos, a ANVISA não permite reprocessar equipamentos que na Índia são reutilizados até 50 vezes.

Há ainda o desabastecimento no país de medicamentos essenciais para realização de cirurgias como a protamina e a dobutamina que simplesmente sumiram do mercado sem explicações adequadas reduzindo ainda mais o número de cirurgias de adultos e crianças.

Calcula-se em pelo menos 20% menor o número de implantes de marca-passos realizados no último ano no país por dificuldades orçamentárias dos estados e municipais.

Falemos um pouco da lei do SUS, esta estrutura quase perfeita, já copiada por outros países, como o próprio OBAMA CARE.

A criação do SUS há 25 anos foi o maior avanço em benefício da população.

Baseado em uma tabela de procedimentos que permitia cobrir gastos de hospitais e honorários médicos de forma singela, mas eficiente.

Há 11 anos a tabela de preços está congelada com uma defasagem hoje de mais de 400% pela correção do INPC e outros indicadores.

Os preços de válvulas e outros insumos produzidos no Brasil está congelado há 14 anos.

É fácil de entender porque nossas cinco indústrias sucumbiram ao longo do tempo estando a última delas agonizando em recuperação judicial.

Por sua vez o Ministério da Saúde optou por gerar programas (em torno de 16 atualmente, como por exemplo, rede cegonha, UPAS, etc.) no lugar de atualizar a tabela.

Porém estes programas já nasceram deficitários comprometendo ainda mais os municípios.

A rede de hospitais filantrópicos e particulares é responsável por mais de 61% das cirurgias de alta complexidade no país.

Os filantrópicos são 2100 e já amargam um débito de curto e médio prazo de 15 bilhões.

Os procedimentos de alta complexidade disputam nos Estados e Municípios com as de média e baixa complexidade e é fácil entender que o gestor público faça a sua opção em tratar um grupo maior de pacientes ao invés de dar suporte a apenas um caso de maior custo.

Fala-se elogiosamente do Programa Brasileiro de Transplantes. E com razão.

Somos o país com o maior número de transplantes realizados com cobertura governamental.

O sucesso certamente se deve ao fato de que os transplantes não disputam orçamentos nos Estados e Municípios e são pagos por verba específica de Brasília não onerando o atendimento.

A solução para a alta complexidade deve ser semelhante.

Sua centralização no Ministério da Saúde solucionaria as escolhas de Sofia realizadas diariamente pelos especialistas brasileiros, pois não competiriam com a atenção básica e os procedimentos de baixa e média complexidade.

Devido à limitações financeiras é sabido que em todo o Brasil, Municípios e Estados não “regulam” a doença, regulam seu orçamento, limitando o acesso a milhares de pacientes que possam desequilibrar suas contas.

Em resumo, não são mais tempos difíceis, são tempos caóticos.

Terminaremos sendo conhecidos como a geração que aumentou a mortalidade infantil por falta de acesso ao tratamento, que piorou os indicadores de saúde por ter subfinanciado um sistema único de saúde que tinha tudo para ser um exemplo internacional de sucesso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero registrar neste Plenário, evento que acontecerá na cidade gaúcha de Passo Fundo. Eu me refiro a 16ª Jornada Nacional de Literatura e a 8ª Jornadinha Nacional de Literatura.

A realização destas Jornadas, que eu considero de grande importância, está aos cuidados da Universidade de Passo Fundo e da Prefeitura Municipal.

Esta movimentação cultural, já acontece há 33 anos e desencadeia ações culturais permanentes coordenadas no contexto do Centro de Referência de Literatura e Multimeios da Universidade, tais como: “Projeto Livro do Mês”; “Projeto Mundo da Leitura na Escola”; e “Programa Mundo da Leitura na TV”

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós estamos sempre pontuando a importância da educação e de, neste sentido, incentivar o hábito da leitura.

Vejo nestes eventos um chamado para que a comunidade se envolva com o tema da leitura e, por consequência, com o papel fundamental dela no contexto da educação.

Consta da apresentação do evento que ele pretende que se aprofunde o tema da leitura no contexto atual e ao mesmo tempo, faça das discussões que surjam sobre o assunto, um elemento transformador de consciências e, obviamente, formador de leitores.

Sr. Presidente, quero parabenizar a Universidade de Passo Fundo, na pessoa do Reitor José Carlos Carles de Souza e, a Prefeitura de Passo Fundo, na pessoa do Prefeito Luciano Azevedo, por darem seguimento a esta grande e importante jornada cultural.

O evento ocorre no período de 28 de setembro a 2 de outubro e quem puder visitar a cidade não irá se arrepender. É uma bela cidade gaúcha, muito acolhedora e o evento reúne uma multidão de pessoas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil é o detentor de uma das funções mais complexas do Estado brasileiro.

A variedade de suas atribuições e a enorme gama de responsabilidades que seu cargo abarca justificam um profissional altamente valorizado pelo Estado, pelos governos e pela sociedade.

Seja via combate à sonegação, como pelo próprio esforço de arrecadação, a ação do Auditor Fiscal tem assegurado o nível de arrecadação que o país precisa para manter seu desenvolvimento.

Em 2014 a atuação dos Auditores Fiscais propiciou a arrecadação para o Governo Federal de aproximadamente R\$ 1,2 trilhões em tributos federais, o que representa cerca de 70% de toda a arrecadação tributária brasileira.

Atuando como julgadores em contenciosos administrativos-fiscais, o Auditor-Fiscal descongestiona tribunais, evitando prejuízos ao Governo e aos contribuintes.

Em 2014, os processos julgados pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento – DRJ alcançaram a cifra de R\$ 126 bilhões.

O controle do fluxo comercial nas fronteiras, nos portos e nos aeroportos, exercido pelo Auditor-Fiscal, protege a indústria nacional dos produtos que entrariam no país em desigualdade de condições.

Esta ação também ajuda a proteger o emprego gerado no país e a combater a informalidade.

Em 2014, os Auditores Fiscais apreenderam aproximadamente R\$ 1,8 bilhão em mercadorias que entraram ou circulavam irregularmente no país.

Em 2014 foram realizadas 3.110 operações de vigilância e repressão ao contrabando e descaminho, representando um aumento de 3,70% em relação a 2013.

A atividade aduaneira foi responsável pela aplicação de 3.528 multas. Um crescimento de 20,34% em relação a 2013, arrecadando R\$ 278,5 milhões.

O combate à corrupção é parte de um esforço da Receita Federal do Brasil para incrementar as ações de inteligência fiscal.

Sem ela, parte importante do sucesso de outros órgãos do próprio Poder Executivo não teria existido.

Muitas operações são realizadas em parceria com outras instituições, como a Polícia Federal e o Ministério Público.

Em 2014 as principais ações em andamento já tiveram autuações em montante superior a R\$ 9 bilhões.

Alguns exemplos de operações foram: Telexfree (R\$ 3,1 bilhões). Operação Monte Carlo (R\$ 703 milhões); Laranja Mecânica (R\$ 366 milhões); Operação Alquimia (R\$ 11 milhões).

A Operação Zelotes, deixou claro ao grande público a importância do trabalho do Auditor Fiscal.

Se existem autos de infração bilionários estes valores só são conhecidos porque antes os Auditores Fiscais fizeram um minucioso e complexo trabalho de investigação e auditoria fiscal para identificar a sonegação de tributos federais.

A atuação do Auditor Fiscal também coloca freio no planejamento tributário abusivo.

Algumas ações fiscais, como operações com ágio interno, ágio transferido, operações para evitar ganhos de capital com incorporação de ações, somaram em 2014 o valor de R\$ 7,2 bilhões.

Com o intuito de verificar a ocorrência de evasão tributária, são investigadas distorções de arrecadação.

O esforço relacionado a essa ação promoveu a recuperação de créditos tributários na ordem de R\$ 5,3 bilhões em 2014.

O combate à fraude e à sonegação é uma das atuações mais sensíveis da RFB (Receita Federal do Brasil) e dos Auditores Fiscais.

Em diversas ações fiscais são encontradas provas de ocorrência de crimes contra a ordem tributária, promovendo uma Representação Fiscal para Fins Penais, que é encaminhada ao Ministério Público Federal.

Em 2014 foram elaboradas 4.859 Representações Fiscais para Fins Penais.

Em média, mais de 20 por dia útil. Já na área aduaneira houve, em 2014, 42.048 perdimentos de mercadorias ou veículos no combate a ilícitos aduaneiros.

O acompanhamento de maiores contribuintes tem desenvolvido ações de conformidade tributária, destacando-se a atuação sobre a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, a qual, em 2014, resultou na retificação de 269 declarações e no aumento de R\$ 59,5 bilhões na receita bruta declarada pelas empresas.

O Auditor Fiscal também realiza a fiscalização previdenciária.

Esse trabalho consiste no acompanhamento da situação das empresas e entidades equiparadas com relação ao cumprimento de suas obrigações previdenciárias.

Em última análise, garante a sobrevivência do sistema previdenciário e a aposentadoria de milhões de brasileiros.

A arrecadação previdenciária em 2014 somou R\$ 357,8 bilhões, correspondendo a 31,2% da receita administrada pela RFB.

A eficiência do sistema arrecadador está diretamente ligada à atuação do Auditor Fiscal.

Por exemplo, a orientação ao contribuinte contribui para a redução de erros em declarações e recolhimentos.

A capacitação do ocupante do cargo permite-lhe maior eficácia em suas ações de fiscalização, reduzindo nível de fraudes e sonegações.

Evita, assim, que o Estado tenha perdas na sua arrecadação tributária e previdenciária, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do país e para a distribuição de renda.

Apesar da atuação marcante do Auditor Fiscal, o descontrole na condução da política econômica fez aflorar o atual quadro de crise, impondo perdas reais na arrecadação federal.

Os sete primeiros meses de 2015 mostraram uma retração real de 3,65% nas receitas previdenciárias e de 1,60% na arrecadação dos tributos administrados pela RFB (Receita Federal), na comparação com igual período de 2014.

Os esforços do Auditor Fiscal em prol do crescimento da arrecadação federal têm sido ignorados em termos remuneratórios pelo Governo Federal. 26 estados da federação remuneram melhor seus Auditores Fiscais do que o Governo Federal remunera os Auditores da RFB.

Apesar dos insistentes apelos à negociação apresentados pelo Sindifisco Nacional, o Governo Federal menospreza a contribuição do trabalho dos Auditores Fiscais para o esforço arrecadatório, mostrando-se incapaz de apresentar uma proposta remuneratória condizente com o alcance do seu trabalho.

Os Auditores Fiscais da RFB, pela sua dedicação e contribuição, exigem do Governo Federal um tratamento negocial e remuneratório digno, no mesmo nível do trabalho que desenvolvem.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Srª. Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeitamente, Senador Paim. V. Exª será atendido na forma do Regimento, e, obviamente, todos os que estiverem aqui presidindo os trabalhos terão que ter complacência com V. Exª, como tem com todos nós quando usamos da palavra e a sessão está sendo dirigida por V. Exª.

Dando continuação à relação de inscritos, convidado, para fazer uso da palavra como primeiro orador para falar no período de comunicação inadiável, o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra, V. Exª, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente desta sessão, Senadora Vanessa Grazziotin.

Srª Senadora, Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, mais especialmente os meus irmãos capixabas, em nome de quem eu exerço o nosso mandato aqui, de Senador da República, eu já vim à tribuna “n” vezes para exaltar a importância de uma atividade econômica que se confunde com atividade cultural e que é grande geradora de empregos, Senador Lasier Martins, não apenas em meu Estado, mas

no Brasil, que é a atividade cafeeira, uma atividade dominada, sobretudo em meu Estado, pela pequena propriedade de base familiar.

Hoje, Senador Paim, o meu Estado tem uma economia muito diversificada, mas a base de tudo foi o café, como o café foi a base para a indústria brasileira, que foi financiada lá atrás, nas décadas de 1940 e 1950, pela atividade cafeeira. Ainda que a atividade cafeeira em meu Estado tenha perdido relevância econômica, ainda é um segmento que gera pelo menos 300 mil postos de trabalho.

O meu Estado, Senadora Vanessa Grazziotin, é um Estado territorialmente pequeno, mas, ainda assim, somos o segundo produtor brasileiro de café, em função das pequenas propriedades de base familiar. Portanto, somos grandes exportadores de café, e tudo o que acontece com a nossa cafeicultura, com a cafeicultura brasileira, diz respeito e tem impacto para Estados como Minas Gerais, Bahia, Paraná, São Paulo, Rondônia e, fundamentalmente, o meu Estado.

Nós estamos diante de um caso inusitado, que é fruto, produto e resultado da desorganização que o nosso País vive. Os pilotos de avião eventualmente classificam essas circunstâncias como a chamada desorientação espacial. É quando você está sem rumo, o GPS não funciona, você não tem instrumentos, muito menos condições visuais para conduzir a sua tarefa. E é assim que nos encontramos neste momento, lamentavelmente, Senador Fernando Bezerra Coelho. Vejam como a situação é bizarra e como é surreal.

Em 1963, portanto há 52 anos, foi fundada a Organização Internacional do Café, que tem como fundador o Brasil. É uma organização que medeia a relação entre consumidores e produtores. O Brasil, portanto, não é apenas o maior exportador, é também o segundo maior produtor, só perdendo para os Estados Unidos da América. Dessa forma, a nossa liderança mundial na atividade cafeeira é uma realidade desde sempre.

Anualmente, a Organização Internacional do Café se reúne para discutir, para debater, para refletir cenários, oportunidades, ameaças, estatísticas, inovações e assim por diante. Pela primeira vez, estamos correndo o risco de o Brasil não ter direito a assento na reunião anual do Conselho da Organização Internacional do Café, que ocorre comumente na cidade de Londres, mas que este ano se reunirá na cidade de Milão, na Itália.

Por que o Brasil está correndo o risco de não ter assento, de não ter voz e de não ter voto?

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Simplesmente, Senador Ataídes, porque o nosso País está devendo 300 mil libras à Organização Internacional do Café, e, estatutariamente, se você está inadimplente com a organização, você não pode participar, você não pode ter vez, você não pode ter voz e você não pode ter voto. Simplesmente, o líder nacional da atividade cafeeira se ausenta da Organização Internacional do Café, porque o Governo brasileiro está devendo 300 mil libras, que representam aproximadamente três mil sacas de café. E a nossa produção supera 40 milhões de sacas de café.

É muito oportuno que estejamos aqui com a Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado...

(Interrupção de som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... para recebermos a solidariedade e a liderança de V. Ex^a e da Comissão, para impedirmos que isso aconteça.

No próximo dia 2, haverá a reunião anual da Organização Internacional do Café, e o Brasil simplesmente não poderá ter assento, ter voto, ter voz, porque não pagou o seu compromisso estatutário com a Organização Internacional do Café. Isso é para lá de bizarro. Isso não é possível!

Até o dia 2, espero que o Governo brasileiro possa refletir sobre a consequência e sobre o que significa um fato como esse. Há 52 anos, o Brasil lidera a Organização Internacional do Café, que, esporadicamente, neste momento, inclusive, é liderada, é presidida por um brasileiro.

Ou seja, nós presidimos a Organização Internacional do Café por decisão dos países produtores e dos países consumidores...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Peço a V. Ex^a um minuto mais de condescendência, Senadora Vanessa Grazziotin, para que eu possa concluir aqui meu raciocínio, considerando a relevância desse tema para a cafeicultura brasileira e para as centenas de milhares de empregos que dependem de decisões que serão debatidas no fórum que será realizado na semana que vem.

Quero crer, inclusive, que a Senadora Kátia Abreu, nossa Ministra da Agricultura, estará atenta a esse fato e não permitirá esse vexame, essa humilhação a que o nosso País estará submetido, caso, até sexta-feira, não acerte suas contas com a Organização Internacional do Café.

Ouço, com prazer, o Senador Ataídes; em seguida, ouço a Presidente da Comissão de Agricultura. Mas tenho aqui uma fé renovada...

(Interrupção do som.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... de que a Senadora Kátia Abreu, nossa Ministra (*Fora do microfone.*), não permitirá que isso aconteça, porque significará, na prática, uma humilhação para o nosso País, que é o líder, desde sempre, da Organização Internacional do Café em função da sua relevância não apenas na produção e na exportação, assim como no consumo.

Ouço, com prazer, o Senador Ataídes; em seguida, a nossa Presidente da Comissão da Agricultura, Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Só quero lembrar que V. Ex^a fala no período de comunicação inadiável, que não permite apartes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Peço a condescendência de V. Ex^a, porque é um debate importante.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – É só um registrozinho, Presidente. V. Ex^a, Senador Ferraço, está colocando uma palavra muito interessante: “bizarra”. Tenho uma outra informação bizarra: o Brasil está devendo à ONU R\$875 milhões! Se não pagou até 15 dias atrás, essa dívida hoje ultrapassa, então, os R\$900 milhões!

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ou seja, um país como o Brasil dever à ONU? E agora V. Ex^a está me dizendo que não o Brasil não tem cadeira na Organização Internacional do Café, porque ele não pagou a sua parte. Isso é uma vergonha!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Um país que exporta mais de 40 milhões de sacas de café dever três mil sacas de café? Isso é de fato algo incompreensível. Não há como nós nos autoafastarmos de uma deliberação como essa.

Mas ouço, com prazer, a Senadora Ana Amélia, e já caminho para o encerramento, Senadora Vanessa.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A Senadora Vanessa, que preside a sessão, lembrou, claro, que, numa comunicação inadiável, o Regimento não prevê apartes. Porém, Senadora Vanessa, V. Ex^a tem sido muito sensível à relevância dos temas. O Senador Ricardo Ferraço fala de um Estado produtor de café, o Espírito Santo. Já tratamos também da questão de importação de café do Peru, numa audiência junto à Ministra, que prontamente atendeu...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... à demanda levada pelo Senador Ferraço em relação à questão do café importado do vizinho país. Nesse caso, Senador, para agilizar, estarei às 16h30 numa audiência com a Ministra Kátia Abreu e, na condição de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, levarei essa ponderação de V. Ex^a, inclusive com esse percentual comparativo à produção de café com as sacas que devemos de contribuição não paga pelo Brasil. Será, de fato, vergonhoso para o Brasil, que é protagonista e tem no café um dos seus principais produtos na pauta de exportação. Na hora em que precisamos fazer superávit, acontece isso. Obrigada, Senador. Conte comigo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – É exatamente isso, Senadora Ana Amélia. Desde 1963, há 52 anos, a Organização Internacional do Café se reúne anualmente. O Brasil é o principal protagonista, por ser o maior produtor, o maior exportador, o segundo maior consumidor.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Tudo que se debate nesse fórum, Senadora Vanessa Grazziotin, é muito relevante para a cafeicultura, porque ali estão colocados os desafios, as ameaças, as oportunidades, as inovações, as bases estatísticas para que possamos fazer o nosso planejamento. E não faz sentido esse tipo de condução. Isso revela, na prática, o quanto nós estamos desorganizados em nível fiscal, porque não tem sentido o Governo continuar com essa inadimplência.

Então, eu faço a minha palavra, faço a minha manifestação, mas renovo aqui a minha profissão de fé. É tudo que eu posso fazer: ter fé na nossa Ministra Kátia Abreu. E, com a sua liderança, com a sua témpera – nós sabemos que a Senadora Kátia Abreu é uma mulher de briga, é uma lutadora –, ela fará o seguinte: não dará um boi para brigar e depois...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – De fato, vai ser, Senador Fernando Bezerra Coelho, uma humilhação para o nosso País, pela primeira vez, em 52 anos, não ter assento na reunião anual da Organização Internacional do Café. Isso será, de fato, um escândalo, uma humilhação.

E eu faço aqui a minha manifestação na expectativa de que o Governo brasileiro possa resolver esse assunto até sexta-feira, para que o Brasil possa continuar sendo o protagonista nesse importante fórum internacional.

Obrigado, Srª Presidente, pela resignação e pela boa vontade de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senador Ferraço.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidenta, estou aqui neste bendito WhatsApp, que já faz parte de nossas vidas, queiramos ou não, e as pessoas estão me perguntando se vai haver ou não a apreciação do voto hoje à noite.

As pessoas daquela rede da família Aerius, que estão na expectativa desde maio, perguntam: "Vamos até aí? Nós nos deslocamos com os ônibus? Estamos no hotel. Vai ser hoje à noite? Votam ou não os vetos hoje à noite, para em seguida votar o PL nº 02, de 2015, que vai pagar os idosos do Aerius?" Isso não é polêmico, é uma questão apenas de votar.

É a pergunta que faço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senador Paim. A Mesa recepciona a pergunta de V. Exª, e o que temos a responder é que a sessão está marcada e não foi desmarcada. Agora, é esperar chegar às 19h para ver como se conduz o quórum e se haverá ou não a sessão. Não há como antecipar ou garantir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, não está desmarcada?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Até agora, não há nenhuma informação sobre a suspensão. Às 15h30, haverá uma reunião do Presidente da Casa com os Srs. e as Sras Líderes partidárias. E certamente o tema lá será debatido e, brevemente, informado no plenário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada a V. Exª.

Dando continuidade à relação de inscritos, o Senador Cristovam não se encontra, e o Senador Telmário não se encontra. Então, o próximo orador inscrito sou eu.

V. Exª falará depois de mim, pela Liderança. Agora, no revezamento, fala um orador inscrito, fala outro para comunicação inadiável, fala um orador inscrito, e fala uma Liderança. Assim se segue, Senador Ataídes.

Passo a direção dos trabalhos à Senadora Ângela Portela.

A Srª. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Ângela Portela, 4ª Secretária.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com a palavra, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Ângela Portela.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, companheiros e companheiras, há alguns dias, Parlamentares da oposição entregaram ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, um aditamento a um pedido de *impeachment*, que lá já estava protocolado, contra a Presidente Dilma Rousseff.

Eu tenho ocupado esta tribuna quase todos os dias e todas as sessões, Srª Presidente, Senadora Ângela, Srs. Senadores, para denunciar a absoluta falta de argumentos jurídicos dessa ação, mas acredito também que seja oportuno trazer ao debate desta Casa as razões econômicas que alavancam o golpismo dos setores mais atrasados da nossa sociedade.

E, quando eu falo que não há argumentação jurídica para se apresentar e defender a tese do impedimento da Presidente, é porque, de fato, não há qualquer crime que tenha sido vinculado a ela ou que ela tenha cometido ou por que ela tenha sido julgada, em relação a qualquer irregularidade, Srª Presidente.

O jornal *Folha de S.Paulo* de hoje traz uma longa entrevista com o ex-Ministro e ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, em que ele, baseado em uma análise jurídica insuspeita, independente, imparcial, afirma textualmente que não há qualquer base jurídica para sustentar um processo de *impeachment* contra a Presidente Dilma Rousseff e que não se pode – entre aspas – “‘artificializar’ argumentos para afastá-la do cargo”. Então, vejam que um ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal é quem faz essa análise, assim como muitos outros juristas.

Srª Presidente, o que está por trás dessa tentativa de golpe? Quando alguns defendem a bandeira do *impeachment*, sustentam que isso é previsto na Constituição brasileira. De fato, isso é previsto na Constituição brasileira, mas, a partir do momento em que uma tese como essa é defendida e levada adiante sem que haja qualquer base jurídica, ela foge do impedimento e passa a ser um golpe, o que é extremamente danoso para a nossa jovem democracia, para a democracia brasileira, porque coloca em xeque o nosso próprio sistema, o nosso próprio Estado democrático de direito. Então, basta que Presidentes da República estejam mal avaliados ou enfrentem problemas de crise econômica ou crise política para que as forças sustentem e levantem a necessidade de impedimento sem qualquer base legal.

E é por isso que eu acho, Srª Presidente, que nós vamos ultrapassar essa fase. Como muitos têm dito, eu também acredito que nós vivemos uma crise muito mais política do que econômica. Lamento o fato de que a crise política esteja sendo um alimento para a crise econômica. E eu lamento muito, porque quem perde com isso não é a força política que está no poder, não é a Presidente da República; quem perde com isso é a Nação brasileira, é o Estado brasileiro e, principalmente, a população brasileira.

Eu quero aqui trazer, Srª Presidente, rapidamente, o exemplo do Chile, que, após o sangrento golpe de Pinochet, implementou um duro programa neoliberal. Esse programa nos mostra a face real desse modelo econômico – o mesmo modelo que anima determinados setores da oposição brasileira retrógrada, conservadora, a defenderem e manterem alta a bandeira do impedimento da Presidente, sem qualquer base legal.

O Chile teve um governo popular, o mandato do Presidente Salvador Allende, que participava da União Popular, por apenas três anos, de 1970 a 1973. Nesse período, o Presidente fortaleceu sua base popular devido aos programas sociais que elevaram de forma rápida a qualidade de vida dos mais pobres daquele país. Durante os três anos do governo de Allende, o Chile viveu um verdadeiro terrorismo econômico impulsionado pela mídia hegemônica, que criou um clima de ingovernabilidade e preparou o cenário para o golpe. Um comunicado interno da International Telephone & Telegraph, importante monopólio norte-americano de comunicação, dizia que os banqueiros não deveriam renovar os créditos ou demorar a fazê-lo, ao mesmo tempo em que as companhias comerciais deveriam dificultar a reposição de peças e produtos básicos para a população. Com a crise de abastecimento, criada propositadamente pelos grandes grupos, a classe média começou a sentir a escassez e a fazer manifestações contra o governo com panelaços, que representavam a falta de produtos básicos no comércio. Em uma etapa mais avançada rumo à ingovernabilidade, a oposição começou a cercar o governo, impedindo-o de realizar nacionalizações de empresas, impondo constantes trocas de ministérios e ampliando sua influência no Poder Legislativo.

Com o cenário pronto para o golpe, Pinochet tomou o poder e, em poucos anos, conseguiu consolidar a sua agenda neoliberal, aplicando uma política de choque baseada na Escola de Chicago de Milton Friedman e de George Stigler. Em pouco tempo, 2% das empresas do país controlavam mais de 70% das ações de todas as sociedades anônimas, enquanto os três bancos mais importantes conseguiram deter metade das ações dos bancos comerciais. A agenda de “modernizações” – entre aspas – baseada na Escola de Chicago levou o Chile a privatizar a previdência social, a saúde, a educação, o sistema de infraestrutura e a entregar o controle de praticamente todo o seu capital a grupos estrangeiros.

Passadas quase quatro décadas, o país, Srª Presidente, ainda sente as consequências dessas ações, porque, até os dias de hoje, ainda não conseguiu se desvincilar totalmente desse amplo processo de privatizações ocorrido nos anos 70 e 80. Desse modo, a educação pública no Chile ainda não é gratuita, assim como a saúde daquele país; os pedágios nas autovias e o preço do transporte público oscilam de acordo com os horários de pico, de forma que as tarifas ficam mais altas nesses períodos. Além disso, a Constituição vigente ainda é a implementada por Pinochet durante os anos 80.

No Brasil, eu creio que a situação, em alguns aspectos, pode ser comparada à situação vivida pelo Chile, principalmente pelo fato de que o que move a direita conservadora de nosso País é articular, tramar um golpe contra uma Presidente democraticamente eleita. Não é só o fato de o governo Lula e de o Governo da própria Presidente Dilma terem elevado a qualidade de vida dos trabalhadores, do povo brasileiro, e feito com que a

educação pública no Brasil se expandisse como nunca se expandiu em nosso País, ou o próprio ódio que nutre das esquerdas brasileiras, mas, sim, Srª Presidente, o interesse de implementar, novamente, a agenda neoliberal, que já levou o País a uma série de privatizações nos anos 90 e abriu a economia nacional ao capital estrangeiro, de uma forma completamente atabalhoadas.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vejam que nós vimos muitas de nossas empresas serem privatizadas. Um exemplo de que essa agenda continua a assombrar o nosso País foi a publicação de um artigo do economista Armínio Fraga, que, em uma eventual vitória do PSDB nas eleições presidenciais passadas, deveria ser o Ministro da Fazenda, como o próprio candidato havia anunciado. Ele dá o tom do que seria a economia brasileira num governo tucano.

Aliás, o Instituto Teotônio Vilela e o PSDB realizaram, semana passada, aqui, no Senado Federal, um seminário denominado “Caminhos para o Brasil”, em que participaram, além de vários Parlamentares filiados, Armínio Fraga e Gustavo Franco, que textualizaram exatamente tudo isso que coloco aqui, o receituário econômico caso estivessem no poder. Portanto, aqueles que criticam o ajuste hoje estão preparados e querem o poder para fazer um ajuste muito maior que esse, um ajuste que ataque frontalmente o direito dos trabalhadores, o direito dos brasileiros e das brasileiras, e que volte a promover o amplo processo de privatização que eles já promoveram no passado. Vejam que bastou o início de uma crise econômica e política para reavivarem projetos como aquele que muda o marco regulatório da Petrobras, acabando com a partilha e voltando para o sistema de concessão, ou seja, o objetivo é entregar para as grandes multinacionais as maiores riquezas que têm o nosso País.

O economista Armínio Fraga descreve em seu artigo, tendo falado também nesse tal seminário “Caminhos para o Brasil”, a situação do País como a mais calamitosa.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu abro aspas: “quadro fiscal gravíssimo, combinado com uma profunda crise econômica” – fecho aspas –, para o qual ele diz ter a salvação em suas mãos. Segundo o economista, seria necessário adotar uma série de medidas conjunturais de prazo mais longo e no plano macro. Ele aponta, como causa de todos os males, a presença do Estado na nossa economia, diz ele ser o Estado brasileiro muito grande, um Estado agigantado.

Eu quero dizer, Srª Presidente – eu peço apenas uns minutinhos para concluir, já encaminho para a conclusão –, que não sou economista, mas me valho da nossa história e dos dados da nossa realidade, do nosso passado mais distante, do nosso passado mais recente e do nosso presente, para questionar esse receituário neoliberal que os tucanos querem no nosso Brasil.

Não foi graças ao investimento, por acaso, do Estado que o Brasil foi um dos países que mais rapidamente se desenvolveu no mundo entre os anos de 1930 e 1980? Foi com o viés nacional desenvolvimentista que o País se industrializou, deixou de ser um país agrário. As empresas públicas, quer da esfera produtiva ou da esfera financeira, tiveram um papel fundamental no episódio do desenvolvimento, sobretudo, do parque produtivo nacional: Petrobras, Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica, Vale do Rio Doce e outras siderúrgicas, o sistema Eletrobras, Telebras, entre muitas outras, foram as protagonistas dessa visão desenvolvimentista.

Já os governos de Fernando Henrique, dos quais Armínio Fraga participou, tinham, já àquela época, a mesma opinião. Por isso, “venderam” – entre aspas –, entregaram, a preço de banana, em processo muito questionado e pouquíssimo ou nada investigado, Senador Bezerra, uma boa fatia das empresas públicas brasileiras. E qual foi o resultado? O resultado foram várias crises cambiais, desemprego e uma dívida nas alturas, crescimento estagnado, País à mercê das grandes potências capitalistas.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mesmo a inflação, em 2002, último ano do governo de Fernando Henrique, ficou em mais de 12% ao ano.

Portanto, o economista Fraga diz que é preciso superar o que ele considera as características do Estado atual, tal como a ineficiência e o agigantamento do gasto público, mas que há muito mais do que isso, porque são ainda características do atual modelo: “elevado grau de dirigismo, desprezo pelo mercado em particular, relativo isolamento no mundo...”.

Segundo ele, seria necessário que se acabasse com toda e qualquer vinculação das verbas orçamentárias – vejam o que significa isso –, superando a rigidez nos gastos e adotando-se o que ele chama de “orçamento

base zero", sem qualquer vinculação de gastos para a educação e para a saúde. O que significa dizer que, em momentos de crise, seriam exatamente esses segmentos que mais sofreriam com os cortes.

E mais, segue ele no seu pacote de maldades: a aposentadoria deveria ser, Senador Paim, completamente desvinculada...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... desindexada dos reajustes do salário mínimo; não deveria nem haver o piso para aposentados no nosso Brasil; assim como deveria ser revista a cobertura da estabilidade dos servidores públicos.

Mas essas não são novidades. Isso é parte do ideário tucano. Durante o seu governo – o próprio Fernando Henrique não lembra –, nós éramos Deputadas, a Senadora Ângela, eu, a Senadora Fátima, éramos Deputadas Federais, quando apareceu lá um projeto de lei muito pequenininho, que mudava o art. 618 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e colocava o negociado à frente do legislado. Ou seja, direito a férias, décimo terceiro, tudo isso poderia ser negociado, e o mínimo de direitos que o trabalhador e a trabalhadora têm, no País, que é a CLT, ficaria para as cucuias.

Portanto, Sr. Presidente...

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senadora Vanessa, muito rápido...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Rapidamente, eu gostaria de parabenizá-la pelo brilhante pronunciamento que faz, uma reflexão tão consistente acerca da realidade do nosso País. Senadora Vanessa, eu já disse várias vezes que, se os tucanos tivessem voltado ao poder, o que eles teriam promovido não seriam apenas ajustes. Na verdade, as medidas que seriam adotadas – e agora a posição do Armínio Fraga...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ... corrobora mais ainda o que eu vou dizer. Se eles tivessem voltado ao poder, teriam apresentado medidas que não significariam apenas ajustes, mas um verdadeiro desmonte do papel do Estado e de retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais dos trabalhadores.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora, eu agradeço o aparte de V. Ex^a e o incluo ao meu pronunciamento.

E concluo, Senadora Ângela Portela, que já me garantiu um tempo a mais significativo, dizendo que essas propostas que eles levantam a nós não surpreendem, mas é importante que a população tenha claro isso; é importante que o conjunto dos servidores públicos, dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras, tenha claro o que é que eles querem. Por que tanto desejo de tirar a Presidente da República do poder? Por que, assim que acabaram as eleições, não reconheceram a vitória da Presidente Dilma? Porque, no fundo, eles querem aplicar o seu ideário da política neoliberal. E aí, como resumiu o economista Marcio Pochmann, essa medida patrocina...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... a volta do patrimonialismo no Brasil.

Por fim, Sr^a Presidente, quero destacar que a defesa da legalidade da democracia e do respeito ao resultado das urnas embute em si também a luta em defesa de nossas conquistas sociais, nossas conquistas econômicas e geopolíticas.

O ataque diuturno à Presidente Dilma tem dentro de si o ovo da serpente do autoritarismo e do neoliberalismo, Senadora Fátima. Muitos dos que, de forma franca e honesta, embarcam na oda golpista não sabem que embalam também a possibilidade de levar o Brasil de volta...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... ao século passado.

Muitos chilenos deixaram-se levar pela cantilena moralista contra Allende, e a sua pátria até hoje sofre por isso.

Então, neste momento, penso que precisamos fazer um alerta à sociedade brasileira. Primeiro, para que se mova na defesa do Estado democrático de direito; e, segundo, na defesa da manutenção dos avanços e das conquistas sociais e econômicas que tivemos nos últimos tempos, e que não foram poucas, Senadora.

Muito obrigada pela paciência.

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Parabéns, Senadora Vanessa, pela defesa que faz do Governo da Presidenta Dilma e das conquistas sociais e econômicas que conseguimos nos últimos anos.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Ataídes Oliveira, pela Liderança do seu partido, o PSDB.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Depois da comunicação sou eu, Presidente?

A SR^a PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – (*Fora do microfone.*)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está certo, então.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Presidente Ângela Portela, Senadores e Senadoras, depois do anúncio do Governo da redução de 30% nas alíquotas de contribuição do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e outros), os donos do Sistema S, dessas entidades, ficaram literalmente incomodados.

Eu já disse várias vezes que sou um defensor do sistema, eu já disse várias vezes que o meu objetivo maior é aprimorar o sistema e fazer as correções. Mas eles nunca ouviram a minha voz.

Venho hoje a essa tribuna, Sr^a Presidente, falar exatamente sobre o terror que causou dentro do Sistema S essa declaração do Governo de apropriar, ou de reter, 30%. Eu trouxe aqui a *Folha de S.Paulo*. O presidente do Sebrae, Dr. Luiz Barreto, dia 16/09, deu uma declaração dizendo que o Sebrae cobra 0,3% sobre a folha de pagamento bruta dos trabalhadores Brasil afora, menos pequenas e microempresas. Na verdade, não é 0,3%. O Sebrae cobra 0,6%. Eu não sei como é que o Dr. Luiz Barreto vai explicar isto agora, esse 0,3% para 0,6% sobre a folha de pagamento bruta. Ele disse que o Sebrae só tem 1,7 bilhão aplicado em banco. Eu não sei como é que ele vai explicar, porque o TCU disse em 31/12/2014 que o Sebrae tinha 2,32 bilhões.

Mas pior, Sr^a Presidente: numa audiência pública realizada aqui dia 28/5/2015, o diretor de administração e finanças nacional do Sebrae, Sr. José Claudio dos Santos, declarou que o Sebrae tinha, em maio de 2015, R\$3,7 bilhões aplicados no mercado financeiro. Não sei como ele vai explicar isso aqui.

Um outro fato importante é uma declaração que o Sr. Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Firjan, que deu uma nota, no dia 21/09/2015, ao *Valor Econômico*, em que disse: "Vamos fechar o Sesi e o Senai e o efeito político será gigantesco". Olhem o que esse moço disse, ou seja, nós vamos fechar o Sesi e o Senai e o problema será político, e não econômico e social. O problema não é a grana. O problema é político. Olhem o que disse o Sr. Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, no dia 21/09/2015, ao *Valor Econômico*: "O efeito político será gigantesco".

É interessante observar que lá no Rio de Janeiro só o Sistema S, em 31 de dezembro, tinha 1,632 bilhão...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... aplicado em bancos.

Eu disse aqui há poucos dias que o TCU, através do Acórdão 2050, em 31/12/2014, disse que o Sistema S tinha R\$17,594 bilhões. Ou seja, hoje, oito meses depois, acredito eu que esse depósito em espécie, especulando nos bancos, dinheiro público, está acima de R\$20 bilhões.

Interessante: em 2012, o Sesi foi ao BNDES e tomou 1,5 bilhão emprestado, a juros subsidiados, taxa de equalização. Em 2012, eu imagino que eles tinham 12 bi aplicados em banco. Aí foram ao BNDES e pegaram mais 1,5 bi emprestado. Disseram que era para abrir escolas – isso com 12 bi aplicados em bancos. Isso é brincadeira!

Gratuidade. Eu brigo com esta gratuidade, porque o Sistema S foi criado tão somente, Senador Fernando Bezerra, para qualificar a mão de obra e levar lazer e saúde ao trabalhador. Gratuidade. Está aqui: Acórdão 2.527, de 2012. Sebrae – Sebrae! –, em 2008, teve uma gratuidade de 4.8; em 2009, uma gratuidade de 5.2; em 2010, uma gratuidade de 4.9; em 2011, uma gratuidade de 4.7. Ou seja, nesses quatro anos, o Sebrae Brasil prestou uma gratuidade de 4.9 – essa foi a média. Enquanto isso, os nossos pequenos, micro e médios empresários, sofrendo com essa carga tributária gigantesca, lutando contra uma legislação trabalhista terrível. E, no entanto, o Sebrae, com R\$3,920 bilhões aplicados em bancos, especulando.

E, agora, recentemente, foi criado, então, o Ministério da Micro e Pequena Empresa. Isso é verdadeiro. Tem o dinheiro, mas não aplica na sua atividade fim, que é qualificar a mão de obra do trabalhador; que é, na atividade fim, ajudar esses pequenos e médios empresários, que estão sufocados e que, quando batem à porta do Sebrae, para entrar têm que pagar.

Com isso, Sr^a Presidente, vem, então, o desemprego.

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Porque não têm a oportunidade. Esta famigerada "geração nem, nem", que nem estuda e nem trabalha, que hoje são dez milhões de brasileiros, de jovens

de 18 a 29 anos, loucos à procura de uma oportunidade. Para fazerem um curso de *office-boy*, de pedreiro, de eletricista, têm que pagar R\$1,2 mil, sendo que o Sistema tem esse dinheiro aplicado em bancos exatamente para essa atividade. Lá no Tocantins, uma senhora, dona de casa, para fazer um curso de cabeleireira, tem que pagar R\$1.680.

Então, é mais que justo que o Governo reduza 30% dessas contribuições. Eu queria que fosse para a saúde, e não para a Previdência Social.

E aqui há uma arrecadação indireta. Este é um caso gravíssimo! O Sesi e o Senai arrecadam 56% da sua receita diretamente com os grandes contribuintes. Isso, no meu entendimento, é um crime! E vem acontecendo há longa data. É arrecadação direta. Nem o Governo sabe quanto é, mas nós sabemos – eu e o TCU: é 56% da sua receita, ou seja, algo em torno de R\$9 bilhões ou R\$10 bilhões. E se essa receita não entrar via Siafi, via Receita Federal do Brasil, o Governo não terá informações sobre essa receita.

O art. 37 da Constituição, inciso XXII, deixa muito claro: "as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento..."

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) –... do Estado (...)." Portanto, a arrecadação de tributos é de competência do Estado e exercida por servidor de carreira.

A Lei nº 11.457, de 2007, Ministro Fernando, que criou a Super Receita, diz claramente: "(...) cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização [e] arrecadação (...)"

Como é que o Sesi e o Senai arrecadam isso diretamente? Só porque fizeram uma resolução dentro da Receita Federal, sem amparo legal?

Aqui acabei de falar sobre a Constituição Federal, sobre a Lei nº 11.457, no seu art. 3º, que diz que "As atribuições de que trata o art. 2º desta Lei se estendem às contribuições devidas a terceiros (...)", que é o caso.

E por derradeiro, Srª Presidente, o art. 7º do Código Tributário Nacional também diz: "A competência tributária é indelegável [indelegável!] (...) conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra (...)"

E aqui, em 2011, através do Acórdão nº 2.527, o TCU disse que o Sesi e o Senai, em 2011, arrecadaram diretamente R\$3,5 bilhões.

Ou seja, hoje, acredito que esse volume seja algo em torno de R\$9 bilhões a R\$10 bilhões.

Era tão somente isso, Srª Presidente, que eu queria falar nesta tarde de terça-feira, levar informações ao povo brasileiro e dizer que esse sistema que deve arrecadar este ano R\$36 bilhões e que deve ter hoje, depois de oito meses, mais de R\$20 bilhões aplicados em banco, com uma gratuidade abaixo de 15%. Não é justo que esse dinheiro do povo seja especulado no mercado financeiro.

E aqui eu quero dizer a você, brasileiro: o Sistema S lhe pertence, é seu, você não tem de pagar nada por curso nenhum, em canto nenhum deste nosso grande Brasil.

Muito obrigado, Srª. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, a Srª. Ângela Portela, 4ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Fátima Bezerra.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Cumprimentamos o Senador Ataídes pelo pronunciamento que acaba de fazer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Fátima, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sim.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu fiz uma permuta com o Senador José Medeiros, que seria o próximo.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – V. Exª fez uma permuta com o Senador José Medeiros?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Portanto, com a compreensão da Senadora Ângela, nós convidamos V. Exª para fazer uso da tribuna agora, por permuta com o Senador José Medeiros.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a compreensão da Senadora Ângela e da Srª Presidente, Senadora Fátima Bezerra, que acaba de transferir a Presidência à Senadora Ângela Portela.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes, eu venho a esta tribuna para dizer que finalmente o Brasil dá um enorme passo em direção à moralidade pública. Na última semana, nós vimos o Supremo

Tribunal Federal decidir que são inconstitucionais as doações de empresas para campanhas eleitorais e para partidos políticos. A partir deste momento, entramos numa nova época na busca de maior probidade nos pleitos do nosso País, certos de que esse é o melhor caminho em termos de eleições livres, com campanhas mais baratas, proporcionando um embate mais justo e equânime entre os candidatos.

Essa foi uma das preocupações de minha parte quando das bandeiras defendidas na campanha eleitoral, trabalhando para cumprir as promessas e fazer aquilo que a população pedia há tanto tempo: o fim das doações de empresas.

Agora, temos visto nessa operação Lava Jato que aí estava uma das causas dos escândalos com as eleições: as propinas vindas de empresas privadas. Segundo o Juiz Sérgio Moro, "o elemento mais reprovável do esquema criminoso da Petrobras" é a contaminação da esfera política pela influência do crime, "com prejuízos ao processo político democrático". Então, devemos, de forma urgente, defender cada vez mais a democracia com medidas eficazes neste Parlamento.

A defesa de nossa democracia passa também pela efetividade das decisões do Poder Judiciário. Nós precisamos fornecer instrumentos, como agora tem havido com o Juiz Moro, assim como outros magistrados que venham a atuar em processos semelhantes, para que possam coibir desvios e más condutas que distorcem a nossa democracia.

Apesar do nosso otimismo, Srª Presidente, por estarmos vendo os culpados pagarem por seus atos, não devemos nos iludir. Há um caminho ainda por trilhar. A vitória da moralidade foi apenas parcial. Precisamos alterar a regra de progressão do regime, como propus em projeto que está em tramitação nesta Casa, o PLS 499/2015, para que condenados não progridam com tanta facilidade, tão rapidamente e logo saiam da cadeia para desfrutar os milhões desviados nos casos de corrupção.

O que estamos vendo, Srª Presidente, telespectadores da TV Senado, é que esses dois casos recentes de condenação, Vaccari Neto e Renato Duque, um deles recebeu uma condenação de 15 anos de prisão e o outro, 20 anos de prisão. Entretanto, pela progressão do regime, todos devem se dar conta de que, na verdade, a tendência é um deles ficar na prisão apenas dois anos e meio e o outro ficar três anos e três meses. Portanto, não têm significado, não passam de ilusão essas penalidades pesadas de 15 e 20 anos.

Por isso, defender a nossa democracia é criar também regras mais rígidas nesse sentido e atuar no nascemento do conluio entre público e privado.

Ou seja, precisamos reformar nossas regras eleitorais. É por isso que repito que, por meio deste Projeto de Lei nº 499, peço a compreensão dos Senadores para que mudemos o regime de progressão de pena.

Diante disso, no que tange às doações empresariais, quando a Suprema Corte atua no sentido de balizar, constitucionalmente, aquilo que temos defendido, sentimos que estamos no caminho. No que tange às doações de pessoas físicas, este é mais certo, é mais correto. Devemos trabalhar com regras e limites. Diante disso, apresentei o Projeto de Lei 593, deste ano, em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça, que limita a 10% dos rendimentos tributáveis auferidos pelo doador no ano anterior à eleição. Precisamos buscar o melhor caminho para aperfeiçoarmos as regras atuais.

Participei ativamente da Comissão de Reforma Política para trazer ideias que pudessem arejar nosso sistema, no sentido de que possamos, ainda em futuro próximo, instituir outros mecanismos que façam nosso sistema político mais arejado e limpo, que transporte para as mãos do eleitor mais poder, como o *recall*, um instituto presente na legislação de outros países, que é a possibilidade de o eleitor cassar, por incompetência ou corrupção, um detentor de mandato eletivo.

Esse mecanismo retira qualquer barreira de proteção dos políticos, deixando sob o escrutínio do eleitor, já durante o mandato, o poder de fiscalizar e retirar do poder aqueles que não condizem com a ética ou o bom gerenciamento da máquina pública. Diante da situação em que vivemos hoje, o *recall* seria um instituto que faria muito sentido. Algo que poderia ser provocado para solucionar o impasse criado em nosso presidencialismo de coalizão, diante de uma Presidente fragilizada, hoje sem legitimidade econômica, política, sem popularidade, algo que paralisou o País.

Foi com enorme satisfação que acompanhamos pela imprensa e pela TV Senado, até ano passado, a PEC nº 80/2003, que propunha o *recall*, apresentado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, relatado por nosso Grande Senador Pedro Simon, um entusiasta da ideia, mas que, infelizmente, foi arquivada. Mas agora desenha-se uma nova oportunidade: apoiar a PEC nº 08/2015, que institui a revogabilidade de mandatos políticos no Brasil, de autoria do Senador Reguffe, e a PEC nº 21/2015, que institui o direito de revogação e o voto popular, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Propostas que passaram a tramitar em conjunto após aprovação de requerimento de minha autoria e que hoje aguardam designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça.

A adoção desses institutos serão, sem sombra de dúvida, medidas de enorme importância institucional para a nossa República.

Recentemente, recebemos uma proposta de emenda à Constituição vinda da Câmara, a PEC nº 113/2015, uma enorme oportunidade para fazermos diferença. Ali encontramos avanços, como o fim da reeleição. Entretanto, se essa iniciativa for prejudicada, defendo que os detentores de mandato no Executivo se afastem previamente de suas posições antes de buscar sua recondução. Neste caso, é imperativo que se retirem, previamente, aqueles que buscam a renovação do mandato, como forma de evitar que sua posição ajude de qualquer forma para sua continuidade no poder. É uma regra de caráter moral que, se mantida a reeleição, precisa ser adotada.

Devemos também estar alertas. Essa mesma proposta de emenda à Constituição, a PEC 113, retomará a discussão de doação de empresas para partidos e candidatos. Mais uma vez, havemos de defender não reformar...

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – ... nossa Constituição nesse ponto, seguindo o raciocínio do Supremo Tribunal Federal, disposto no art. 14, §9º, que inibe a nefasta influência do poder econômico nas eleições. O dreno criado entre empresas e as campanhas políticas está no cerne de casos de corrupção, como aqueles apurados pela Lava Jato. Precisamos, então, criar dispositivos que evitem esse total desvirtuamento da política.

Assim, entramos num caminho muito importante. A discussão dessa PEC, aliada ao PLC 75/2015, que se encontra no Planalto para sanção presidencial, é fundamental para o aperfeiçoamento dos alicerces políticos do País. Espero que a Presidente vete o dispositivo...

(Interrupção do som.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Um pouco de tolerância (*Fora do microfone.*), Senadora. Obrigado. Já estou concluindo.

Dizia que são fundamentos para o aperfeiçoamento dos alicerces políticos. Esperamos que a Presidente vete o dispositivo, derrubado por nós no Senado, mas mantido pela Câmara, que autoriza a doação de empresas, um dispositivo claramente inconstitucional, como declarou o Supremo Tribunal Federal na semana passada.

Já demos o primeiro passo. O próximo é analisar e propor mecanismos dentro da proposta de emenda à Constituição que chega a esta Casa.

Precisamos, em conclusão, seguir firmes nos propósitos de propor soluções para os problemas do Brasil, que são tantos. Há muito a ser realizado.

Estamos diante de um momento transcendental, que exige determinação, proposição e coragem.

As eleições de hoje transformaram-se no nascedouro de alianças e apoios que acabam por enfraquecer nossa democracia representativa, bastião garantidor de nossas liberdades.

Cabe a nós, Parlamentares, reformar nossos institutos, reforçar nossas instituições e trabalhar em prol de um sistema político justo e transparente, capaz de encarar desafios como aqueles que se avizinharam, com a certeza de que nossa República sairá fortalecida desta crise.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, a Srª. Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Ângela Portela, 4ª Secretária.

A SRª PRESIDENTE (Ângela Portela. Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Lasier.

Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Fátima Bezerra, para uma comunicação inadiável.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Presidenta em exercício, Senadora Ângela; Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, quero aqui fazer um registro da importante vitória que a democracia brasileira obteve na última quinta-feira, com a decisão da Suprema Corte, do Supremo Tribunal Federal, que, ao analisar a ação direta de inconstitucionalidade de autoria da OAB, posicionou-se pela inconstitucionalidade do financiamento empresarial de campanhas políticas.

Quero aqui celebrar, Senadora Ângela, essa decisão, que, a meu ver, é uma vitória que vai ficar na história republicana do nosso País, uma vitória daqueles e daquelas que sonham com o avanço do ponto de vista de moralização do processo político eleitoral no nosso País.

A meu ver, pôr fim ao financiamento empresarial a campanhas e partidos é um passo substancial para que possamos ter eleições mais limpas, mais democráticas, mais éticas, para que possamos ter, Senadora Ângela, eleições menos midiáticas e mais programáticas.

Quero dizer também, Srª Presidenta, que, dando continuação a nossa luta em defesa do fim do financiamento empresarial a partidos e campanhas, nesta terça feira, tivemos mais uma reunião com a coordenação do movimento da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, movimento este do qual fazem parte várias entidades civis, como a OAB e a CNBB.

Pois bem, hoje, mais uma vez, estivemos na CNBB junto com o grupo de Senadores e Senadoras, grupo suprapartidário que tem se empenhado e participado intensamente dessa luta para pôr fim ao financiamento empresarial a partidos e campanhas. A reunião, na sede da CNBB, teve o objetivo, Senadora Ângela, é claro, de celebrar essa vitória importante que obtivemos na última quinta-feira quando da declaração de constitucionalidade do financiamento empresarial a partidos e campanhas, e também teve o objetivo de definir os próximos passos, os novos rumos do movimento.

Daí porque, Srª Presidenta, resolvemos hoje, na reunião na CNBB, solicitar uma audiência com a Presidenta Dilma, com o objetivo de pedir a ela que vete os dispositivos do Projeto de Lei nº 5.736, que autoriza o financiamento empresarial de campanhas.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Na verdade, os representantes do movimento da coalizão consideram que, após a decisão do STF na semana passada, a Presidenta já tem argumentos suficientes, consistentes para que, em sintonia com a sociedade civil e com o respaldo do Supremo Tribunal Federal, vete a parte da lei que libera esse tipo de doação.

Por que esse apelo cívico nosso à Presidenta Dilma para que vete os dispositivos do Projeto de Lei nº 5.736, que autoriza o financiamento empresarial de campanhas? Porque, Srª Presidente, é isso que quer a maioria da sociedade. Várias pesquisas foram feitas, e mais de 70%, mais de 80% da população deseja, sim, que se acabe com o financiamento empresarial, o financiamento de pessoas jurídicas a partidos e campanhas.

E sabe por que a maioria da população deseja isso? Porque a população tem muita sabedoria, tem muita sensibilidade. A população já identificou que esse modelo de financiamento que permite doações de pessoas jurídicas a partidos e campanhas tem contribuído para quê? Para aumentar, cada vez mais, os casos de corrupção em nosso País, sem contar o que ele traz de deformação, na medida em que torna essas disputas político-eleitorais cada vez mais desiguais.

Então, quero aqui colocar, Senador Paim, que o grupo de Senadores – do qual V. Exª faz parte, aqui no Senado – associa-se a esse apelo cívico que a CNBB, a OAB, entidades que lideram o movimento da coalizão democrática fazem à Presidenta Dilma, para que ela, em sintonia, repito, com o sentimento da maioria da população e com o respaldo agora do Supremo Tribunal Federal, vete a parte da lei que trata de restabelecer a doação empresarial a partidos e campanhas, conforme o julgamento da Câmara dos Deputados.

Quero ainda, Sr. Presidente, destacar as palavras do Presidente da OAB, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho. Em documento que enviou à Presidenta Dilma, pedindo que ela vete o financiamento empresarial a partidos previsto no projeto de lei, o Dr. Marcus Vinicius lembrou, na defesa do veto por parte da Presidenta Dilma, que o veto pode ocorrer – abro aspas – “em decorrência do juízo político de inadequação da decisão jurídica de constitucionalidade” – fecho aspas.

Na opinião do Dr. Marcus Vinicius, Presidente da OAB, nesse caso, os dois argumentos estão presentes, já que a Suprema Corte do País já se manifestou pela inconstitucionalidade, e também a sociedade, em sua maioria, já manifestou que não aceita o investimento empresarial.

E aqui, mais uma vez, destaco as pesquisas de opinião pública que expressam o sentimento majoritário da população a favor do fim do financiamento empresarial a partidos e campanhas.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Quero destacar ainda, Sr. Presidente, as palavras do Dr. Marcus Vinicius quando coloca que o Supremo analisou que as doações por empresa ferem diversos dispositivos da Constituição, como: a previsão do tratamento igualitário entre os candidatos; a definição de que o poder emana unicamente do povo – ou seja, dos cidadãos, e não das pessoas jurídicas; a regra que proíbe o abuso do poder econômico nas eleições; e o preceito que prevê a normalidade e a legitimidade das eleições.

Portanto, cabe a nossa expectativa agora de que a Presidenta Dilma...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Na carta que está sendo enviada à Presidenta Dilma, o que nós desejamos? Que os princípios democráticos e republicanos de isonomia estejam preservados e respeitados com a proibição de empresas nas campanhas eleitorais.

Senador Paim, eu quero agora pedir a atenção de V. Ex^a, porque vou ler o manifesto a favor do veto ao Projeto de Lei 5.735, de 2013, no que diz respeito ao fim do financiamento de empresas em campanhas eleitorais. Este é o documento que foi deliberado na reunião, hoje pela manhã, que tivemos com a CNBB e a OAB, documento este a que nos associamos.

Diz o documento, Sr. Presidente:

Coalizão pela Reforma Política e Democrática e Eleições Limpas.

Manifesto a favor do Veto do PL nº 5.735/2013.

Pelo fim do Financiamento de Empresas em Campanhas Eleitorais.

A Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, que reúne mais de uma centena de organizações da sociedade civil, vem manifestar a sua firme posição em favor do veto do PL nº 5.735/2013, no momento submetido à sanção da Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Esta convicção foi fortalecida de maneira definitiva pela decisão, merecedora de aplausos, do Supremo Tribunal Federal, no último dia 17 de setembro, considerando inconstitucional o financiamento eleitoral por empresas. Não só aplaudimos a posição tomada pelo STF, mas esperamos que A palavra do Presidente da Suprema Corte seja mantida [abre aspas]: “o julgamento está concluído e válido para as eleições a partir de 2016”. [Palavras do Ministro Lewandowski, Presidente do STF].

Repudiamos [diz o manifesto, Senadora Ângela] qualquer tentativa de reversão desse resultado da Corte, tendo presente que tal conduta se situa na contramão do sentimento fortemente majoritário do povo brasileiro, expresso em pesquisa de opinião pública recente.

Por esse motivo, a sociedade civil, representada pelas entidades que integram a Coalizão, juntamente com expressivo apoio das Sr^{as} e Srs. Senadores que subscrevem esta manifestação, dirige especial apelo à Excelentíssima Senhora Presidente da República no sentido de apor veto ao referido projeto naquilo que diz respeito ao financiamento empresarial, o que resultará no aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

Executiva da Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas

OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)

CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)

Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)

CTB Nacional (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

CUT Brasil (Central Única dos Trabalhadores)

MCCE (Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral)

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

UNE (União Nacional dos Estudantes)

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Para concluir, Senador Paim, eu quero aqui dizer que já está aqui em nossas mãos o manifesto que acabo de ler e dizer, Senador Walter Pinheiro, que o manifesto está aberto a todos os Senadores e Senadoras que comungam com essa tese e que aqui já se expressaram publicamente na defesa do fim do financiamento empresarial a partidos e campanhas. Portanto, Senador Fernando Bezerra, que já assinou, Senador Paim, Senadora Ângela, Senadora Vanessa e tantos outros e outras, esperamos que tantos outros Senadores e outras Senadoras venham exatamente endossar esse importante manifesto de iniciativa da OAB e da CNBB que será entregue à Presidenta da República pedindo para ela vetar o artigo que trata do fim do financiamento empresarial a partidos e campanhas. O manifesto, inclusive, está comigo. Portanto, para os Senadores e Senadoras que desejarem aqui assiná-lo, colheremos a assinatura com enorme prazer.

E agora estamos exatamente aguardando, Sr. Presidente, audiência com a Presidenta da República para entregar o manifesto, bem como também vamos ter audiência com o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para dar continuidade à nossa luta.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sr^a. Fátima Bezerra, a Sr^a. Ângela Portela, 4^a Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Fátima Bezerra.

Agora, Senador Fernando Bezerra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Fernando Bezerra falará como Líder e V. Ex^a, Ângela Portela, falará como oradora escrita. Acordo fechado os dois? O erro foi deste Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode ser? A gentileza da dama é sempre importante, normalmente somos nós que cedemos para elas. E hoje ela nos deu um ganho aqui: desculpou o meu erro e ainda cedeu para V. Ex^a. Obrigado, Senadora Ângela.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, na semana passada, o Ministério da Educação apresentou a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, o documento que pretende unificar as bases dos ensinos infantil, fundamental e médio em todo o País. Mais de 190 mil escolas brasileiras serão atingidas pelo projeto, que vai definir 60% da grade curricular em quatro grandes eixos: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. É, portanto, uma discussão fundamental para o futuro e a formação das próximas gerações no Brasil.

O documento, segundo o próprio MEC deixa claro no seu portal da internet, está aberto a críticas e sugestões e é algo para ser construído com a colaboração de professores, estudantes, movimentos sociais e todos os interessados em colaborar para uma melhor qualidade de ensino. Por isso, Sr. Presidente, companheiros e companheiras de Senado, proponho desde já que realizemos aqui nesta Casa uma audiência pública para discutir o texto apresentado pelo MEC. Será, certamente, um momento extremamente rico, em que poderemos apresentar as nossas contribuições e ouvir tanto o Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, quanto os pesquisadores e os estudiosos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou na vida pública há 32 anos, já tendo sido Prefeito da minha cidade, Petrolina, por três vezes. Tenho, portanto, conhecimento das enormes diferenças entre as escolas no Brasil. Sei que os Municípios e as cidades mais ricas conseguem proporcionar um ensino melhor que o das regiões mais pobres. Essa distorção reforça as desigualdades no País, criando estudantes de segunda e terceira classes, que recebem pouco conhecimento, aprendem menos ainda e acabam condenados ao subdesenvolvimento.

Apresentei aqui no Senado a Proposta de Emenda à Constituição nº 80, de 2015, que cria a carreira nacional de magistério para os professores do ensino básico no País. A ideia é justamente unificar o padrão do ensino público, para que o aluno de uma escola estadual do Pará – Estado que teve a pior avaliação pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – possa ter a mesma educação que outro em São Paulo, onde estão os melhores resultados. Essa é uma responsabilidade que recai sobre nós que assumimos nas ruas o compromisso de lutar por uma educação mais qualificada para nossos jovens.

No entanto, sabemos que Estados e Municípios estão estrangulados, com poucos recursos e quase nenhuma capacidade de investimento. Para corrigir tal realidade, também apresentei o Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2015, que eleva de 60% para 70% a parcela dos recursos anuais totais do Fundo Nacional da Educação Básica (Fundeb), para pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em exercício.

Sr. Presidente, a proposta do Ministério da Educação de criar uma Base Nacional Comum Curricular chega com alguns anos de atraso, é verdade, mas deve ser elogiada. É um avanço para o Brasil que precisamos aproveitar. Temos nas mãos uma grande oportunidade para colaborar com a educação de forma direta, reunindo homens e mulheres dispostos a empregar seus melhores esforços em prol da mais transformadora ferramenta social que existe: o ensino.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com um currículo unificado de Norte a Sul, poderá haver os mesmos parâmetros de qualificação profissional dos corpos docentes e melhorar a qualidade do material didático que é entregue. Hoje, há escolas que recebem livros didáticos com conteúdo que jamais será trabalhado em sala de aula, devido às grandes divergências curriculares.

Uma boa definição sobre o ensino no País foi dada, recentemente, pelo gerente de conteúdo da Organização Não Governamental Todos pela Educação, Ricardo Falzetta, em entrevista ao jornal *Correio Braziliense*. Ele classificou a condição de estudante no Brasil como uma roleta-russa. Se a criança nasce em uma região

mais organizada e desenvolvida, ela se dá bem; caso contrário, ela terá pouquíssimas chances de competir pelas melhores vagas.

Sr. Presidente, quero reforçar minha proposta para que façamos aqui essa audiência pública, de forma democrática e com ampla participação social. Neste momento em que o Senado propõe uma nova agenda ao Brasil, é primordial que possamos pensar o futuro, e só há futuro possível pela porta da educação.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, este meu pronunciamento, eu gostaria de fazer um apelo ao Governo Federal para que o diálogo com os servidores das universidades e dos Institutos Federais de Ensino seja retomado. Há unidades em que a greve dos trabalhadores já se estende por mais de 120 dias, desmontando todo o calendário letivo deste ano. Uma gestão deve ter a sensibilidade de compreender que não é possível fazer cortes bruscos em um setor como a educação, para não se correr o risco de comprometer o futuro. Retirar 75% do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) é um equívoco estratégico, pois, com a crise, precisaremos ainda mais de tecnologia, ciência e conhecimento.

Hoje, sabemos que grande parte dos nossos problemas vem justamente de décadas investindo pouco na educação. Nos últimos anos, foram realizados concursos, foram construídas novas unidades, e nós conseguimos caminhar algumas casas para frente. Não faz sentido que uma crise, depois de já termos enfrentado tantas, nos faça esquecer dos rumos que traçamos. Educação é um valor inegociável para o Brasil.

E, para encerrar, eu queria aqui registrar, Sr. Presidente, a passagem de mais um aniversário de emancipação política da minha querida cidade, a cidade de Petrolina.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Petrolina, no dia de ontem, 21 de setembro, comemorou a passagem de 120 anos de emancipação política. Petrolina, uma cidade que foi distrito de Santa Maria da Boa Vista e foi passagem de Juazeiro, na Bahia, ao longo da sua trajetória, pela força do trabalho dos seus filhos, trabalhadores, empresários, comerciantes, profissionais liberais, se transformou numa referência para o desenvolvimento do Pernambuco, do Nordeste e do Brasil. Portanto, quero aqui, da tribuna do Senado Federal, levar também os nossos aplausos a toda a gente boa e ao generoso povo da minha querida Petrolina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Fernando Bezerra. Agora, a Senadora Ângela Portela, com as minhas desculpas, como oradora inscrita.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. É uma satisfação.

Estamos aqui a comemorar, porque aprovamos, na última quarta-feira, a PEC da Segurança Pública, a PEC 33, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que inclui a segurança pública entre as competências da União, Estados e Municípios. A PEC da Segurança Pública, como ficou conhecida a matéria aqui no Congresso Nacional, brilhantemente relatada pelo querido Senador Walter Pinheiro, busca sanar uma omissão do Constituinte original que incluiu a saúde e a educação nas competências comuns dos entes federados, mas se esqueceu de incluir a segurança pública, que é tão vital no dia a dia da população e do povo brasileiro.

Infelizmente, eu não tive a oportunidade de participar da votação na quarta-feira passada, porque eu estava participando, na Cidade do Panamá, a convite da Organização das Nações Unidas, do Fórum de Parlamentares para Avaliação do Desenvolvimento da América Latina. Então, eu não poderia deixar, dessa forma, de saudar a aprovação da PEC 33, uma iniciativa parlamentar que considero fundamental para ajudar a equacionar o problema crônico da segurança pública em nosso País.

É fato que nossa sociedade convive com índices de violência e criminalidade cada vez mais alarmantes, uma realidade que impacta as nossas famílias e que vitima, de forma cruel e aviltante, milhares de brasileiros e brasileiras, especialmente os nossos jovens negros e do sexo masculino.

Fruto da exclusão social e da própria incompetência do Estado, a violência extrapolou a cena urbana e chegou, enfim, à zona rural. Em outras palavras, tornou-se uma doença endêmica, que precisa de políticas públicas qualificadas para o seu combate.

Nesse sentido, ao alçar a segurança pública ao rol das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a PEC 33 reforça o papel do Governo Federal na promoção e no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à questão da segurança.

Sr. Presidente, no meu Estado de Roraima, a realidade não é muito diferente da dos outros Estados do Brasil. Também sofremos com a violência crescente, com o tráfico de drogas e com a superlotação dos presídios. Nossa povo, assim como os milhares de brasileiros e de brasileiras em geral, também padece da sensação crescente de insegurança que tomou conta das nossas famílias, mas eu fico feliz em afirmar aqui que a Gover-

nadora Suely Campos, do meu Estado, tem feito o possível para modificar essa realidade. Logo no início de seu mandato, em janeiro deste ano, vários secretários visitaram os presídios roraimenses, de forma a verificar, *in loco*, as condições precárias de suas instalações, alvo do descaso da administração anterior. O Governo estadual também investe, em parceria com o Governo Federal, na reestruturação da segurança pública, ampliando as ações de monitoramento por câmeras e aumentando a rapidez na elucidação dos crimes.

Mas não é só isso. Amanhã mesmo, dia 23 de setembro, a Governadora Suely Campos, acompanhada de diversos secretários, se reunirá na nossa capital, Boa Vista, com a equipe do Ministério da Justiça para discutir a implementação em Roraima de um centro integrado de segurança pública nos moldes dos centros que funcionaram nas cidades-sede da Copa do Mundo, em 2014.

Serão ao todo 15 novas unidades. Graças aos esforços do Governo Federal e Estadual, nosso Estado também será contemplado!

Ações como essas serão cada dia mais rotineiras, a partir da instituição da segurança pública como competência comum entre os entes federados.

Por isso, saúdo, mais uma vez, a aprovação da PEC 33, de 2014, pelo Plenário do Senado Federal. Tenho certeza de que era essa cooperação da União que faltava aos Estados e Municípios para a implementação de políticas mais eficazes para a segurança pública. O fato de a União, de o Governo Federal aumentar suas responsabilidades, suas atribuições em relação à segurança pública nos dá ânimo para que possamos ver uma segurança maior do povo brasileiro.

É preciso ressaltar, no entanto, que a matéria ainda precisa ser aprovada, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados. Estou confiante de que isso acontecerá, muito em breve, para o bem da segurança pública e para o bem do povo brasileiro.

Não posso deixar aqui de ressaltar, de destacar, mais uma vez, o empenho do Governo do Estado de Roraima, da Governadora Suely, em buscar a implementação de projetos, de medidas que possam ajudar no esclarecimento de crimes, para dar uma condição melhor, uma sensação maior de segurança ao povo do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ângela Portela. Agora, como Líder, Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, o que me traz hoje à tribuna desta Casa são duas questões que podem parecer recorrentes e, de fato, o são. Refiro-me ao que continua acontecendo à saúde e à segurança pública do meu Estado, Sergipe.

O jornal *Cinform*, de grande circulação no nosso Estado, trouxe, esta semana, uma matéria sobre os constantes problemas com o equipamento de radioterapia do Hospital de Urgência de Sergipe, que mais uma vez está quebrado, e os pacientes, sem o atendimento adequado.

Sr. Presidente, se a luta contra o câncer já é difícil, imagine pela frente encontrando obstáculos, fruto da omissão, fruto do ato desumano, fruto da incompetência e da maldade, quando um Estado, como o meu, só tem praticamente um aparelho de radioterapia funcionando, e, mesmo assim, muito antigo.

Todos nós sabemos que o atraso no diagnóstico e no tratamento do câncer pode ser decisivo entre a vida e morte do indivíduo portador da doença.

Fui coordenador de Oncologia do Huse e sei que o aparelho que lá existe já tem mais de 14 anos de uso. Agora, mais uma vez está quebrado. E, segundo a Secretaria de Estado da Saúde, deve – vejam bem, Sras e Srs. Senadores – ser recuperado num prazo de 15 dias. Outros dizem que o prazo vai muito além disso. E, até lá, como ficam os pacientes? Com certeza, Sr. Presidente, muitas mortes existirão.

Quem vai pagar por essa omissão, por esse descaso? O pior é que é um descaso frequente, muito frequente.

Enquanto isso, o secretário de Estado da Saúde afirmou, em entrevista concedida ao jornal *Cinform*, que – abro aspas: “Temos que seguir a técnica. Não podemos viver à base de impressões, de sentimentos, ou de angústia dos pacientes. Eles precisam sim do tratamento, mas temos que observar a orientação médica e seguir o protocolo”. Fecho aspas.

Sinceramente, Sr. Presidente, esse argumento é lamentável. É um argumento de quem parece não conhecer a realidade oncológica do nosso Estado. Parece que o governo assumiu ontem. Mas esse governo já está lá por quase dez anos, Sr. Presidente, o que só piora as argumentações.

Ninguém contrai uma doença, seja ela qual for, porque quer. Depois, não é o paciente que elege o tratamento. Porém, uma vez que é indicado e iniciado, o mesmo não deve ser descontinuado, não pode ser in-

terrompido. Se isso acontecer, é extremamente desumano, principalmente numa situação como essa, em que todos sabem que o aparelho precisa de manutenção, principalmente pela idade dele, Sr. Presidente. Em alguns centros, já nem se usam aparelhos com tamanha idade!

Nessa mesma matéria, quando o secretário foi indagado sobre o novo equipamento de radioterapia que está sendo adquirido pelo Ministério da Saúde – ainda lembro que, na gestão do Ministro Padilha, já se falava da aquisição de 81 aparelhos de radioterapia para o Brasil e que Sergipe seria contemplado com um desses aparelhos –, cuja previsão é que a instalação se inicie em 60 dias, disse – abro aspas: “tem 16 anos que implantaram o primeiro aparelho de radioterapia, como é que o segundo vai ser implantado em tão pouco tempo?” Fecho aspas.

Sr. Presidente, repito: o atual governo já está lá há quase dez anos. Dez anos! Quanto tempo será necessário para se instalar um novo aparelho de radioterapia? Essas pessoas, realmente, não têm sentimento, não têm humanidade e não têm compromisso com o cidadão.

O câncer não espera, Sr. Presidente. É a luta contra um tumor que cresce dia a dia no corpo de quem é portador e que não espera que equipamentos sejam consertados ou esperados. A doença continua sua evolução, é o ciclo natural. E uma situação como essa, que já está sendo imposta aos pacientes oncológicos em Sergipe, é quase a assinatura de seus atestados de óbito, o que é muito triste. Não adianta vir com números de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), primeiro porque não contempla todos que necessitam do atendimento, mas, sobretudo, porque o paciente deve receber o tratamento adequado, indiscutivelmente, no local onde vive.

Mais uma vez, Srs. Senadores, ainda segundo a matéria – abro aspas:

[...] fez-se necessária a intervenção do Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Justiça dos Direitos da Saúde, que já havia ajuizado uma Ação Civil Pública, para tentar resolver a situação. Semana passada, a Justiça julgou a [...] [Ação Civil Pública] procedente e condenou [mais uma vez] o [Governo do] Estado de Sergipe e a Fundação Hospitalar de Saúde a prestar assistência farmacêutica, bem como outras medidas necessárias ao contínuo tratamento dos pacientes oncológicos do Huse. [Fecho aspas.]

E segue – abro aspas:

Entre as exigências, estão a ampliação dos serviços quimioterapia, a atualização dos equipamentos de informática e a instalação de um novo sistema de planejamento 3D para os tratamentos radioterápicos realizados no Hospital de Urgência de Sergipe. [Fecho aspas.]

Sr. Presidente, o câncer é uma doença que avança de maneira assustadora em todo o mundo, mesmo nos países mais poderosos, mesmo nos mais ricos. No Brasil não é diferente, tampouco em Sergipe. Por isso, nossa luta é incansável pela construção do Hospital do Câncer no nosso Estado. E, quando digo “nossa”, é nossa mesmo, minha e de alguns Parlamentares, porque, todos os anos, ano após ano, a Bancada de Sergipe tem destinado emendas para a construção do Hospital do Câncer, Sr. Presidente. Já foram cinco emendas e estamos indo para a sexta. São verbas do Orçamento para a construção do Hospital do povo de Sergipe, que efetivamente necessita desse atendimento especializado já há muito tempo.

Somente em emendas de Bancada já foram destinados para a construção do Hospital do Câncer mais de R\$143 milhões, o que daria para construir dois hospitais, construir e equipar dois hospitais oncológicos. Desses recursos, quase 86 milhões foram perdidos pela falta de projeto.

E acredite, Sr. Presidente, a obra nem começou, e o TCU já a condenou. Antes mesmo de qualquer parede ser construída ou de qualquer tijolo ser colocado, já condenou o projeto, o que retardará mais ainda a construção do Hospital do Câncer, levará mais sofrimento ao povo sergipano e, consequentemente, à perda de muitas vidas e ao sofrimento de muitas famílias. Isso é uma perversidade muito grande com o nosso povo, com a nossa gente.

Sr. Presidente, colegas Senadores, infelizmente o meu Estado passa por dias difíceis. Vivemos não só a crise federal, mas duas crises: aquela causada pelo Governo Federal e a causada pela omissão ou pelas maldades do governo do Estado de Sergipe. São dias difíceis, que eu diria inimagináveis alguns anos atrás.

Há cerca de um mês, um agente penitenciário foi morto e dois ficaram feridos dentro do Presídio de Nossa Senhora da Glória. Nesse dia, durante o plantão, havia apenas cinco agentes penitenciários para cuidar de mais de 450 presos. Dessa maneira, 19 detentos conseguiram fugir da penitenciária, atirando para todos os lados, colocando em risco várias vidas.

Pois bem, o Conselho Nacional de Segurança Pública Penitenciária, criado pelo Ministério da Justiça, prevê cinco detentos para um agente penitenciário. Entretanto, em Sergipe, nós temos quase 18 detentos para um agente penitenciário. Ou seja, quase quatro vezes mais do que o recomendado.

Mas os problemas do sistema prisional no meu Estado vão muito além. Atualmente, estima-se que a população carcerária seja da ordem de mais de 4,5 mil detentos, e, em Sergipe, existem apenas 2,5 mil vagas nos presídios. Vou citar, aqui, dois exemplos: o Presídio de Nossa Senhora da Glória, onde aconteceu a fuga que ci-

tei anteriormente, tem capacidade para 185 detentos e, hoje, abriga mais de 450. Já o Complexo Penitenciário Dr. Manoel Carvalho Neto, em São Cristóvão, a capacidade é de 800 presos e, hoje, abriga mais de 2,4 mil. Sem dúvida, grandes fornalhas prestes a explodir a qualquer momento.

Ademais, há quatro anos, não existe regime semiaberto em Sergipe. Acredite, Sr. Presidente: há quatro anos, não existe regime semiaberto em Sergipe. O Presídio de Areia Branca, onde essa modalidade de regime era cumprida, foi interditado, desativado pelo Juiz da Vara de Execuções Penais. Desde então, os presos que alcançam a progressão de suas penas estão sendo postos em liberdade por não terem onde cumprir a sentença. Acreditem, Sras e Srs. Senadores!

Some-se a tudo o que já falei o fato de que, em um período de quatro anos, houve um desligamento de 1.217 policiais militares, tendo em vista o ingresso de mais de 600 novos policiais este ano e o anúncio da convocação de outros 300, oriundos do concurso realizado em 2014 – ainda assim, isso não supre o número de policiais militares desligados.

Enquanto isso, a violência só aumenta em todo o Estado de Sergipe.

E aqui gostaria de contar-lhes um fato mostrado em uma matéria exibida pela TV Atalaia, emissora filiada da Rede Record, na qual foi mostrado que, na Delegacia de Laranjeiras, a pessoa que estava atendendo às ocorrências era uma guarda municipal, que estava tirando o plantão dos agentes e escrivães. Uma verdadeira usurpação de função pública e um total desasco com a população. Entretanto, ficamos sabendo que esse tipo de caso acontece, com muita frequência, em outras cidades do interior do Estado. Em verdade, a Polícia Civil de Sergipe também está com seus quadros, tanto de agentes, quanto de escrivães, defasados, extremamente defasados.

Enquanto isso, Sr. Presidente, a violência avança a cada dia, e deixamos de ser um dos mais pacatos e tranquilos Estados brasileiros para nos tornarmos, lamentavelmente, um dos mais desumanos – porque não temos saúde pública digna, não temos hospital do câncer – e, também, um dos mais violentos do nosso País, fruto de um governo omisso, de um desgoverno e de gente que não tem o mínimo senso de humanidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Amorim, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Dando sequência à lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Walter Pinheiro, Senador Jader, que se encontra no plenário, Jader Barbalho, eu venho à tribuna porque há muitos e muitos dias tenho comentado sobre o trabalho dos auditores fiscais. E venho comentar hoje mais uma vez.

Sr. Presidente, o auditor fiscal da Receita Federal do Brasil é detentor de uma das funções mais complexas, mas mais importantes do Estado brasileiro. A variedade de suas atribuições é enorme. Seu cargo abarca e justifica um profissional altamente preparado, capacitado e que tem que ser valorizado pelo Estado. Se já havia o combate à sonegação, como pelo próprio esforço de arrecadação, a ação do auditor fiscal tem assegurado o nível de arrecadação que o País precisa para manter seu desenvolvimento.

Em 2014, a atuação dos auditores fiscais propiciou uma arrecadação para o Governo Federal de aproximadamente R\$1,2 trilhão em tributos federais, o que representa cerca de 70% de toda a arrecadação tributária do País.

Atuando como julgadores em contenciosos administrativos fiscais, o auditor fiscal descongestiona os tribunais, evitando prejuízos ao Governo e aos contribuintes. Em 2014, os processos julgados pelas delegacias da Receita Federal do Brasil, de julgamento de Rio de Janeiro, alcançaram a cifra de R\$126 bilhões.

O controle do fluxo comercial nas fronteiras, nos portos e nos aeroportos, exercido pelo auditor fiscal, protege a indústria nacional dos produtos que entrariam no País em desigualdade de condições. Essa ação também ajuda a proteger o emprego gerado no País e a combater a informalidade.

Em 2014, os auditores fiscais apreenderam aproximadamente R\$1,8 bilhão em mercadorias que entraram ou circulavam irregularmente no País.

Em 2014, foram realizadas 3.110 operações de vigilância e repreensão ao contrabando e descaminho, representando um aumento de 3,70% em relação a 2013. A atividade aduaneira foi responsável pela aplicação de 3.528 multas, um crescimento de 20,34% em relação a 2013, arrecadando somente aí R\$278,5 milhões. O combate à corrupção é parte do esforço também da Receita Federal do Brasil para incrementar as ações de inteligência fiscal. Sem ela, parte importante do sucesso de outros órgãos do próprio Poder Executivo não teria

existido. Muitas operações são realizadas em parceria com outras instituições, como a própria Polícia Federal e o Ministério Público.

Em 2014, as principais ações em andamento já tiveram atuações em montante superior a R\$9 bilhões. Alguns exemplos de operações: Telexfree, R\$3,1 bilhões, Operação Monte Carlo, R\$703 milhões, Laranja Mecânica, R\$366 milhões, Operação Alquimia, R\$11 milhões, Operação Zelotes, que deixou claro para o grande público a importância do trabalho do auditor fiscal, que envolveu o acompanhamento, a fiscalização e a autuação de grandes empresários, em nível nacional, envolvendo cifras bilionárias.

Se existem autos de infração bilionários, esses valores só são conhecidos porque antes os auditores fiscais fizeram um minucioso e complexo trabalho de investigação, de auditoria fiscal, para identificar a sonegação dos tributos federais.

A atuação do auditor fiscal também coloca freio no planejamento tributário abusivo. Algumas ações fiscais, como operações com ágio interno, com ágio transferido, operações para evitar ganho de capital com incorporações de ações, somaram, em 2014, o valor de R\$7,2 bilhões.

Com o intuito de verificar a ocorrência de evasão tributária, são investigadas distorções de arrecadação. O esforço relacionado a essa ação promoveu a recuperação de crédito tributário da ordem de R\$5,3 bilhões, somente em 2014.

O combate à fraude e à sonegação é uma das atuações mais sensíveis da Receita Federal do Brasil e dos auditores fiscais. Em diversas ações fiscais, são encontradas provas de ocorrência de crimes contra a ordem tributária, promovendo uma Representação Fiscal para Fins Penais, que é encaminhada posteriormente ao Ministério Público Federal.

Em 2014, foram elaboradas 4.859 Representações Fiscais para Fins Penais. Em média, mais de 20 por dia útil. Já na área aduaneira, houve, em 2014, 42.048 perdimentos de mercadorias ou veículos no combate a ilícitos aduaneiros.

O acompanhamento de maiores contribuintes, Sr. Presidente tem desenvolvido ações de conformidade tributária, destacando-se a atuação sobre a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, que, em 2014, resultou na retificação de 269 declarações e no aumento, só ali, de R\$59,5 bilhões na receita declarada pelas empresas.

O auditor fiscal também realiza a fiscalização previdenciária. Esse trabalho consiste no acompanhamento da situação das empresas e entidades equiparadas com relação ao cumprimento de suas obrigações previdenciárias.

Em última análise, Sr. Presidente, garante a sobrevivência do sistema previdenciário e a aposentadoria de milhões de brasileiros. E aqui reafirma que a Previdência brasileira é superavitária.

A arrecadação previdenciária, em 2014, somou R\$357,8 bilhões, correspondendo a 31,2% da receita administrada pela RFB. A eficiência do sistema arrecadador está diretamente ligada à atuação do auditor fiscal.

Sr. Presidente, por exemplo, a orientação ao contribuinte contribui para a redução de erros em declarações e recolhimentos que são posteriormente ajustadas. A capacitação do ocupante do cargo permite-lhe maior eficácia em suas ações de fiscalização, assim reduzindo nível de fraudes e sonegações. Evita que o Estado tenha perdas na sua arrecadação tributária e previdenciária, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento do País e para a distribuição de renda.

Apesar da atuação marcante do auditor fiscal, o descontrole na condução da política econômica fez aflourar o atual quadro de crise, impondo perdas reais na arrecadação federal.

Os sete primeiros meses, de 2015, mostravam uma retração real de 3,65%...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... nas receitas previdenciárias e de 1,60% na arrecadação dos tributos administrados pela Receita Federal, comparando com igual período de 2014.

Os esforços do auditor fiscal em prol do crescimento da arrecadação federal têm sido ignorados, em termos remuneratórios, pelo Governo Federal. Vinte e seis Estados da Federação remuneram melhor seus auditores fiscais do que o próprio Governo Federal remunera os auditores da União.

Apesar dos insistentes apelos e negociações, apresentados pelo Sindifisco, o Governo Federal menospreza a contribuição desse importante trabalho dos auditores fiscais para maior arrecadação; mostrando-se, assim, incapaz de apresentar uma proposta decente e convincente e ao alcance do trabalho realizado.

Os auditores fiscais da RFB, por sua dedicação e contribuição,...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... pedem ao Governo que se sente à mesa e estabeleça um processo amplo de negociação – e eu o estendo a todos os Servidores Públicos, Sr. Presidente.

Por fim, Sr. Presidente, faço, nestes dois minutos, um pequeno registro.

Hoje, pela manhã, servidores públicos do Rio Grande do Sul, se postaram à frente da Assembleia Legislativa do meu Estado para se manifestarem contra o aumento do ICMS proposto pelo Governador. Houve uma grande confusão: a Brigada Militar avançou sobre os servidores, muitos foram agredidos com cassetetes e spray de pimenta, três manifestantes presos... Além do aumento de ICMS, os servidores protestam também contra a ampliação do limite de saques dos depósitos judiciais de 85% para 95% e dos projetos de extinção da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) e de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Tribunal de Justiça do meu Estado, Sr. Presidente, deferiu, parcialmente, liminar pedida pelas Bancadas do PT, do PCdoB e do PSOL para derrubar as restrições ao acesso à Assembleia Legislativa.

O acesso, enfim, foi garantido, mas está limitado pela lotação dos espaços da Casa.

Neste momento, as propostas estão sendo discutidas em plenário. E os servidores estão de plantão em frente à assembleia. A situação do Rio Grande, Sr. Presidente, continua gravíssima. O caos continua instalado. E, até o momento, nenhuma solução concreta foi encaminhada pelo Poder Executivo e nem sequer votada pelo Poder Legislativo.

Por fim, Presidente, ao terminar esta minha fala, só queria, mais uma vez, fazer um apelo para que, hoje, às 19h, votemos os vetos que estão para serem apreciados. São centenas de vetos. Se continuarmos assim, vamos acumular milhares de vetos. É preciso votar. É preciso decidir. Os amigos e amigas do Aerius, ainda há pouco, falavam comigo, e eu dizia: venham para cá, e vamos esperar para ver se o Congresso reúne às 19h.

Cada um vote com a sua consciência na apreciação de cada voto. Eu reafirmo a minha posição de votar sempre a favor dos trabalhadores e dos aposentados, sejam da área pública,...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... da área privada, da área rural. Eu não votarei contra. Todo voto que for apreciado e for na linha de ser contra o interesse do trabalhador da área pública, da área privada, aposentado e pensionista, não tenham nenhuma dúvida de que votarei contra o voto. Essa é a minha posição, assumida há muito tempo. E não sou de votar de uma forma no momento de apreciar um projeto e, depois, se vetado, mudar radicalmente de posição, Sr. Presidente.

Espero que hoje votemos o fim do fator de uma vez por toda, criando a fórmula 85 definitiva e também definitiva, sem aquela tal de fórmula progressiva, se vote o reajuste dos aposentados, se vote a questão dos servidores – vote, eu digo, em relação ao voto – e se vote também o PL nº 2, do Aerius.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – O que me traz à tribuna, caro Presidente, Walter Pinheiro, não é diferente do que, há pouco, na tribuna do lado de lá, abordou o Senador Paulo Paim sobre a situação, eu diria, dramática que está, nesta tarde, neste dia, vivendo o Rio Grande do Sul.

A situação é muito grave, talvez a mais grave dos últimos anos.

Os manifestantes contrários a um aumento da carga tributária via ICMS tiveram um confronto com a brigada militar, que é a nossa Polícia Militar, e não é um confronto qualquer. É uma luta tenaz de uma reação da sociedade, que vê frustradas as tentativas de crescimento econômico do nosso Estado, que celebrou, nesse domingo, 20 de setembro, a data farroupilha, e o orgulho que temos de um Estado tão rico que vê, eu diria, ruir, na sua essência da gestão pública, as esperanças de milhares e milhares de gaúchos e gaúchas.

O que está acontecendo no Rio Grande do Sul é exatamente esse contencioso político, eu diria até institucional, entre os Poderes, as demandas dos servidores, legítimas, que tiveram, por imposição de uma gravíssima situação financeira, que aceitar o parcelamento dos seus salários. E é exatamente a soma desses conflitos, parcelamento de salários, somado à proposta de aumento do ICMS, que acabou agravando as tensões no Rio Grande do Sul, levando o problema para a relação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, com o protagonismo dos servidores públicos.

Um tumulto começou hoje, por volta de meio-dia, e, para tentar impedir a invasão da Assembleia, ou a ocupação da Assembleia, houve este confronto, Senador Otto Alencar, que é de um Estado do qual nós temos grande orgulho. Muitos gaúchos estão na região de Barreiras, trabalhando intensamente lá, fazendo a fronteira agrícola da Bahia, um exemplo do protagonismo, e os gaúchos estão espalhados por todo o Território brasileiro. É o Brasil de bombachas, como nós até convencionamos chamar. Estão em todos os lugares. Aonde chegam, plantam, fincam uma bandeira, que é a bandeira do nosso Estado, tricolor, mas ele planta também aquilo que ele tem de mais forte, que é a sua cultura: é o chimarrão, é o churrasco, é a sua música, a sua dança no Centro de Tradições Gaúchas.

Então, por mais fortes que sejam as culturas, como é a da Bahia, com a sua tradição afro-brasileira, com a sua religiosidade, com a sua dança, com o seu axé, com tudo o que tem na Bahia, mas ainda assim lá há gaúcho.

E essa manifestação revela exatamente a força que tem essa tradição histórica de um Estado como o Rio Grande do Sul, que, neste momento, está vivendo essa agudíssima crise. Mas não estamos sozinhos. A situação do Rio Grande do Sul é crítica, grave, pelo descompasso entre o aumento do que gasta o Estado e a receita que recebe.

Então, queria me somar às preocupações, desejar que o Governo do Estado consiga superar. A tensão preocupa, porque afeta a vida de todos. Penso que todas as áreas de saúde, educação, segurança pública estão afetadas, mas também sou contra a proposta que prevê o aumento da alíquota do ICMS, porque amplia o arrocho e as dificuldades dos cidadãos do nosso Estado.

O cidadão que já estava pagando alto pelo preço da crise estará obrigado agora, caso a proposta seja aprovada, a pagar mais caro pela energia elétrica, pelos combustíveis e também pelos serviços de telefonia, todos impactados pelo ICMS: um tributo estadual que é cobrado sobre todas as operações envolvendo a circulação de mercadorias e a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações.

A situação, como eu disse, é crítica, e os cidadãos, não apenas gaúchos, mas de várias partes do Brasil, não aceitam pagar essa conta que não é deles. Ontem, estive em São Paulo com os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço e Jorge Viana, membros da Comissão de Relações Exteriores, para examinar a situação da política nacional de defesa e segurança. Uma situação crítica também, em que projetos relevantes estão sendo paralisados com a queda na geração de emprego, com o aumento do desemprego e vários problemas, a própria soberania nacional. E lá a Fiesp começava "não quero pagar o pato", contrária ao aumento da carga tributária.

Tenho recebido também centenas de mensagens em meu gabinete de pessoas preocupadas com os rumos do País.

O engenheiro eletricista Sérgio Soares Silveira, que também tem conhecimento em segurança do trabalho, está desempregado. Por causa da paralisação de obras, ele não consegue trabalho no setor privado. Reclama também que sempre pagou os impostos em dia, contribuindo para ajudar a manter os caixas dos Governos Federal, estaduais e municipais e que, agora, não tem recebido em troca o serviço público de qualidade de que precisa.

Também recebi mensagem de Paulo Roberto Finger, contador, trabalha há quase 50 anos nessa atividade, desde 1968. Ele não concorda com mais aumento de impostos e diz que, no passado, a carga tributária do País chegava a 18% e que hoje é superior a 40%. Na avaliação dele, o Governo Federal tem de diminuir seus gastos urgentemente, vender imóveis da União, Estados e Municípios que não geram renda alguma, só despesas, e incentivar setores econômicos promissores que dão mais retorno à economia do País.

Esse também é o sentimento da Suzana Caruso Bohrer, que é professora estadual no Rio Grande do Sul. Ela diz que muitos funcionários públicos receberam apenas R\$600,00 do salário de agosto, e o restante será parcelado até o final de setembro.

Estão sem poder pagar as contas e comprometendo, inclusive, o deslocamento para ir e voltar ao trabalho.

As crises política e econômica já fizeram, portanto, muitos estragos, e, se nada for feito, se a demora do Governo em dar resposta viável à crise persistir, os efeitos negativos sobre a vida do cidadão poderão se ampliar.

Aliás, até trago aqui um artigo muito adequado. E quero, Senador Walter Pinheiro, sua transcrição nos *Anais do Senado Federal*. É o editorial do dia de hoje, 22 de setembro: "Estado de penúria" "Queda geral da arrecadação proveniente de tributos acentua desequilíbrios e força governadores a gastar capital político com os ajustes".

Senador Walter Pinheiro, que preside agora esta sessão, que comandou a Comissão Especial do Pacto Federativo com muita competência e muito conhecimento de causa e trabalhou também no FPE (Fundo de Participação dos Estados), o editorial diz, entre outras coisas:

Enquanto as atenções da macropolítica se concentram na ruína das finanças federais, os governos dos Estados vivem dramas orçamentários de efeitos mais diretos sobre o cotidiano da população.

[...]

Do lado das despesas, há dificuldades para o pagamento do funcionalismo e, sobretudo, taxas alarmantes de queda na execução de obras públicas. No primeiro semestre, a liberação de verbas para investimento caiu 75% em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, em valores corrigidos.

A razão mais evidente – não a única, entretanto – para a penúria é a queda generalizada da arrecadação, que afeta não só as receitas próprias dos Estados mas também as transferências obrigatórias da União para os demais entes federativos, cuja importância é maior nas regiões Norte e Nordeste.

Principal tributo estadual, o ICMS incide, como indica a sigla, sobre a circulação de mercadorias e serviços [como disse agora há pouco]. Seu desempenho definha, previsivelmente, sob o impacto da recessão que ora derruba o consumo das famílias e as encomendas das empresas.

[...]

É aí finalizam com uma frase:

(Soa a campainha.)

Governadores da safra passada, 11 deles reeleitos embarcaram na expansão dos gastos, patrocinada pelo governo Dilma Rousseff (PT), por meio de financiamentos do BNDES, com piora geral dos balanços. São Paulo e Rio de Janeiro, os exemplos mais importantes, fecharam o ano passado no vermelho, pelos critérios do Banco Central. [...]

O desgaste suprapartidário que se avizinha torna ainda mais nebuloso o desfecho dos impasses vividos pelo País.

Este é o cenário mais dramático: não sabemos o que teremos pela frente, Senador Walter Pinheiro. E aí é que está residindo o grande perigo.

Com este pronunciamento, quero me solidarizar com a Administração do Estado, com o Sr. José Ivo Sartori, o Governador do Rio Grande do Sul, que recebeu o meu apoio. Herdou uma herança de vulnerabilidade financeira incalculável do Rio Grande do Sul. E a história vai dizer; a história vai dizer e vai contar. E eu não entendo porque ele não disse, quando assumiu o Governo, como ele encontrou...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... as finanças daquele Estado e o que o antecessor fez para levar a essa situação de confronto que hoje estamos vivendo.

Para finalizar, Senador Walter Pinheiro, caros colegas Senadores, quero reafirmar a minha disposição que disse ontem ao Ministro Miguel Rossetto, que disse hoje à própria Presidente, que teve a gentileza de me telefonar.

Respeito profundamente a Presidente Dilma Rousseff, mas eu disse e repito aqui, publicamente – pela obrigação e pelo dever que eu tenho com a minha consciência e com a minha palavra empenhada com os servidores do Poder Judiciário do meu Estado –, que aqui neste plenário votei pela correção dos salários proposta pelo Poder Judiciário, não por irresponsabilidade minha, porque foi o Poder Judiciário quem encaminhou para esta Casa a solicitação daquele aumento no PLC 28. Eu fiz isso com consciência.

Agora, daqui a pouco, teremos uma sessão do Congresso Nacional. E, da mesma forma,...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... não posso negar que disse “sim” aqui e dizer “não” na outra Casa, na sessão do Congresso Nacional.

Portanto, a minha posição é a mesma, Senador Walter Pinheiro. A minha votação é a mesma. Eu votarei pela derrubada do Veto 26. E ninguém me chame de irresponsável, porque estou, tão somente, cumprindo aquilo que se exige de um político e de um líder político: cumprimento da palavra, mesmo que a palavra esteja, de algum modo, criando algum tipo de problema para o País. Entendo, mas não fui eu quem criei o problema ao País, quem propôs aqui o reajuste.

E sei que a Presidente da República está com graves dificuldades. Estou aqui disposta a ajudar no que for possível pelo País, porque essa não é uma questão agora de oposição ou de Governo, é uma questão de salvar o nosso País. E eu quero exatamente isso. Porque o nosso País, Senador Moka, é maior que a crise.

(Interrupção do som.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Fora do microfone.) – Mas eu manterei a minha palavra.

Espero lá, porque não posso fazer uma coisa aqui e mudar de posição. Isso não me serve. Não serve aos meus valores e aos meus princípios no exercício da política.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Muito obrigada, Srs. Senadores.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA ANA AMÉLIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “Estado de penúria”, Editorial, *Folha de S.Paulo*.

Estado de penúria

Queda geral da arrecadação proveniente de tributos acentua desequilíbrios e força governadores a gastar capital político com ajustes

Enquanto as atenções da macropolítica se concentram na ruína das finanças federais, os governos dos Estados vivem dramas orçamentários de efeitos mais diretos sobre o cotidiano da população.

A escassez de recursos tem levado governadores a lançar mão de medidas que vão das tradicionais majorações de impostos e tarifas de transporte público até a elevação dos preços das refeições em restaurantes populares, conforme noticiou esta **Folha**.

Do lado das despesas, há dificuldades para o pagamento do funcionalismo e, sobretudo, taxas alarmantes de queda na execução de obras públicas. No primeiro semestre, a liberação de verbas para investimento caiu 75% em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, em valores corrigidos.

A razão mais evidente –não a única, entretanto– para a penúria é a queda generalizada da arrecadação, que afeta não só as receitas próprias dos Estados mas também as transferências obrigatórias da União para os demais entes federativos, cuja importância é maior nas regiões Norte e Nordeste.

Principal tributo estadual, o ICMS incide, como indica a sigla, sobre a circulação de mercadorias e serviços. Seu desempenho definha, previsivelmente, sob o impacto da recessão que ora derruba o consumo das famílias e as encomendas das empresas.

Não por acaso, a receita tributária encolheu em 18 dos 26 Estados e no Distrito Federal. Somou R\$ 208 bilhões na primeira metade do ano, numa redução de 5% em relação ao período correspondente de 2014, descontada a inflação.

Trata-se de equívoco, porém, imaginar que as mazelas vividas pelos governos regionais estejam circunscritas aos efeitos da conjuntura recessiva –cujo encerramento, aliás, ainda não é visível.

São conhecidos os índices exagerados de endividamento, em especial nos Estados mais ricos, e de despesas com pessoal. O rol de desequilíbrios foi ampliado pela imprudência das administrações do início desta década.

Governadores da safra passada, 11 deles reeleitos, embarcaram na expansão de gastos patrocinada pelo governo Dilma Rousseff (PT) por meio de financiamentos do BNDES, com piora geral dos balanços. São Paulo e Rio de Janeiro, os exemplos mais importantes, fecharam o ano passado no vermelho, pelos critérios do Banco Central.

Em proporções variadas, os ajustes agora inadiáveis tendem a minar o capital político das atuais administrações estaduais –o tucano Beto Richa, do Paraná, é até aqui o caso mais dramático. O desgaste suprapartidário que se avizinha torna ainda mais nebuloso o desfecho dos impasses vividos pelo país.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA.) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Com a palavra, pela Liderança do PDT, o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, bem representando o Estado querido da Bahia, junto com o Senador Otto, que ali está compondo a Mesa, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, venho a esta tribuna ficar solidário com os movimentos sociais, com os presidentes de bairros do Município de Boa Vista.

Hoje, a Governadora do Estado de Roraima, Suely Campos, em um gesto, cumprindo o seu compromisso de gestora e, sobretudo, o seu compromisso de campanha de regularizar as terras do Município da capital de Boa Vista, no Estado de Roraima, e mais de mil pessoas, comandadas pelos presidentes de bairros como o da Pedra Pintada, Hélio Campos, Cidade Satélite, Vida Nova e tantos outros, sob o comando da Famer, cujo Presidente é o companheiro Faradilson, hoje se dirigiram à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima para ali darem entrada nesse projeto, nessa lei que nasce do anseio, da vontade popular, atendido pela Governadora do Estado. Lamentavelmente, tiveram uma recepção truculenta, grosseira, antidemocrática e desrespeitosa àquelas famílias.

Foi usado o gás de pimenta sobre as pessoas. Elas foram espancadas, foram reprimidas. Eu vejo com tristeza o ocorrido e faço um apelo ao Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Jalser Renier, que seja mantida a serenidade e que seja mantido o respeito.

Sobretudo, a Assembleia Legislativa, que é a mais cara do Brasil – a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima é a mais cara do Brasil – deve receber, tem que receber a população. Ali é a casa do povo! Tem que receber uma comissão, encaminhar esse projeto tão importante para a paz e a tranquilidade do povo de Boa Vista.

Roraima, hoje, e Boa Vista principalmente, precisa equacionar essa situação. O setor público precisa responder à população, aos municípios, sobretudo aos donos de terrenos, aos presidentes de bairros, que lutam por essa documentação, que lutam por essa oportunidade. Hoje, a Governadora, extremamente sensível, abriu essa oportunidade, atendeu essa demanda e foi até aquela Casa Legislativa. A Secretária Chefe da Casa Civil, Sra Danielle, acompanhou para que houvesse celeridade dos documentos, mas, infelizmente, a Assembleia Legislativa não acatou.

A Assembleia hoje está focada em fazer CPIs contra a atual Governadora, mas essa mesma Assembleia...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... não fez CPI para apurar também denúncias – graves denúncias – na área de saúde, na área de educação, no Iteraima, na Cerr, na Caer, no Iper. Todos esses setores foram denunciados, denúncias extremamente palpáveis, indícios fortes. Eu não vi essa Assembleia nenhuma vez abrir uma CPI para apurar. Não somos contra CPI. Acho necessário, mas que não tenha um viés político...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... um viés de cassação, um viés de extorquir. É necessário que se faça política com responsabilidade, é necessário que se faça política respondendo o anseio, a necessidade e o grito do povo.

Hoje, na Assembleia Legislativa, o povo foi tratado com pancadaria, com pimenta. Estão lá, em frente à Assembleia – acabei de receber um vídeo. Estão lá pessoas jogadas ao chão, deitadas ao chão, esperando uma oportunidade de gritar para que a Assembleia abra esse processo, que atenda uma comissão.

Portanto, faço um apelo aos Deputados sensatos...

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... que há dentro da Assembleia Legislativa, para que recebam uma comissão desse povo tão sofrido e tão abandonado, que é quem paga os salários altíssimos dos Deputados Estaduais do Estado de Roraima.

Portanto, Sr. Presidente, era o que tínhamos aqui, hoje, para registrar.

Durante o discurso do Sr. Telmário Mota, o Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Maioria/PSD - BA) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Otto Alencar, V. Ex^a que preside esta sessão, quero fazer aqui uma saudação até muito especial a V. Ex^a, que cumpre um papel importante nesta Casa e que teve a coragem, inclusive, de destacar um tema dos mais espinhosos e, eu diria até, do ponto mais decisivo principalmente para o Nordeste brasileiro, em especial para a nossa Bahia. E me refiro ao São Francisco.

Portanto, quero fazer aqui uma saudação. Tive a oportunidade de falar isso hoje durante uma conversa que tive com o nosso Secretário de Planejamento do Estado da Bahia, o Vice-Governador João Leão, que nos procurou para discutir um tema sobre o orçamento e nós chegamos a conversar exatamente sobre esse tema do São Francisco, fazendo essa lembrança importante do trabalho que V. Ex^a abraçou e como, de forma tão competente, V. Ex^a tem tocado esse trabalho e chamado esse desafio.

E esse é um debate, Senador Otto, que cai exatamente em um período em que todos nós discutimos a grave situação da nossa matriz de hidroeletricidade. O São Francisco alimenta, ou melhor, abastece os nossos principais lagos para o provimento de energia e, particularmente – e aí é a parte que eu diria que nos toca –, a nossa querida Bahia e, claro, o nosso Nordeste.

E esse é um tema que nós temos enfrentado no Estado da Bahia de maneira a criar as condições buscando um conjunto de alternativas.

A Bahia, Senador Otto, deu um salto enorme, ou melhor, caminhou com o vento, ou foi arrastada pelos bons ventos da energia eólica, sendo hoje uma das melhores experiências e, sem dúvida nenhuma, terá em breve um dos maiores parques eólicos de toda a América Latina, numa política muito bem ajustada, ainda no governo de Jaques Wagner, agora encampada pelo Governador Rui Costa.

A Bahia ousou fazer a expansão de sua matriz energética, colhendo do vento a melhor experiência. E aí, bebendo nessa experiência de construir e consolidar parques alternativos, a Bahia se destacou, no último dia 28 de agosto, no leilão de solar, sendo inclusive o Estado com o maior número de ofertas naquele leilão.

No próximo dia 9 de outubro, estaremos na cidade de Stuttgart, na Alemanha, com a presença do Governador de Estado e de diversas lideranças do setor e a Federação das Indústrias da Bahia. Nós teremos a oportunidade de apresentar para diversos empresários alemães o que é oportunidade de negócios de energia solar no Estado da Bahia, no Brasil, até porque também nós teremos a presença de figuras de outros Estados brasileiros, a convite do governo alemão. Também o Governador fará uma caminhada pela Itália, apresentando a empresários italianos essa imensa oportunidade, ou melhor, esse clarão que se abriu na economia e que é, ao mesmo tempo, a força do sol do Nordeste brasileiro, principalmente da Bahia, apostando numa das melhores alternativas para a geração de negócios, para a geração de oportunidades e principalmente para suprir as nossas carências.

Eu diria, Senador Otto, que o encontro entre essas duas matrizes, ou melhor, a junção dessas duas matrizes, essa junção nos permitirá um aproveitamento ao extremo das condições para o provimento de energia, não só no Estado da Bahia, mas também no Brasil.

Eu digo isso a partir de uma leitura muito simples para que as pessoas possam entender. Meu pai brincava muito, Senador Otto, e dizia, toda vez que não chovia lá na roça, e V. Ex^a é um sujeito que veio do sertão... Meu pai tinha uma pequena propriedade num lugar chamado Tertuliano Sampaio, ou Cacimba, como era o nome mais conhecido, ali, numa das localidades do Município de Itiúba. Meu pai adquiriu essa propriedade porque por ali, exatamente em Tertuliano Sampaio, antes de Itiúba, passava o trem, onde meu pai trabalhava. E nós saímos sempre, nas férias, para esse lugar, um lugar cheio de lajedos. A expectativa nossa era a chuva, para encher aqueles buracos no lajedo, transformando-o em fontes de água. Todas as vezes que estava muito seco, o meu pai olhava para nós no terreiro e dizia assim: "Está vendo aí ó, quanto mais seco, mais vento." Porque não caía água, não ventava no terreiro, mas nós olhávamos para cima e não havia uma nuvem.

Esses são os locais ideais hoje para a adoção das duas matrizes. Quanto mais seco, mais vento. Se há mais vento, portanto, nós plantamos ali um moinho, para colher desse vento a energia. E quanto mais seco, mais vento, porque o vento leva a nuvem e, portanto, não cai a chuva, Senador Otto. É o local ideal para a placa solar. No local onde há o sol mas não há a nuvem, nós não convivemos com um dos fenômenos que a natureza também adota, que é exatamente o sombreamento da placa, com a incidência do sol sobre a nuvem e a sombra da nuvem nessa placa. Portanto, esse é o local ideal – colher o vento à noite e colher, durante o dia, a incidência dos raios solares.

E por que juntar, inclusive, essas duas matrizes a estruturas existentes? Porque, se nós plantarmos, Senador Otto, as placas solares – e o termo "plantar" que eu estou usando é exatamente porque nós precisamos cravá-la no chão –, no lugar onde já temos toda uma estrutura de eólica, nós vamos economizar no uso das linhas de transmissão já existentes. E se fizermos isso numa combinação na proximidade dos lagos ou dos lo-

cais onde nós temos geração de hidroeletricidade, nós podemos colher as três matrizes utilizando da sua saída uma única e somente única linha de transmissão.

Portanto, com a experiência de, na região, colher energia do vento, extrair das placas solares as incidências desse nosso rei sol e ao mesmo tempo colher, com a abertura das comportas, a hidroeletricidade, nós vamos poder fazer a compatibilização dos três sistemas.

Num momento de crise hidrológica, onde o manejo d'água que V. Ex^a tanto discute, de um rio que já não tem vazão e, portanto, não consegue chegar à foz, assim como também não consegue chegar ao lago, é a partir daí que se dá a oportunidade de manejar essa água sem perder a possibilidade de gerar energia por outras fontes.

No momento em que assegura a comporta, poder-se-ia, a partir dessa nova política, adotar o sistema de utilização de placas ou de energia eólica.

Portanto, este é um desejo, um sonho que projetamos para frente e que não está longe de acontecer. No Lago Sobradinho, já começam a ser colocadas algumas placas sobre o lago.

Em Juazeiro, ali perto de Sobradinho, Senador Otto, nós já temos algumas experiências de placas solares nas edificações do Minha Casa, Minha Vida.

Então, portanto, naquela região ali, próxima a Sento Sé, temos diversas torres de eólica já plantadas ali.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Portanto, colhendo a energia do vento.

Esse é o desafio, o desafio de adotar essa política. Do ponto de vista eólico, creio que é bem provável que, já em 2015, nós tenhamos oportunidade de contribuir com mais de 11 mil mega na questão da cobertura de eólica no País. Espero, bem em breve, com a geração distribuída, tanto fotovoltaica quanto termo, na solar, tenhamos a capacidade de contribuir com esse nosso Brasilzão.

Portanto, é uma oportunidade sem igual, é um desafio grande que se coloca neste momento de necessidade e que, portanto, pauta definitivamente essa questão, para que tenhamos, de uma vez por todas, no Brasil, a possibilidade de fazer o bom debate, o debate da energia como fator de desenvolvimento, a capacidade de, inclusive, continuarmos atraindo a indústria. Nós vivenciamos isso, Senador Otto, recentemente, com a questão da renovação dos contratos para alimentar o que nós chamamos de indústria eletrointensiva do Estado da Bahia, fruto do custo elevado da energia, em decorrência, efetivamente, da crise hidrológica e da nossa redução de produção de energia, num dos momentos mais difíceis da nossa história.

Ainda que as usinas térmicas tenham, de certa forma, segurado a onda, a um custo muito elevado, nós sabemos também que não é uma energia tão limpa, até porque todas essas unidades precisam de um momento para a sua manutenção, então, é preciso adotarmos medidas, para que possamos, de uma vez por todas, resolver o problema.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – E aí, sim, usar, de forma agressiva, uma política de atração de investimentos.

Eu me lembro de que eu estive com V. Ex^a na campanha, ali, em Teixeira de Freitas, Senador Otto, em 2014, e a maior reclamação ali, em nível local, das pessoas era exatamente não ter a capacidade de fornecer energia para novos empreendimentos no extremo sul.

Imagine, naquele período, o absurdo que se vivenciava. A Coelba nos respondia que não adiantava atrair investimentos para aquela região do Estado, porque não teria como suprir a necessidade daquelas pessoas com a energia para o funcionamento.

Portanto, creio que este seja um debate importante, principalmente neste momento de dificuldades, que tanto trabalhamos para recuperar, de uma vez por todas...

(Soa a campainha.)

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Trabalhamos a necessidade de cobrir essa crise econômica que se estabeleceu com a atração de investimentos. Portanto, essa é uma matriz decisiva, assim como energia, o fator telecomunicações ou o fator tecnologia da informação e comunicação.

A Bahia se preparou, Senador Otto, para esse crescimento na área de energia, na área de mineração, na petroquímica; até na indústria naval, estamos enfrentando uma crise brutal com o nosso Estaleiro Enseada do

Paraguaçu. É importante que essas medidas possam, de certa maneira, ser direcionadas para uma solução, buscando retomar o perfil de crescimento da Bahia, gerar oportunidade de trabalho, superar a crise, e colocarmos a Bahia, novamente, na rota de crescimento, como vínhamos fazendo, numa escalada, diria, extremamente positiva.

Conversava com o Governador, no domingo, Senador Otto, e discutíamos muito a crise de mais de 80 mil postos de trabalho perdidos na Bahia, neste período.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Portanto, é esse desafio da infraestrutura, da logística, mas principalmente de uma política de atração de investimentos que temos, para continuarmos colocando a nossa Bahia na rota de crescimento, para que a nossa Bahia possa cada vez mais fazer mais e melhor pelo povo baiano.

Era isso, Senador Otto.

Muito obrigado.

O Sr. Otto Alencar deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para seu pronunciamento.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi com atenção as colocações de V. Ex^a e digo que esta luta nossa na Bahia pela geração de energia, energias alternativas, é grande; começou no governo Jaques Wagner, e nós avançamos muito, inclusive quando V. Ex^a, Secretário de Planejamento, deu um incentivo muito grande para atrair as empresas que hoje estão instaladas na Bahia, não só as empresas que estão instaladas para a produção dos equipamentos para a instalação da energia eólica, mas também aquelas que estão já produzindo energia eólica.

Como Secretário de Infraestrutura, eu tive oportunidade de trabalhar nesse setor, e implantamos já algumas usinas eólicas importantes na Bahia; uma delas, inclusive, em Sobradinho, chama-se Pedra do Reino, que faz uma homenagem ao Ariano Suassuna – título de um de seus livros –, e a maior delas todas na região da Serra Geral, que modifica completamente o ambiente de negócios.

Na região da Serra Geral, que tem como maiores cidades Guanambi e Caetité, são as duas cidades-polo ali da região do sudoeste da Bahia, nós temos já vários parques eólicos que estão gerando energia. Infelizmente, com o atraso que houve com a linha de transmissão, que era de responsabilidade da Chesf, e demorou quase dois anos para implantar uma linha de transmissão de Bom Jesus da Lapa até Igaporã. Isso atrasou demais a distribuição de energia, e o Governo ficou pagando energia sem receber energia para jogar no SIN – Sistema Interligado Nacional, que ajudou muito o desenvolvimento econômico dos Municípios ali da região: Pindá, Riacho de Santana, Caetité, Guanambi, Igaporã. Enfim, modificou completamente a economia da região.

Esta é uma coisa que ninguém pode deixar de ressaltar: o trabalho de V. Ex^a, do Governador Jaques Wagner e agora do Governador Rui Costa. Eu acho que esse é o caminho para termos condições de ter energia renovável, energia limpa e que possa, de alguma forma, substituir as termoelétricas e a crise que atravessa hoje o Brasil nas suas usinas hidroelétricas – e nós estamos atravessando uma crise muito grande no Brasil como um todo, sobretudo, no nordeste do Estado.

Hoje a produção de energia eólica na Chapada Diamantina, no nordeste do Estado, na região de Casa Nova, Sobradinho, sobretudo na Serra Geral, deve, dentro de pouco tempo, ter um suprimento quase correspondente àquilo que é necessário para aquelas regiões.

A Bahia, como sabe V. Ex^a, tem hoje já mensurado 14% de todo o potencial para a geração de energia eólica do Brasil. Ou seja, nós podemos produzir 32 mil megawatts de energia, quase que o dobro de Itaipu Binacional.

V. Ex^a falou na energia fotovoltaica, na energia solar, que é uma coisa que, nessa região de Juazeiro e Petrolina, seria necessária. Inclusive, levei um projeto em que o canal de transposição do Rio São Francisco – se houver água, e eu vou, daqui a pouco, falar desse tema – poderia ser todo coberto, todo revestido com placas para a geração de energia eólica e fotovoltaica. Primeiro, gerava energia e, segundo, iria conter a evaporação da água, o que é fundamental para os Estados receptores, no caso, o Agreste de Pernambuco, o Estado de Alagoas, os Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Estou marcando aqui a minha posição, que nunca fui a de ser contra a transposição, só que sempre achei que a transposição deveria caminhar parelhas com a revitalização do Rio São Francisco.

E, nesses oito meses em que estou aqui no Senado, tenho trabalhado em várias áreas, apresentado projetos. Já apresentei inclusive dois projetos, um, inclusive, V. Ex^a é o relator, que é o projeto que isenta do ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – todos aqueles detentores de áreas na bacia do Rio São Fran-

cisco, sobretudo nas áreas de produção de água. É importante que se fale isso, porque o problema do Rio São Francisco não é só o assoreamento da calha do Rio São Francisco; é a produção de água, nas suas nascentes, nos seus afluentes. Então, eu apresentei um projeto para isentar de ITR. O Código Florestal já avançou muito nessa direção. A isenção do ITR é para estimular o proprietário dessas áreas a fazer o replantio das matas ciliares. Não há como, Senador Walter Pinheiro, se produzir água, senão se plantando árvores. Assim é na nascente, é na beira de rio, com suas matas ciliares.

Os rios afluentes do São Francisco que estão ainda numa situação boa, como o Rio Carinhanha, que está numa situação razoável, é porque as matas ciliares estão preservadas, se não estivessem preservadas, nós não teríamos a menor condição de ter um rio saudável.

Eu que conheci o Rio São Francisco há mais de 50 anos – eu tinha 15 anos na época, quando fui apresentado ao Rio São Francisco, garoto, com o meu pai – posso dizer que, naquela época, lembro direitinho, se chamava também o Rio São Francisco de o rio dos currais. Por que o rio dos currais? Porque os compradores de bovinos iam para a margem direita do São Francisco, e havia um curral na margem esquerda. Embarcavam, e esse gado entrava no curral, entrava na balsa e era trazido pelo lado da margem direita, e iam andando 23 dias até chegar à cidade onde eu nasci, chamada Ruy Barbosa, os chamados bois goianos. Lá, engordavam e, depois, eram levados para Feira de Santana. Não existia caminhão carregando os animais pelas estradas da Bahia e do Brasil. Naquela época, o Rio era perfeitamente normal, perfeitamente saudável, preservado, não tinha hoje a situação que tinha de desmatamento quase completo das suas margens, na calha do rio, e dos seus afluentes.

Senador Walter Pinheiro, a gravidade do Rio São Francisco é tão grande, mas tão grande, que, mais ou menos, 12, 13 anos atrás, chegava, mais ou menos ao nível da cidade de Morpará, uma média de 1 milhão de toneladas de sedimentos por ano. Segundo um novo relatório que recentemente recebemos, hoje, está-se chegando ao mesmo local uma quantidade de 8 milhões de toneladas de sedimentos. O Rio está completamente assoreado. Para os que nos ouvem aqui na TV Senado ou na Rádio Senado, eu quero dizer que o assoreamento é o entupimento do rio por areia, bancos de areia. Então, esses bancos de areia vieram por quê? Porque se desmataram completamente as margens dos afluentes do Rio São Francisco, em Minas Gerais e, menos até, na Bahia, mas mais em Minas Gerais. O problema maior é em Minas Gerais.

O Rio São Francisco, o médio São Francisco, depois que desce de Minas Gerais, da Serra da Canastra, que entra na Bahia, por Carinhanha, no Município de Carinhanha, quando pega todo o médio São Francisco, tem uma peculiaridade que quase nenhum outro rio tem: ele tem uma pequena inclinação por quilômetro.

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – A inclinação por quilômetro do Rio São Francisco, Senador Walter Pinheiro, é em torno de 7cm, ou seja, é quase um rio parado, as águas são quase paralisadas.

E com o assoreamento, com o aterramento do rio, a situação fica mais grave ainda.

V. Ex^a falou aqui nas das duas principais barragens do Rio São Francisco: a Barragem de Sobradinho e a Barragem de Três Marias – Três Marias em Minas Gerais, no Alto do São Francisco, e a Barragem de Sobradinho. Todas duas têm aterramento grave já; aterramento que diminui a bacia e a quantidade de água que a bacia pode acumular.

Pois bem. A Barragem de Sobradinho chegou agora ao pior nível da sua história. Nós temos, apenas na Barragem de Sobradinho, hoje, algo em torno de 16% da sua capacidade e pode chegar agora, final de setembro, começo de outubro, ao volume morto. Será uma tragédia para as populações ribeirinhas.

Cidades próximas do Rio São Francisco, na beira do rio São Francisco, estão com dificuldade de captação. Assim é o caso da cidade de Paratinga, do nosso Prefeito Zequinha, a cidade de Xique-Xique; as cidades todas próximas ali que têm capacidade de captação no braço do Rio estão estendendo a captação para o meio do Rio, no maior calado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Otto, imagine: se Paratinga, na boca do São Francisco – vamos dizer assim –, está com essa dificuldade, o que não está passando o povo ali de Paratinga do Vale de Santo Onofre?

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Portanto, não tem nem como chegar água naqueles 70, 75km. Inclusive, são 75km de ultrafertilidade, ou seja, é uma terra muito fértil.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – É um vale muito fértil.

Pois bem. O que aconteceu ao longo desses anos é que se investiu na transposição e não se investiu na revitalização do Rio, que é uma coisa criminosa contra o Rio São Francisco.

Esse Rio vem dando água para consumo humano, para consumo animal, para irrigação. Inclusive, estive em Bom Jesus da Lapa, com o Prefeito Eures Ribeiro, com Dom Luiz Cappio, tive uma reunião com os irrigantes

do Projeto Formoso, que estão com uma dificuldade muito grande pelo aumento do custo de energia, quase sem capacidade. Encaminhei, inclusive, para o Ministro Eduardo Braga para ver uma solução, senão vamos desempregar, só no Projeto Formoso, 8 mil pessoas.

V. Ex^a falou sobre *Estaleiro Enseada do Paraguaçu*. O problema da irrigação é maior ainda, porque a atividade primária no nosso Estado – agricultura, pecuária e agronegócio –, é responsável 38% de todos os empregos gerados na Bahia. Então é uma situação de estado de urgência para se atender.

Por isso eu levei ao Governo Federal, em uma audiência que eu tive com o Ministro Mercadante, com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, com o Ministro da Integração, Gilberto Occhi, Ministro da Defesa, Jaques Wagner, e o Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, um projeto para se começar a fazer a restauração dos afluentes e das nascentes do Rio São Francisco.

Esse projeto que fizemos na Bahia tem sucesso total na região do Polo Industrial de Camaçari, um projeto idealizado pelo Dr. Álvaro Oyama, que se chama Fábrica de Florestas, para se fazer os viveiros, plantar as mudas que podem crescer com rapidez em cada região do Rio São Francisco. Hoje deveria haver essa reunião. Estamos esperando o resultado no dia 29, para começar dois projetos-pilotos, Senador Walter Pinheiro, na Bahia, no Município de Barra de São Francisco – inclusive, já mandei comunicar ao Prefeito, Artur, ao Vice-prefeito, Trajano; comuniquei também ao Prefeito de Bom Jesus da Lapa – dois viveiros, com o projeto da implantação da Fábrica de Florestas, além do plantio dessas mudas para revitalização do Rio Corrente, que é um grande afluente do Rio São Francisco, na Bahia; o Rio Grande também.

Essa Fábrica de Floresta vai servir também como escola para mostrar que a preservação do meio ambiente, da água e dos rios é o único caminho para a preservação da espécie humana, sobretudo, a preservação das águas que podem servir aos Estados receptores. A Bahia vai ser o Estado doador de suas águas, Minas Gerais, doador. Nós só temos hoje, Senador Walter Pinheiro, três afluentes na Bahia que ainda estão vivos, suprindo o Rio São Francisco: o Rio Carinhanha, na divisa de Minas com a Bahia; o Rio Grande, que desemboca no Município da Barra; e o Rio Corrente, ao nível de Bom Jesus da Lapa, que nasce lá em Correntina. Os outros todos já estão assoreados e são apenas lembranças. V. Ex^a conhece tão bem, como eu conheço, essa dura e cruel realidade.

O nosso projeto se chama Projeto Reviver o São Francisco, e eu quero aqui agradecer o pronto atendimento de um grande político brasileiro que encampou esse projeto imediatamente, que é o Governador do Estado de Minas Gerais, Fernando Pimentel. O Governador Rui Costa também, como baiano, mas o Governador de Minas Gerais já adotou o projeto, para fazer isso em três rios importantes e afluentes do Rio São Francisco. Primeiro, o Rio das Velhas, que é, talvez, o mais caudaloso, que nasce em Ouro Preto e é afluente da margem direita do Rio São Francisco; o outro, o Rio Paraopebas, também margem direita do Rio São Francisco, e o outro, o Rio Urucuia.

O Governador Pimentel escolheu três cidades para implantar esse viveiro, mas já me deu a informação de que pretende fazer em todos os Municípios de Minas Gerais, da Bacia do Rio Francisco. Se ele fizer esse projeto de replantio das matas ciliares na Bacia do Rio São Francisco, da sua nascente, em São Roque de Minas, na Serra da Canastra, ele não vai ser o Governador de Minas Gerais; ele será o homem que revitalizou o Rio São Francisco, tomando a primeira iniciativa de fazer um projeto dessa natureza. Isso vai ser feito na cidade de Modedas, na cidade de Arinos e na cidade de Rio Acima, próxima ao Rio das Velhas.

Eu quero dizer que a minha expectativa é que o Governo Federal atue, através do Ministério da Integração, do Ministério de Meio Ambiente. Hoje, conversei com o Ministro Eduardo Braga, que sempre tem tido muito boa vontade, é um ministro que atende também com muita capacidade, educação e cortesia. É uma coisa natural, qualquer um tem que fazer isso, mas ele se esmera no atendimento e, no retorno às solicitações, disse que vai conseguir alocar recursos por meio de pesquisas de desenvolvimento da Aneel, para ajudar a revitalização do Rio São Francisco.

O Rio São Francisco doou a Minas, à Bahia, a Pernambuco, a Alagoas, a Sergipe tudo o que ele pode doar ao longo da sua história e pouco recebeu de volta. Um ente generoso o Rio São Francisco, mas pouco recebeu de investimento. Quantos milhões ou bilhões de reais foram gerados de energia elétrica? Quantos bilhões de reais na irrigação e no emprego e renda para tantas pessoas de Juazeiro, de Petrolina, que viveram a vida inteira através desse rio, único manancial que pode dar solução ao problema dos Estados receptores?

Se acabar o Rio São Francisco, esqueça transposição, esqueça investimento de R\$6 bilhões para resolver transposição, que não vai existir. E outra coisa: os investimentos do passado foram feitos nas áreas que recebem as águas do Rio São Francisco, ou seja, aqueles que consomem as águas. O investimento tem que ser nas localidades da produção da água, só as nascentes e os afluentes do Rio São Francisco.

Seria uma glória para nós, na Bahia, se pudéssemos, Senador Walter Pinheiro – V. Ex^a conhece – revitalizar o Rio Paramirim, que nunca mais desembocou no Rio São Francisco no nível do Município Morpará; revitalizar

o rio Santo Onofre, em Paratinga; revitalizar o rio Verde, em Itaguaçu da Bahia; o rio Jacaré, em Irecê, tantos rios que hoje são apenas um retrato na parede, uma lembrança fria.

Posso garantir, pelo que conheço, a V. Ex^a, aos baianos, pernambucanos, mineiros, alagoanos, sergipanos que, se não houver uma ação imediata para revitalização das nascentes dos afluentes, o Rio São Francisco, dentro de dez anos, será apenas uma lembrança, como são os afluentes que já morreram. O principal sintoma da morte de um rio, Senador Walter Pinheiro, é quando o mar começa a entrar. O Oceano Atlântico já entrou quase 15km no rio São Francisco, pela pressão do mar sobre o rio. Esse é o principal sintoma. O rio está agonizando.

Essa é responsabilidade de todos que utilizam o rio, bem como dos prefeitos, dos governadores, mas, acima de tudo, por ser o rio da integração nacional, de responsabilidade do Governo Federal. Já alertei o Governo Federal, os seus ministros. Já tive duas reuniões com a Presidente Dilma sobre esse assunto e espero que se encontre uma solução imediata. Não é um clamor meu, não. É um clamor do meu povo, do povo da Bahia, do povo do Nordeste. Com tantos recursos que o Governo tem ainda e pode dispor, mesmo nesta crise que assola o Brasil, que é a crise moral pela falta de ética e de capacidade de gestão correta dos recursos públicos, pela malversação danosa que foi feita na Petrobras – e é de responsabilidade do Ministério Público e da Polícia Federal punir quem errou na aplicação dos recursos públicos; mesmo nesta crise política, que nós temos que resolver com entendimento, com moderação, além da crise econômica, que é profunda demais, não é possível que, para esse rio, que deu tanto ao Brasil e ao Nordeste, o Governo não disponha de recursos mínimos para fazer a sua revitalização.

Esta é uma bandeira nossa, um bandeira do Senador Walter Pinheiro, de todos os baianos, do Governador Rui Costa, uma bandeira do povo nordestino, e não pode passar sem que seja ouvida pelo Governo Federal, para tomar posição nesse sentido.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) - Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Pois não.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) - Uma bandeira do povo brasileiro, uma bandeira dos Senadores de outros Estados, que têm amor por esta Pátria; uma bandeira da Engenharia.

Como engenheiro, posso falar a você: a sua indignação é a nossa indignação com relação a esta causa importante. Eu apresentei, aqui nesta Casa, um projeto de contenção de águas dos nossos rios brasileiros, exatamente para regular melhor o fluxo de água, de vazão, barragem contenção, de acumulação. Eu quero dizer, Senador Otto, que aqui mesmo, nas nossas barbas, em Sobradinho, temos rios mortos, devido a essa circunstância da não revitalização. Como a água é um produto tão importante e fundamental para a nossa sobrevivência como cidadãos, como seres humanos, a sua indignação é a indignação desta Casa, é a indignação de todo brasileiro que sabe da necessidade de bem gerir as coisas públicas, de ter responsabilidade com o dia a dia da questão pública e de pôr o dedo na ferida e ter criatividade para salvar aquilo que é essencial para a nossa vida e para as nossas famílias. Então, essa questão do Rio São Francisco é fundamental. Nós temos que fazer, talvez, a Barragem de Pompeu, para poder regularizar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... a nascente. Eu sobrevoei, recentemente, nas minhas férias, a Barragem do São Francisco. Sou testemunha do que V. Ex^a coloca. É necessário que haja uma ação conjunta de nós Senadores da República, da engenharia, dos médicos, de todo o pessoal que está aqui, do Governo e do Orçamento, para que a gente garanta isso que V. Ex^a coloca. Eu colaboro com o discurso de V. Ex^a e o parabenizo por isso. Muito obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Obrigado, Senador Hélio José. Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. V. Ex^a o faz com muita propriedade, até porque em Brasília e em todo o se Entorno há muitos baianos e muitos nordestinos que eu sei que sofrem e têm o mesmo sentimento que eu tenho de lutar e buscar uma solução. Espero que o Senado possa nos ajudar.

Eu apresentei, inclusive, outro projeto aqui no Senado...

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – ... que proíbe a transposição de bacias, sem antes se fazer revitalização. Essa é uma coisa que seria perfeitamente natural, mas, como não há uma lei, apresentei um projeto em que só se poderá – espero ser aprovado no Senado – fazer a transposição de bacias depois de se investir completamente na revitalização, no saneamento das cidades ribeirinhas, com tratamento de esgoto; na recomposição das matas ciliares, no desassoreamento da calha dos rios e também na contenção da erosão.

Espero que a minha luta, que eu denominei Salve o Velho Chico, e o projeto de viveiros nas cidades ribeirinhas para o replantio das matas ciliares e a recomposição das nascentes e dos riachos, o Governo possa adotar. Mesmo que o Governo adote, vou lutar intensamente enquanto mandato tiver, até...

(Interrupção do som.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – ...que nós possamos ver preservado o nosso único rio no Nordeste. O Brasil tem outras regiões com vários rios caudalosos e que não têm problemas agora, mas terão depois. Terá o Araguaia depois, terá o Tocantins – porque nos últimos dez anos a sua vazão já diminuiu –, se não houver uma legislação que possa, de alguma forma, punir aqueles que destroem o rio, em detrimento dos interesses do povo brasileiro e para a preservação da raça humana.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro, que preside esta sessão, e espero que todos possam encampar esta minha luta “Salve o Velho Chico”, para que ele não venha a morrer nas nossas vidas.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Muito bem, Senador Otto.

Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi, pela Liderança do PR.

Quase que me atrapalho aqui na sigla, mas ainda é PR.

Senador Blairo Maggi, me permita, enquanto V. Ex^a chega à tribuna. O Senador Otto falava desse desespero das águas, ou com as águas. Dois poetas, portanto cancioneiros, Sá e Guarabina, diziam o seguinte: “Vai virar mar, dá no coração, o medo que algum dia o mar vire sertão.” Isso, eles produziram quando da consolidação do Lago de Sobradinho.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Ex^a me permite? Só para complementar?

Gonzagão cantou o Rio São Francisco várias vezes e, em uma de suas músicas, ele canta: “Riacho do navio vai dar no Pajeú, o Rio Pajeú vai despejar no São Francisco, e o Rio São Francisco vai bater no meio do mar”. Nem o Pajeú nem o Riacho do Navio existem mais. São apenas caminhos de areia; nunca mais bateram no meio do mar.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Por isso que eu acho que a expressão de Sá e Guarabira está muito mais próxima: “Dá no coração o medo que algum dia o mar vire sertão.” Portanto, aquele ditado que diz todo rio corre para o mar, meu caro Senador Blairo, no caso do São Francisco, não está valendo mais. A cunha salina, como a gente chama, o termo utilizado por essa invasão do mar no rio, já atinge, como disse o Senador Otto, algo em torno de 16km, o que destrói a fauna, a flora, e, consequentemente coloca em risco a sobrevivência desse nosso Velho Chico.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Walter Pinheiro.

Acompanhei o discurso do Senador Otto e a sua intervenção. Sei que é uma coisa de baianos e de pernambucanos, da maior parte dos nordestinos, mas eu lamento que o Rio São Francisco tenha perdido, nos últimos anos, a sua vazão, um rio que faz parte da história do Nordeste, da história do Brasil.

Concordo plenamente com as palavras do Senador Otto. É preciso ter um pouco mais de respeito, um pouco mais de consciência em relação aos rios brasileiros.

O novo Código Florestal brasileiro, que nós votamos aqui no ano retrasado, tem um entendimento claro sobre isso, sobre a preservação das nascentes, das águas.

Eu espero que, no momento em que o Brasil voltar a ter mais chuvas, porque nós passamos por um processo hídrico bastante danoso neste momento, isso possa ser restabelecido. Eu acho que a natureza se corrige também, mas todos nós temos que fazer a nossa parte.

Cumprimento os baianos e os pernambucanos por essa preocupação com o Rio São Francisco.

Presidente, eu venho à tribuna como Líder do meu Partido, neste momento, para falar um pouco sobre a reunião do Congresso que vamos ter hoje à noite. Vamos apreciar alguns vetos a projetos votados e aprovados tanto na Câmara como no Senado, que chegaram à mesa da Presidenta da República, que fez os vetos a alguns projetos.

O processo democrático, para quem está em casa e muitas vezes não comprehende muito bem como é essa formação, como chegamos ao voto, ocorre assim: os projetos são votados na Câmara ou no Senado, dependendo da origem, de onde eles começam, e, depois, vão à Presidência da República. Uma vez não sancionada a lei aprovada em uma das duas Casas, o Congresso ainda tem a última palavra sobre os vetos que a Presidente da República ou o Presidente da República faz. Aqui nós concordamos com os vetos ou não concordamos com os vetos. Se derrubarmos o voto que a Presidente fez, passa a valer aquilo que foi aprovado na Câmara e no Senado, nas duas Casas.

Os vetos que aqui estão serão apreciados na noite de hoje. Já se definiu que a sessão irá acontecer. Não será derrubada essa sessão.

Nós saímos agora da nossa reunião de Líderes no Senado em que foi dito que vamos fazer, então, essa votação. A maioria dos Líderes, ou melhor dizendo, todos os Líderes aprovaram essa votação e nós vamos fazê-la nesta noite de terça-feira.

Eu gostaria de dizer que, desde que votamos essas leis, principalmente o PLC nº 28, de 2015, nós temos tido aqui na Casa e ao redor do Senado uma constante presença dos servidores públicos do Judiciário Federal, que querem a manutenção da lei aprovada, ou melhor, querem neste momento a derrubada do veto da Presidente da República. E aqui se está julgando neste momento não só esse veto, mas quatro outros vetos muito importantes. Segundo as contas do Governo – posso não concordar com todas essas contas –, nós daríamos ou traríamos para orçamentos futuros, orçamentos até 2019, um custo de R\$127 bilhões a mais para as contas brasileiras.

Ora, para um País que vive o grau de dificuldade em que vivemos – e não vamos discutir sobre quem nos trouxe até este momento, porque todos conhecem e sabem como chegamos até aqui –, nós não podemos. Particularmente quero defender o meu ponto de vista. Quando da votação, no dia da votação, votei, sim, pela aprovação do projeto, mas naquele momento eu fiz a minha defesa de que não iria, numa possível derrubada de veto, dar o meu voto pela derrubada de veto, e sim pela manutenção do veto, porque entendo que nós não podemos sacrificar a Nação toda, todos os brasileiros, em função de alguns reajustes que irão beneficiar determinadas categorias de servidores públicos ou de aposentados. Se nós estivéssemos num momento diferente da economia brasileira, em que tudo isso pudesse ser suportado pelo Orçamento Geral da União, talvez pudesse até me manifestar diferente, votar diferente, mas não farei isso. Tenho dito a vários que me procuraram, principalmente dos movimentos que aí estão, que nós não iríamos acompanhar o voto ou o desejo do voto que eles gostariam que nós tivéssemos.

Eu vou votar pela manutenção dos vetos, porque entendo que os R\$127 bilhões que estão sendo colocados a mais no custo da Nação, é impossível a Nação brasileira aguentar isso. O nosso orçamento já não cabe nas contas que nós temos.

Não podemos nos curvar, não podemos nos deixar levar pelas galerias, pelas pressões de sindicatos e de corporações que querem, lícita e democraticamente, ver atendidos os seus pleitos. Nós, como Parlamentares, eu, como Senador, tenho a responsabilidade de olhar por tudo e olhar por todos aqui, nesta Casa. Neste momento, meu Presidente Walter Pinheiro, se pensarmos um pouco, se olharmos com mais critério, se deixarmos as paixões políticas de lado, nós vamos chegar à conclusão de que o melhor que temos a fazer no dia de hoje é manter os vetos que a Presidente da República fez. Independente de posições políticas, independente das paixões políticas, independente dos partidos políticos, hoje fala mais alto o interesse da Nação brasileira.

Neste momento vale aquela velha frase que foi dita por um grande político: não pergunte o que o seu país pode fazer por você neste momento, mas o que você pode fazer pelo seu país. E, neste momento, como disse antes, independente de quem nos trouxe a esta situação, nós temos que ter a responsabilidade de não colocar mais dificuldades para a combalida economia brasileira.

Hoje, o dólar passa dos R\$4,00. Já existem previsões de analistas e de bancos que falam que o dólar pode ir a R\$4,30, a R\$4,50. Uma coisa é certa: se derrubarmos hoje o veto da Presidente, desses R\$4,30, R\$4,50, ele atingirá muito rapidamente – e talvez passe até – R\$5,00 por US\$1. Isso não é salutar para a economia brasileira, mesmo para setores exportadores como o meu, onde eu milito no agronegócio brasileiro, que é o carro-chefe. A maior parte dos recursos brasileiros entra pelo agronegócio. Nem para esse setor o dólar a R\$5,00, o dólar a R\$4,50 é salutar, porque nós também temos uma parte daquilo que vendemos para o exterior que precisa ser comprada. Nós temos que importar isso. Portanto, os ganhos ficam muito desajustados e nós teremos problemas na economia para a frente.

Tudo que é muito é ruim e tudo que é pouco também é ruim. Então, nós temos que trabalhar para ter um meio-termo, e acho que o meio-termo nós já atingimos na questão do dólar, porque a economia brasileira terá uma recuperação muito grande, uma recuperação rápida...

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ... na questão da exportação brasileira.

Nós ganharemos o mercado de automóveis, de eletrodomésticos, de outros produtos manufaturados que nós fizemos, mas, Senador Elmano, isso depende de um tempo. Nós não podemos chegar a qualquer lugar do mundo hoje e falar assim: "Temos automóveis para vender." Ótimo, temos, somos competitivos, mas nós temos que adaptar esses automóveis para quem compra, existe legislação específica para um item, para outro item e também precisa haver a garantia de que isso será permanente, de que lá vamos nós não só por 60 dias,

não só por seis meses, mas que vamos exportar por seis anos, por dez anos ou coisa parecida. Então, temos que ter muita calma neste momento e, como eu já disse aqui várias vezes, responsabilidade nos nossos mandatos para todos os brasileiros, não só para aqueles que são mais organizados, que têm maior força de pressão, de mobilização e que vêm aqui pressionar os Parlamentares para votar no seu interesse.

Então eu quero deixar claro o meu posicionamento e pedir aos colegas que tenham dúvidas sobre essa matéria que façam uma reflexão muito clara de que, neste momento, nós temos que olhar para o conjunto do País, o conjunto do Brasil, e não simplesmente por algumas categorias ou para algumas categorias que conseguem se movimentar, conseguem ser muito mais representativas e que têm poder, ou melhor dizendo, têm pressão, poder de pressão sobre o Congresso Nacional.

Sr. Presidente Walter Pinheiro, encerro aqui o meu pronunciamento desta tarde, dizendo que votarei pela manutenção dos vetos, porque entendo que é o melhor para o País neste momento, um momento de grave crise econômica, de crise política, de crise moral. E todos nós temos que ter a responsabilidade da condução do País.

(Soa a campainha.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O melhor que podemos fazer neste momento é a manutenção dos vetos para que o Brasil não exploda mais do que chegou até agora.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Como orador inscrito, o Senador José Medeiros.

Tem V. Ex^a a palavra pelo tempo regimental.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, todos que nos ouvem pela Rádio Senado, pela TV Senado e que nos acompanham pelas redes sociais, primeiro gostaria de parabenizar o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, que convocou uma reunião de Líderes agora há pouco, quando ficou definido que, pelo menos na posição, no que depende do Senado, haverá hoje a sessão do Congresso Nacional, sessão essa que tem sido constantemente adiada. E isso já estava causando alguns transtornos, com muitos vetos se acumulando. Hoje ficou definido e logo mais, às 19 horas, nós vamos apreciar alguns vetos, as matérias que devem ser apreciadas.

Um dos vetos, Sr. Presidente, trata do reajuste, da recomposição de perdas salariais dos servidores do Judiciário. Só para rememorar um pouco, essa matéria partiu do Poder Judiciário, veio para esta Casa e acabou sendo aprovada no Senado, por unanimidade. Posteriormente, esse reajuste foi vetado pela Presidência da República e está para ser apreciado há algumas sessões que constantemente, por estratégia do Governo, vinham sendo adiadas, o que tem causado muitos transtornos. Já era a quarta vez que os servidores do Judiciário vinham para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, para buscar a aprovação, para buscar os seus direitos. Inclusive, na última vez que eles estiveram aqui, acabou acontecendo uma fatalidade: morreu um dos sindicalistas. Ele acabou tendo um ataque do coração aqui na Esplanada. De forma que esse assunto já estava passando da hora de ser resolvido e hoje vai para o voto.

O Governo fez sua parte, ligou para cada Parlamentar, mandou algumas tabelas com os seus números, e os servidores têm demonstrado, com os seus números, que aqueles não refletem a realidade. Inclusive há um dado muito interessante no que se refere a esses dois projetos. Esse projeto que aprovamos aqui, o PLC nº 28, recebeu um veto que vai ser apreciado hoje. Posteriormente, o Presidente do STF encaminhou um outro para esta Casa. O interessante é que os valores não são muito diferentes, mas o Governo apóia o projeto que veio do Presidente do STF e vetou o dos funcionários.

E o interessante é que, pelo que os funcionários nos têm passado, pelo que os servidores nos têm passado, esse projeto que veio do STF e que está aqui com o apoio do Governo não contempla todos os servidores. Acaba contemplando uma parte só, uma cúpula do serviço do Judiciário. E acaba causando um problema maior para o futuro, porque o poder de compra desses servidores está extremamente carcomido pela inflação.

E nós temos essa preocupação, porque, se hoje for mantido o voto, maior vai ficar esse reajuste para ser feito depois. Alguns argumentos têm sido usados de que, hoje, nós temos que derrubar esse voto ou temos que manter o voto da Presidente, porque, senão, o dólar vai ultrapassar os R\$4. Isso é um argumento muito difícil de a gente seguir por esse raciocínio, porque o dólar está chegando a R\$4, e não é por causa dos servidores – aliás, ele chegou a R\$4 aí, e não é por causa dos servidores, que, até agora, não tiveram essa recomposição das perdas salariais.

Essa recomposição de perdas salariais, para quem está nos ouvindo, é simplesmente aquela parte que a inflação corrói dos salários e é parte que a própria Constituição diz que tem que ser recomposta mesmo. Com o tempo, o Governo acabou não fazendo e, agora, chegou a um montante que ele acaba dizendo que não dá

conta de fazer, porque vai quebrar o País, o que não é uma verdade, porque o sistema público, o serviço público está quase todo sucateado, em quase todas as esferas, em quase todos os órgãos do Governo, precisando fazer concurso, porque já não tem servidores, a menos que o Governo não esteja conseguindo nem pagar sua folha. Mas dizer que não pode fazer a recomposição das perdas salariais não é uma realidade fática.

O que nós não conseguimos entender são os sofismas criados. O Governo parte de alguns argumentos, para tentar convencer os Parlamentares, com tabelas cujos números não refletem a realidade. São números criados ali para dizer... Até a semana passada, o Governo dizia que o rombo nas contas seria de R\$24 bilhões; hoje já saiu uma nova tabela dizendo que é de R\$36 bilhões.

E por que saiu essa nova tabela? Eles acrescentaram que, até 2019, vai ser um rombo. Não, se for para contar dessa forma, pode acrescentar mais, porque esses servidores são servidores de carreira, e não vão morrer amanhã nem vão se aposentar amanhã, ou seja, isso aí é cumulativo.

Então, somam-se os salários dos servidores dos próximos anos e diz-se: "Olha, o rombo vai ser de R\$30, R\$40 bilhões!" O que nós temos que observar é que boa parte do serviço público, Senador Walter Pinheiro, está em greve. E está em greve por quê? Justamente porque a inflação corroeu os salários.

Nós estamos em crise? Estamos. Agora não podemos neste momento demonizar esses servidores e dizer: "Olha, se for dado aumento para os servidores, se for feita essa recomposição de perdas, o País vai quebrar!"

Na verdade, todos os setores que entraram em dificuldade até agora o Governo acabou socorrendo. No caso dos servidores – hoje nós vamos ter aquele embate –, o argumento tem sido de que, se aprovarmos isso, vai ser uma pauta bomba. Notem os senhores que nem a desoneração da folha que o Governo fez, nem o aumento da taxa Selic, nenhum desses gastos aí foram considerados como pauta bomba, mas, quando se trata do servidor público e de qualquer coisa que se refira ao servidor público, tem sido dito que é pauta bomba.

Qual o objetivo disso? É dizer, é passar para a população que os servidores públicos são a causa pela qual o País está quebrando. Não é, o País não está quebrado por causa dos servidores públicos – isso não é uma realidade! Agora é uma pena que o Governo crie esses argumentos falsos, porque cada dia mais nós ficamos com a Presidência da República sem credibilidade perante a população.

Então, daqui a pouco nós vamos ter essa votação, ainda bem que vai haver a sessão. Agora é muito importante que a população tenha em mente que o Governo está mentindo, e está mentindo agora, como mentiu, para se eleger, quando disse que a economia não estava em crise. Há poucos dias, a Presidente veio a público e disse: "Olha, o meu único erro foi não ter percebido, em tempo, a crise."

Na semana passada, o Ministro Presidente do Banco Central veio aqui. E eu perguntei para ele se o Banco Central monitora a economia constantemente, se tem indicadores e se sabia como andava a economia brasileira? Ele falou que sim, que o Banco Central monitora e sabia que a economia brasileira não ia bem.

E eu perguntei o seguinte: "O Banco Central informa a Presidência da República?" Ele falou que o Banco Central monitora a economia e que informa a Presidência da República. Em outras palavras, ele desmentiu a Presidência da República; desmentiu, não, ele acabou mostrando a realidade.

Então a Presidente foi a público dizer que não sabia que o País estava em crise. O Presidente do Banco Central veio aqui e disse: "Olha, o Banco Central sabia e informou a Presidência da República."

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) Já concluo, Sr. Presidente.

Então, esse é o Governo que está dizendo que o País está quebrando por causa dos servidores públicos; é o Governo que veio dizer que nós iríamos ter um Eldorado; é o Governo que perdeu a credibilidade lá, perdeu sua base na Câmara, perdeu a base aqui no Senado e perdeu a base das ruas. Mas perdeu por quê? Por causa da expectativa frustrada, porque tem mentido para a população.

Então, eu quero deixar este registro. Seja qual for o resultado, a grande verdade é a seguinte: hoje nós estamos votando ali simplesmente recomposição de perdas, que a inflação vem comendo no salário desses servidores durante esse tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente e querido amigo Walter Pinheiro, Senadoras, Senadores, eu venho à tribuna, para relatar pelo menos duas situações. Uma é fruto de um trabalho que nós fizemos hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, quando realizamos a segunda audiência para tratar da dificuldade que uma parcela importante dos brasileiros enfrenta no quesito transporte aéreo. Eu me refiro à equi-

vocada política do Estado brasileiro de tentar tratar o País como se ele fosse igual, e não um país continental, com uma região como a Amazônia, com uma região como o Nordeste brasileiro.

E, quando se chega a esse quesito de transporte aéreo, nós temos um problema gravíssimo que é a absoluta falta de infraestrutura aeroportuária, especialmente na Amazônia brasileira. E aí, por vivermos na Amazônia, por cuidarmos da Amazônia, nós pagamos um preço; a população – são 25 milhões de amazônidas – paga um preço, e é cobrado de quem vive na Amazônia um preço que é absolutamente injusto. Há um tratamento como se fosse de segunda, terceira, quarta, quinta categoria.

Fizemos uma audiência, no dia 2 de setembro, com os representantes das companhias aéreas. E hoje, por requerimento meu, aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, associada à audiência com a Comissão de Desenvolvimento Regional, nós tivemos, então, uma audiência pública com o Ministro Eliseu Padilha, com o Presidente da Infraero e com o Diretor da Anac. Foi uma audiência da maior importância.

Eu tenho encontrado inúmeras pessoas no meu Estado, até fora do Acre, pessoas me cumprimentando, agradecendo por eu estar levantando, junto com outros colegas, esse debate do absurdo, do injusto custo do transporte aéreo no Brasil. Como um país como o nosso, com 200 milhões de habitantes; continental, como falam; bonito por natureza, como diz o poeta; vai poder ser uma referência de turismo, se nós temos os preços de passagens aéreas mais caras do Brasil? Como nós vamos ter um melhor aproveitamento pelos brasileiros do potencial turístico do País se é mais barato ir para qualquer lugar do mundo do que andar de avião dentro do nosso País?

Hoje, nós colocamos, apresentamos essa realidade para o Ministro Eliseu Padilha e sua equipe. É inexplicável! O Diretor da Anac diz: "Não, nós não podemos ter nenhuma política de controle de preço, porque a política nacional é de concorrência livre."

Mas eu pergunto, Ministro, colega Senador Fernando Bezerra, Senador Elmano, eu falei para o Ministro, eu disse: "O senhor foi Ministro dos Transportes. Rio de Janeiro e São Paulo é mais ou menos a distância Porto Velho e Rio Branco." Eu estou exagerando um pouquinho. Como diz aquela piada, no voo da TAM, do posto Ipiranga, que ele chama lá de Fernando e Piracicaba, e o outro diz: "Não, eu sou Fernando e Sorocaba." E ele disse: "Mas não vamos brigar por 90km!"

No nosso caso, eu perguntei para ele: "Se tivesse que haver concessão Rio de Janeiro-São Paulo, como há, e Rio Branco-Porto Velho, para qual iria haver uma grande procura, e para qual não iria haver procura nenhuma pela concessão? É a mesma coisa." Ele disse: "Não, não, é bem diferente!" Eu falei: "Pois é, está tudo no mesmo País, com a mesma quilometragem e são duas cidades."

É óbvio que, se a Anac, se seguirmos tratando coisas diferentes de forma igual, estaremos sendo injustos. Uma empresa aérea vai preferir ficar fazendo a ponte aérea Rio-São Paulo, que é a mesma distância, ou Porto Velho-Rio Branco? É óbvio que vai preferir o filé! Exatamente por ter a melhor rota, ela tem que ter uma política de responsabilidade e de respeito com a população de outras regiões do País, e, aí, quando a Anac se omite, o Ministério da Aviação Civil precisa agir.

Quero dizer à população do Acre e da Amazônia: vamos seguir nessa luta! Vários colegas encamparam essa luta, os companheiros do Amazonas, de Roraima, do Amapá, do Pará, suprapartidariamente, porque nós estamos aqui, para fazer leis e para fiscalizar também. E, nessa questão, nesse quesito de fiscalização, temos três serviços oferecidos no Brasil que precisam da nossa ação, e um deles o Senador Walter Pinheiro conhece bem, a parte de telecomunicações – um desastre!

Quando fizeram a privatização da Telebras, venderam os nossos satélites aos mexicanos. Agora, o Brasil não tem satélite. Tem que contratar.

Eu estava ontem em uma reunião de defesa, em São Paulo...

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Jorge Viana, a empresa que controlava os satélites no Brasil chama-se Embratel até hoje, mas o nome era Embratel, estatal, e hoje é Embratel. E essa empresa pertence a um grupo que hoje é quem comanda a Claro, comanda outras empresas. Na realidade, no processo de privatização, também os nossos satélites foram embora.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É isso.

Ontem, eu estava em São Paulo num debate sobre defesa. E o que acontece? Não é grave o Brasil não ter satélite só, não, porque ter satélite, e não ter lançador, também dá na mesma, perde-se o controle dele. O duro é que o Brasil não tem nenhuma coisa nem outra.

Aliás, não se entende, quando o assunto é o espaço, é a parte de satélite. E, sem isso, no mundo de hoje, Senador Walter, não há apelo. Estamos fadados ao fracasso.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Jorge Viana, eu vou abusar um pouquinho do tempo de V. Ex^a, porque essa é uma área não só da minha, diria, paixão especial, mas da minha atuação profissional. Todas as reuniões a que tenho ido no mundo – e fui a várias, inclusive representando o Governo

Fernando Henrique Cardoso – , agora, fui a diversas reuniões... Há no mundo uma instituição chamada União Internacional de Telecomunicações, que discute, inclusive, o uso do espectro e essa questão dos satélites. Em todas as reuniões em que nós vamos discutir sobre esse controle orbital, sobre a questão de lançamento ou sobre a questão de frequência, o Estado americano, além de ser representando pelas autoridades – estou falando do Estado americano, os Estados Unidos da América do Norte –, além das autoridades de comunicações ou de telecomunicações, como queiram chamar – aqui no Brasil chamamos mais de telecomunicações –, quem representa o Estado americano nesse debate é o Ministério da Defesa. Portanto, os Estados Unidos tratam isso como...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Como uma questão estratégica.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... questão de estratégia e defesa nacional.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E nós estamos longe, Senador e Presidente Walter Pinheiro, e depois reclamamos porque vamos tentando tratar no varejo algo que tem que ter um tratamento no atacado.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Você ou controla, a partir de lançadores e de satélites e depois segue fazendo como uma política de guarda-chuva, ou então não há como, sem guarda-chuva, se proteger da chuva apenas com capa de chuva. Vai se molhar, e quem está ao seu lado também se molha. Então, esse é um problema grave.

No Acre, o serviço é caro e ruim. Somado ao problema de transporte aéreo, é uma situação vexatória. Eu dizia para o Ministro que é mais barato morar na Europa e vir trabalhar em Brasília toda semana, do ponto de vista do preço da passagem aérea, do que morar em qualquer Estado da Amazônia e vir toda semana trabalhar aqui.

Eu compro passagem com três meses de antecedência. Eu mudei as regras de ressarcimento. Eu mudei, como Vice-Presidente e com o apoio dos colegas, para economizar dinheiro público, do contribuinte. Não é público, é do contribuinte, que paga a passagem. Antes não podia comprar com antecedência, e agora pode haver ressarcimento. Mesmo assim, quando vou comprar uma passagem com dois meses de antecedência, é mais barata uma passagem de Brasília para os Estados Unidos ou para Pequim, como mostrei hoje para o Ministro, ida e volta, do que ida e volta para Rio Branco.

Este ano, Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, fiz cerca de dez viagens entre Rio Branco-Manaus e desci em Brasília. Cometi, para alguns, uma ilegalidade. Daqui a pouco vão perguntar, na minha prestação de contas, o que tanto faço em Manaus. Não fui nenhuma vez a Manaus. Na maioria das vezes, é mais barato comprar uma passagem Rio Branco-Manaus até Brasília do que comprar uma de Rio Branco a Brasília.

O Senador Raupp hoje disse: "Olha, eu estou comprando para Foz do Iguaçu". Ele compra a passagem Porto Velho-Foz do Iguaçu por R\$500,00, R\$600,00, enquanto uma passagem Porto Velho-Brasília custa R\$1,2 mil. Então ele compra para Foz do Iguaçu e desce aqui. Qual é a lógica?

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, na quinta-feira – quero dar aqui a notícia –, haverá uma reunião no Ministério da Aviação Civil, de que participarão os representantes das empresas, o Ministro, a Anac, eu, o Senador Randolfe e o Senador Flexa. É o resultado da audiência que fizemos hoje. Estou certo de que colocaremos um freio nesse abuso por parte das empresas aéreas, que funcionam de maneira combinada sim – TAM e Gol –, porque os preços das passagens estão sempre batendo, uns com os outros, no teto. Um absurdo.

Mostrei ao Ministro que é mais barato pegar um voo para a Ásia do que para dentro do nosso País. Mostrei ao Ministro que há dois pesos e duas medidas. As companhias aéreas dizem: "É o ICMS". Não é só isso. Eu peguei o ICMS dos Estados do Nordeste. São Paulo cobra o mesmo ICMS que o Acre. Também não é só isso. Disseram: "Não, mas o querossene de avião é muito caro. O preço é regulamentado no mercado internacional". O barril de petróleo custava 120. Agora custa menos de 50. E não altera para os usuários brasileiros. O dólar está cotado a mais de R\$4,00. Aí se diz: "Agora vai haver turismo interno". Vai haver turismo interno como, se continua sendo mais viável sair do Brasil, mesmo com o dólar a R\$4,00, do que adquirir uma passagem para dentro do País? Portanto, ficou acertada essa reunião.

Eu queria trazer também uma boa notícia para o Acre, que recebi hoje e já divulguei na rede social, já parabenizei o Governador Tião Viana, que lutou por isso, o Prefeito Marcus Alexandre, da nossa capital, e todos que vivem em Rio Branco e nos demais Municípios do Acre: o Ministro assumiu o compromisso de terminar

a obra da pista do aeroporto de Rio Branco até o final do ano, antecipando a conclusão da obra em um ano. Neste período de crise, é de fato uma boa notícia.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para piorar, Senador Walter, a única capital do Brasil em que os voos são de madrugada é Rio Branco, porque a pista está há quase dois anos em obra. Então, a partir de janeiro, quem sabe, vão voltar os voos diurnos. Vou poder chegar aqui de dia, em vez de à noite. Toda semana, são duas noites não dormidas, ou quatro: uma indo, outra voltando. Como vou toda semana, já vou na quinta-feira, novamente.

Eu queria, então, pedindo a compreensão de V. Ex^a, me deter em um tema gravíssimo – eu falei que eram três –: a situação dos apagões em Rio Branco.

Na última semana, dos sete dias, em cinco houve apagões. Uma vergonha, um desrespeito. Hoje, tive uma reunião com o Deputado Federal, coordenador da Bancada, Raimundo Angelim.

Amanhã, teremos audiência com o Presidente da Eletronorte e audiência com o Dr. Romeu, Diretor da Aneel. Vamos chamar toda a Bancada – os Senadores Petecão e Gladson, assim como os Deputados Federais –, e, de maneira suprapartidária, vamos denunciar, cobrar explicações e pedir que ponham fim a essa situação.

Hoje já me prometeram que não haverá mais apagão, mas estou apresentando requerimento ao Ministro Eduardo Braga e ao Presidente da Aneel. Quem vai ressarcir o prejuízo dos pequenos comerciantes, dos agricultores, daqueles que perderam o que tinham por conta de quatro, cinco, seis, oito horas de apagão que nós vivemos? Foram cinco apagões em uma semana. Como? Nós estamos colaborando com a matriz energética do País, com Jirau e Santo Antônio. No momento em que começamos a gerar energia limpa, que melhora a matriz, que faz com que o Brasil chegue melhor à COP-21, de Paris, exatamente quando damos uma contribuição, Acre e Rondônia passam a sofrer, e ninguém aparece para explicar. Aconteceu de bairros de Rio Branco ficarem sem energia pelo menos 80 vezes nos últimos dois meses, o que acarretou uma grande quantidade de equipamentos queimados.

Anteontem, eu estava com meu pai, de 87 anos, na casa dele, e ele falou: "Filho, está tudo..."

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Meu pai é um curioso e é um técnico em eletrônica. Passou a vida consertando rádios.

Mas temos vivido uma situação muito, muito grave. E dou essa satisfação ao povo do Acre, a toda imprensa. Fui dar entrevista à TV Gazeta, não pude dar por conta da falta de energia. Não se pode usar a internet,...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... a situação dos pequenos comerciantes é gravíssima.

E eu estou aqui dizendo que vou entrar com um pedido de explicação, de justificativa para o Ministro de Minas e Energia. Vamos ter uma audiência amanhã, que eu solicitei, com o Diretor-Geral da Aneel, Dr. Romeu, e também vamos à Eletronorte, para cobrar respeito com a população do Acre. Não há sentido.

O querido Senador Aloysio Nunes Ferreira me lembra muito bem que, hoje pela manhã, quando eu levantei este assunto, ele imediatamente sugeriu que fizéssemos também – nós dois estamos apresentando, com mais alguns colegas subscrevendo – a solicitação de uma audiência pública para debatermos o assunto.

Eu sei que houve problemas sociais em Jirau e Santo Antônio, durante a construção da obra, sei que está atrasado o linhão que vai até Araraquara para fazer a entrega de energia, mas, Senador, a informação que me deram hoje – e amanhã quero buscar a informação oficial – é que estavam testando o modelo de distribuição e, com isso, desligavam a energia no Acre e em Rondônia sem nenhum aviso, sem nenhuma explicação. E os prejuízos foram incalculáveis, pois tudo para quando não há energia.

Eu estava em Rio Branco. Houve três apagões no período em que estive lá. Em sete dias, foram cinco. Gravíssimo! Criadores de aves perderam tudo, em vários Municípios, como Brasileia e Assis Brasil. Então a situação é muito grave.

Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Senador Jorge Viana, não tem como. O Senador Raupp vai falar, mas, nesta situação, Senador Jorge Viana, do ponto de vista operacional, Senador Raupp, quando testamos um sistema novo, na linguagem técnica que nós usamos, isso se chama fazer um paralelo.

Ora, quando você faz um paralelo, isso significa dizer que o novo sistema entra em conjunto com o sistema velho, e não em substituição ao sistema em operação. Portanto, não é um teste, é uma barbeiragem o que

aconteceu, efetivamente. Não há como você entrar com um sistema novo e, antes de o sistema novo entrar, você cortar o sistema velho. Isso não existe em nenhuma operação dessa natureza técnica.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Concedo o aparte ao Senador Raupp e conluso. O Presidente Renan chegou, vamos ter a Ordem do Dia e seguir com os trabalhos.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Senador Jorge Viana, no domingo, liguei para o Presidente da Eletrobras, José da Costa. Falei com ele no domingo por volta do meio-dia. Eu estava em Pimenta Bueno, interior de Rondônia, e estava tudo apagado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A mesma coisa no Acre.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Já tinha havido um apagão na sexta-feira, eu estava lá também, em Ouro Preto, onde reside a minha netinha de um ano. Eu a estava visitando em Ouro Preto, e estava tudo apagado. O povo estava fora das lojas porque não aguentava o calor na cidade, na sexta-feira à tarde.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E no pior período, não é? O calor amazônico é de 40° nas cidades.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – De Pimenta Bueno a Porto Velho, mais ou menos 550km, todas as cidades ao longo da BR e algumas fora do eixo onde estavam interligadas, estavam às escuras. Era o sexto apagão em 40 dias. Eu cheguei ontem. Falei com o Costa no domingo, e já pedi audiência com o Ministro Eduardo Braga para ontem, no final da tarde, quando eu chegava, às 17h, em Brasília. Estive com o Ministro Eduardo Braga, ele prontamente ligou para o Dr. Costa, com quem eu já havia falado domingo, e ele disse: "Olha, ou resolve o problema ou cabeças vão rolar". Porque não é possível dois Estados, Rondônia e Acre, ficarem por seis vezes, até quatro horas...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – E sem nenhuma explicação, sem nenhuma nota, sem nenhum aviso.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sem aviso, sem explicação, sem nada. Mas aí, pasmem, eu fiquei sabendo ontem que o problema é da Eletronorte, e não da empresa que cuida da energia, que distribui a energia, que é a Ceron. E os diretores da Ceron estão apanhando muito da mídia do Estado. Liguei para o doutor Charone ontem, antes de estar com o Ministro, e ele me disse que realmente o problema é da Eletronorte, que é quem tem que fazer esses testes. Então, que avise! O Ministro e o Dr. Costa me garantiram que providências seriam tomadas e que, possivelmente, a partir de hoje, já não haveria mais esses apagões em Rondônia.

(Soa a campainha.)

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Olha só a ironia: Rondônia tem várias, mas tem três grandes usinas: a usina de Samuel, de 270MW, que foi a primeira a ser construída, a usina de Santo Antônio, que produz 3.600MW, 3.700MW, e a usina de Jirau, do mesmo tamanho, somando mais de 7.000MW.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Rondônia é o Estado mais autossuficiente em energia e agora vive de apagão?

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Duas linhas enormes, gigantescas, que levam energia de Rondônia para Araraquara, em São Paulo, para uma subestação grandiosa também, para distribuir essa energia, e Rondônia e Acre ficam sem energia. É demais para nós. Então, parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Também já estou tomando todas as providências e espero, verdadeiramente, que, a partir de hoje, ou de ontem, já que não houve, hoje também não, nenhum apagão, possamos voltar à paz no Estado de Rondônia e no Estado do Acre. Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço suas palavras, Senador Raupp. Fico contente de estamos juntos nessa luta. É um absurdo, é um desrespeito. Amanhã estarei com o Presidente da Eletronorte...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estaremos na Aneel, e vamos procurar o Ministro Eduardo Braga. É um desrespeito.

Agora, queremos saber quem são os culpados, porque a população vai entrar com uma ação para que possam ressarcir-lá do prejuízo, e vai ter que acionar a União.

Ouço o Senador Ivo Cassol, que também sofre com esses problemas que ocorrem no Acre e em Rondônia.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado pelo aparte, nosso amigo, ex-Governador e Senador Jorge Viana. Quero aqui fortalecer a indignação tanto de V. Ex^a como do Senador Raupp. E a coisa é pior ainda. Em Rondônia, em pontos isolados, a Guascor está com os motores sucateados, a exemplo de Porto Rolim de Moura e de tantos outros lugares, que têm que fornecer energia e não há energia de qualidade.

Eu ouvia V. Ex^a, Senador Jorge Viana, agora há pouco, dizendo que tem que achar o culpado. O culpado desse sistema aqui infelizmente é a Eletrobras. Por que é a Eletrobras? Uma gestão incompetente, uma gestão sem seriedade porque os mesmos diretores das seis empresas que respondem por Acre, respondem por Rondônia, respondem por Roraima, respondem pelo Amazonas, pelo Piauí e por Alagoas. O mesmo diretor fica despachando dentro de um avião porque não dá conta de tomar conta. É isso! Isso é uma injustiça, é uma incompetência, uma falta de gestão, falta de responsabilidade. Estão resolvendo o problema agora da energia em Rondônia porque vão ligar os motores, mas o que está faltando dentro da Eletrobras é falta de gestão, está faltando gestão. Rondônia está propiciando para o Brasil a energia que o Brasil precisa, mas, infelizmente, se a Eletrobras não fizer os investimentos necessários, nós vamos ficar no escuro. Está aí o exemplo de que, na época da CCC, R\$360 milhões para fazer a rede de Presidente Médici a Costa Marques, passando em Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, Costa Marques. A CCC que devolvia 100% de investimento. Também a rede de Ariquemes a Monte Negro, Campo Novo e Buritis e também na região de Jaru para Theobroma, Vale do Anari, Machadinho a Cujubim. Para se ter uma ideia, meu amigo e companheiro, Senador Jorge Viana, pela falta de gestão, pela falta de competência desses diretores nomeados, biônicos, que ficam, infelizmente, não têm como despachar. Então, o que está faltando, infelizmente, no Governo é gestão. Essa falta de energia no Estado de Rondônia está uma vergonha! Está uma vergonha essa falta de energia no Estado de Rondônia! Por quê? Porque não há gestão, vai resolver o problema do diesel amanhã, nós vamos continuar no escuro depois de amanhã. Enquanto isso, Machadinho, Buriti, Cujubim, São Francisco, Costa Marques, Pedras Negras, Porto Rolim de Moura e Surpresa continuam todas no escuro. As empresas não têm compromisso, não têm responsabilidade. E o Presidente da Eletrobras e dessas empresas quebradas, como diz o ditado, estão simplesmente de avião para cima e para baixo porque não dão conta de cuidar de um Estado, quem dirá cuidar de seis Estados. Então, a sua indignação é junto à minha porque é inaceitável do Rio de Janeiro se administrar o Acre, o seu Estado, administrar Rondônia, que é meu Estado, porque eles não têm condições. Eles não são biônicos, eles não são Deus e, se Deus estivesse na terra, com certeza, não faria o que eles estão fazendo hoje. Então, por isso, nós temos que, urgentemente, o Ministro de Minas e Energia tem que tomar providência, mudar essa gestão desastrosa que a Eletrobras tem e tem que parar de fazer besteira no sistema elétrico da maneira como está acontecendo hoje. Portanto, não adianta construir usina, se você não complementa as subestações, as redes de distribuição e, se ao mesmo tempo, não cobra da empresa...

(Soa a campainha.)

O Sr. Ivo Cassol (Bloco apoio Governo/PP - RO) – Guascor – se não me engano foi a Siemens que adquiriu a Guascor – a responsabilidade, porque infelizmente cidades do Estado de Rondônia estão ficando no escuro e o prejuízo é incalculável. Eu aconselho o povo do meu Estado a entrar na Justiça contra a Eletrobras. Não poupe ninguém. Não tenha dó. Meu Governo está quebrado? Vamos acabar de quebrar o resto! Mas pelo menos vai responsabilizar esses gestores incompetentes. Desculpa a minha indignação, mas é essa situação que o povo de Rondônia está sentindo hoje. Obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu agradeço, Senador Ivo Cassol, o aparte. Eu vou procurar o nosso amigo, colega Senador Eduardo Braga, que tem sido sempre muito atencioso conosco, para relatar pessoalmente essa situação que temos vivido. Ele já disse ao Senador Raupp que vai adotar medidas duras. Nós, no fundo, precisamos ter claro que o cidadão não é responsável,...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... fez aquisição, pegou um financiamento, montou algum negócio. Há esses apagões. Os equipamentos dele queimam e ele é que vai ser o responsável. É preciso que o sistema Eletrobras assuma o problema, seja Eletronorte, seja Eletrobras, para que um cidadão possa ter garantidos os seus direitos.

Aviso mais ainda: com a retirada da CCC, o problema das áreas isoladas do Acre – eu estou anunciando, eu vou pedir ao Ministro, eu vou avisar a Aneel –, vai vir a cavalo. Nós vamos ter sérios problemas de energia em Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Taumaturgo, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Jordão, Santa Rosa, que são Municípios isolados, e Manoel Urbano. Nós vamos ter sérios problemas, porque agora eles não estão dando mais o combustível para que a empresa contratada faça a geração da energia. Agora só uma parte.

Então fica aqui o meu...

O Sr. Ivo Cassol (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Só mais um minutinho. V. Ex^a tem razão, nobre colega, quando pondera essa situação. Como uma diretoria no Rio de Janeiro pode resolver o problema do seu Estado, lá com a divisa com o Peru, com a Venezuela? Como ela pode resolver o problema de seis Estados ao mesmo tempo? Não tem jeito.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu estou afirmando que nós vamos ter sérios problemas nos Municípios isolados do Acre, porque nós estamos tratando aqui da área interligada, que está vivendo os apagões.

O Sr. Ivo Cassol (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Nós temos as duas: interligada e isolada.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Nós temos as duas e vamos viver um drama. Por isso que já estou alertando. Vou fazer expediente pedindo providência, porque depois vamos ter apagão no interior do Acre, por falta de combustível.

E a irresponsabilidade na gestão desse Sistema Eletrobras não pode ser transferida para a população na forma de prejuízo.

Então, fica aqui esse desabafo, esse protesto, essa denúncia, em nome do povo do Acre. Tenho certeza de que o Ministro Eduardo Braga vai nos acolher, vai nos dar razão e vai nos ajudar a evitar que esse problema se repita.

A informação que nos deram é de que não haverá mais apagão. Mas nós vamos ter que tratar do problema que ocorreu até aqui e que causou incalculáveis prejuízos a uma parcela enorme da população do Acre.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Ordem do Dia.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente, apenas uma comunicação breve, porque o Senador Ricardo Ferraço invocou a minha condição de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado por uma questão relevante aos produtores brasileiros de café.

O Brasil é um País muito importante na produção de café, e não poderia participar, não teria assento na Assembleia da Organização Internacional do Café, que vai se realizar em outubro, em Milão, na Itália, por conta, exatamente, do não pagamento da cota anual à Organização Internacional do Café.

Estive com a Ministra Kátia Abreu, que assegurou que está fazendo gestões para que o Funcafé assuma essa responsabilidade, faça esse pagamento, e o Brasil tenha assento na Assembleia Geral da Organização Internacional do Café.

Então, eu faço essa comunicação, atendendo à solicitação do Senador Ricardo Ferraço e, certamente, dos Senadores do Espírito Santo e dos Estados produtores de café, como Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –

ORDEM DO DIA

A nossa pauta está trancada por duas medidas provisórias e por um projeto com urgência constitucional. Nós vamos ter uma sessão...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... de discussão de uma Proposta de Emenda à Constituição, que cria a instituição fiscal independente no Congresso Nacional, que será oportunamente apreciada – será apenas uma sessão de discussão. E vamos votar algumas autoridades.

Eu quero fazer um apelo aos Senadores e às Senadoras que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário.

Nós vamos apreciar cinco autoridades. Portanto, é muito importante a presença de todos.

Item 6 da pauta:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N^o 83, DE 2015

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.*

Parecer nº 685, de 2015, da CCJ, Relator: Senador José Serra, favorável à Proposta e às Emendas nºs 1, 7, 8, 10 e 11, apresentadas perante a Comissão, nos termos da Emenda nº 15-CCJ (Substitutivo), que oferece. As demais emendas não serão objeto de deliberação, por não terem sido acatadas, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – **Item extrapauta:**

MENSAGEM Nº 52, DE 2015

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 52, de 2015, pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Srª Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

O parecer é do Senador Cristovam Buarque. (**Parecer nº 761, de 2015-CRE.**)

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o parecer, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação. As Senadoras e os Senadores já podem votar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Hélio José, com a palavra V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria, em primeiro lugar, me solidarizar com as palavras que foram ditas pelo nosso querido Senador Jorge Viana, pelo Senador Cassol e pelo Senador Raupp.

Realmente, a crise energética no nosso País é muito grande. Por isso que temos debatido muito, Sr. Presidente, a questão da necessidade das energias alternativas, a questão de discutirmos melhor a energia solar e novos financiamentos que permitam várias fontes de energia, como a de resíduos sólidos e outras.

Quero dizer aqui algumas palavras, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores.

Venho, mais uma vez, a esta tribuna para reiterar o meu compromisso com a busca de soluções ambientalmente sustentáveis e socialmente justas para os problemas que a geração de energia elétrica ou – talvez seja melhor dizer – a falta dela trazem para o cotidiano da sociedade brasileira.

Nesta semana, motiva-me ainda mais esse debate, pois viajo hoje para a Cidade do México, onde participarei de reuniões das comissões do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), na qualidade de membro do grupo brasileiro.

O Parlatino, como sabem V. Exªs, é uma organização regional, na qual estão representados os Parlamentos nacionais da América Latina, cujos componentes são eleitos democraticamente mediante sufrágio popular. Fundado em 1964, o Parlatino visa a promover a integração entre 23 países latino-americanos.

Nesses encontros dos quais participarei, pretendo abordar as possíveis alternativas para a crise energética que assola o mundo, nomeadamente os países menos desenvolvidos, e também discutir políticas públicas capazes de viabilizar projetos de obtenção de energia elétrica a partir da energia solar.

Sim, Sr. Presidente; sim, Srªs Senadoras e Srs. Senadores: não podemos mais fugir desse debate!

Vejamos, com atenção, o exemplo da Arábia Saudita, país que é dono de assombrosas reservas de petróleo. Seu governo planeja construir, nos próximos cinco anos, instalações capazes de fornecer 6GW de energia solar fotovoltaica. Isso representa, Sr. Presidente, praticamente seis usinas de Furnas. Esse número é igualmente assombroso, pois é quase a soma das potências instaladas das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, as duas grandes usinas do Rio Madeira. O Senador Jorge Viana acabou de falar de alguns problemas que estão acontecendo lá por causa de testes energéticos.

Segundo instituições que se dedicam a projeções de oferta e demanda de energia no mundo, em menos de duas décadas, os sauditas podem atingir o equivalente a mais de uma Itaipu em energia elétrica produzida a partir de energia solar. E nós, com este Brasil imenso, não podemos ficar atrás.

No Brasil, neste mês de setembro, os meios de comunicação noticiaram que, até 2017, o sertão paraibano vai ganhar mais três empreendimentos de energia solar fotovoltaica. Estamos falando, segundo o Atlas Solarimétrico do Brasil, de uma das regiões de maior irradiação solar anual do País.

Por essa razão, o Município de Patos, mais especificamente a cidade de Malta da Paraíba, nobre Senador Cássio Cunha Lima, receberá investimentos da ordem de R\$300 milhões em decorrência da construção de duas dessas usinas pela empresa alemã Conergy.

Em leilão realizado pela Aneel, em agosto passado, a Conergy obteve o direito de construir painéis solares com a capacidade instalada de 54MW, potencialmente capazes de atender, com energia renovável, a carga demandada por quase um milhão de habitantes. A direção da multinacional alemã estima que o valor investido equivalha a quase dez vezes o Produto Interno Bruto (PIB) da pequena cidade de Malta, com cerca de 5,5 mil habitantes, no Sertão da Paraíba.

Sr. Presidente, Sras Senadoras e Srs. Senadores, vejam que impacto positivo para essa pequena cidade e lembrem-se, por favor, de que o nosso potencial de radiação solar equivale a cerca de 20 vezes a atual capacidade instalada de produção de energia elétrica. Será que devemos nos contentar com os planos do setor elétrico, que preveem a instalação de modestos 2GW até 2023, a terça parte do que os sauditas esperam obter em apenas cinco anos? Claro que não, Sr. Presidente.

Pensando em tudo isso, resolvi solicitar à Consultoria Legislativa do Senado Federal um estudo que faça uma reflexão sobre a necessidade urgente de o Brasil apresentar um programa de instalação de painéis fotovoltaicos nas residências e edifícios do Brasil. Por meio desse estudo, pretendo saber quantos painéis solares poderiam ser instalados, anualmente, nos telhados de residências e edifícios do País.

Penso que seria uma verdadeira revolução garantir pelo menos um milhão de tetos solares até 2020, o que pode até parecer muita coisa, mas representa apenas 1,5% de todos os domicílios brasileiros, Sr. Presidente.

Ora, por exemplo, se o Brasil possui um território muito maior do que o da Arábia Saudita, bem como uma média anual de insolação diária muito mais significativa, nós não podemos ficar permanentemente à sombra da nossa matriz energética atual e nos conformar em ver o maior exportador mundial de petróleo movendo-se em direção ao sol.

Sr. Presidente e demais colegas aqui do Senado Federal, estou apresentando uma proposta a este Senado para que nós avaliemos a possibilidade de o BNDES e outros organismos poderem abrir uma linha de crédito que financie a instalação de energia solar nos nossos tetos, que favoreça ao nosso micro e pequeno empresário ter a instalação dessa energia tão importante e barata, desde que tenhamos os equipamentos disponíveis, com qualidade e com preços compatíveis para que o nosso empresário possa investir.

Por isso, Sr. Presidente, eu me solidarizo com o que foi falado aqui pelos nossos colegas que me antecederam sobre a crise energética. E digo que temos solução: o que é preciso é criatividade, o que é preciso é sentarmos e debatermos com atenção esse tema tão importante.

Finalizo este pronunciamento aqui, Sr. Presidente, agradecendo V. Ex^a pela atenção, pela Agenda Brasil e pelo espaço que está nos dando para discutir questões importantes para o nosso País.

E, com relação à nossa querida Embaixadora Isabel, quero dizer que é uma pessoa preparada, que passou uma temporada grande lá na Etiópia, tem uma vasta experiência, e que agora está indo para nos representar na Sérvia e em Montenegro, cumulativamente. Então, é uma Embaixadora preparada, uma mulher de fibra, que passou por nossa oitiva na CRE e fez um sucesso danado. Então, conclamo todos os nossos colegas Senadores a votar "sim" à indicação da nossa Embaixadora Isabel Azevedo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL – AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues. (Pausa.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na semana próxima passada, Senador Ivo Cassol, nós fomos surpreendidos, a nação cristã majoritariamente deste País, Parlamentares, gente do povo, profissionais liberais, uma Nação inteira: o Ministro da Educação criou no seu Ministério, não sei se por falta de conhecimento, má-fé ou pura irresponsabilidade, porque esta Casa e a Câmara dos Deputados rejeitaram colocar, no Plano Nacional de Educação, identidade de gênero.

Eles acharam pouco e correram para os Municípios e Estados. As câmaras, os Estados rejeitaram. Desconhecendo, Sr. Presidente, a posição do Senado da República e da Câmara dos Deputados, o Ministro da Educação criou, no seu gabinete, o comitê de gênero.

Eles esqueceram os portadores de deficiência, os negros, os índios, os nordestinos, os imigrantes, os ciganos. Um comitê de identidade de gênero. Parece uma coisa compulsiva. Eles querem, de todas as maneiras, que, nas escolas deste País seja, de forma acintosa, assaltando a nossa infância, num país combalido moralmente, ensinando homossexualismo nas escolas.

A reação da Frente Parlamentar Mista da Família, dos cristãos deste País, de forma majoritária, e daqueles que querem criar seus filhos... Porque não tem problema nenhum: o Ministro que crie uma outra escola, específica, com identidade de gênero, não tem problema. Agora, querer fazer uma sociedade cristã engolir o que eles querem? Com essa reação da sociedade, ele parece que acordou, ou algum assessor disse a ele que ele estava confundindo as bolas.

Ele, então, anula a portaria, no *Diário Oficial*, e publica a Portaria modificativa 916/2015. Essa nova portaria, então, acaba com o tal comitê de gênero e cria um comitê de combate à discriminação.

Até aí estamos falando a mesma língua. Nesse momento falando a mesma língua, Senador Renan, num país que discrimina nordestinos – nós somos e sabemos bem disso –, portadores de deficiência, negros, índios, ciganos, imigrantes de toda ordem. Lamento muito, não sei se desinformação, porque desinformado não é, mas a má-fé do Ministro. Agradeço a Deus e aplaudo a reação da sociedade brasileira cristã deste País em defesa de valores de família.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a. Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)



Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 52/2015 - Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert (Sérvia e Montenegro)

Indicação da sra. Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Matéria MSF 52/2015

Início Votação 22/09/2015 18:09:39 Término Votação 22/09/2015 18:23:41

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 52/2015 - Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert (Sérvia e Montenegro)

Indicação da sra. Isabel Cristina de Azevedo Heyvaert, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Matéria MSF 52/2015 Início Votação 22/09/2015 18:09:39 Término Votação 22/09/2015 18:23:41

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO
PDT	MG	Zézé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

STM:53

NÃO:2

ABST.: 1

PRESIDENTE:0

TOTAL:56

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – SIM, 53; NÃO, 2.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome da Embaixadora Isabel Cristina de Azevedo para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes. Infelizmente, não consegui fazer o voto aqui, mas voto “sim”, acompanhando o Partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros, Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex.^a

Item extrapauta:

MENSAGEM N° 49, DE 2015

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 49, de 2015, pela qual a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CORTÉS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul. (Parecer nº 762, de 2015-CRE.)

O Relator é o Senador Ricardo Ferraco.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaro encerrada a discussão. As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aproveitar a oportunidade e, mais uma vez, colocar perante o povo do meu Estado de Rondônia essa indignação que nós estamos vivendo pelos apagões do nosso Estado.

Isso é um absurdo. Com a maneira como a gestão está acontecendo nós não podemos pactuar, com essa falta de planejamento. E não é de agora que essa diretoria, que mora no Rio de Janeiro, olhando para Copacabana, olhando para o Cristo Redentor, administra seis Estados da Federação brasileira: o Estado de Alagoas, o Estado do Piauí, Roraima, Amazonas, Acre e Rondônia.

E aqui eu quero fazer justiça, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores: não é culpa, de maneira nenhuma, dos gestores dos Estados. Infelizmente, é falta de gestão da Eletrobras e dos tempos das vacas gordas, na época em que o Governo Federal, a Eletrobras tinha recursos.

E eu falava antes, em um aparte, junto com o Senador Jorge Viana, e eu não consegui concluir.

Então, para quem estava me assistindo naquele instante, a complementação do meu discurso é que a CCC retornava 100% para os cofres da estatal, que é a Ceron do Estado de Rondônia. Por falta de competência e de planejamento, o Estado de Rondônia, a Eletrobras perdeu R\$360 milhões, que interligariam o sistema da Eletrobras, que seria de Presidente Médici, Alvorada, São Miguel, Seringueiras, São Francisco, Costa Marques, Buritis, Campo Novo, Monte Negro e Ariquemes, também Cujubim, Machadinho, Vale do Anari, também Theobroma, chegando em Jaru. É um absurdo a falta de gestão e o prejuízo que está causando.

Fui Governador do Estado de Rondônia. E ao mesmo tempo em que fui Governador do Estado de Rondônia, eu dizia que essas usinas iam passar a linha de transmissão por cima das nossas cabeças e que a energia viria para o Centro-Oeste ou para o Sul, especialmente para São Paulo, e infelizmente não ficaria nada no nosso Estado. E hoje, por falta de planejamento, o sistema, que ainda está fornecendo um pouco da energia de Santo Antônio e Jirau... Então, o sistema em Rondônia é porque ainda foi feito, implantado pela Santo Antônio quando eu era Governador do Estado de Rondônia.

Então, Sr. Presidente, o caos, os apagões no Estado de Rondônia não são culpa dos diretores das estatais dos Estados da Federação, a culpa é da falta de gestão, da falta de comando, da falta de investimento.

Eu não consigo entender, de maneira nenhuma, Sr. Presidente, como diretores, do Rio de Janeiro, conseguem administrar seis Estados ao mesmo tempo. Infelizmente, nós, do Estado de Rondônia, hoje estamos pagando o preço.

Bom, mas agora vão colocar à disposição energia. Mas aí eu pergunto: a energia da Termonorte, que é produzida com óleo diesel, por que não está produzindo hoje? Porque o Governo Federal não paga à Ceron o diesel que tem que reembolsar, e a Eletrobras de Rondônia não paga à distribuidora da Petrobras esse combustível. E resultado: por isso nós ficamos no escuro. Infelizmente, o próprio Governo não se entende, o próprio sistema do Governo Federal não se entende, e o povo do meu Estado, o povo do Acre está pagando a conta.

Então, é inaceitável! A minha indignação é no sistema interligado, a minha indignação é no sistema isolado naquelas cidades, como no distrito de Porto Rolim de Moura, que recebe turistas do Brasil inteiro e que ficou cinco dias sem energia. E aí, a Guascor, que pegou esse contrato, diz que não vai botar motor novo porque daqui a um ano vai entregar este contrato. E a sucessora é a Siemens, se não estou enganado.

Portanto, Sr. Presidente, aqui no Senado, eu quero reiterar a cobrança do povo do meu Estado, o prejuízo que estamos tendo. O Brasil está tendo energia de Santo Antônio e Jirau, e o povo do Estado de Rondônia, infelizmente, está ficando sem essa energia.

Mas por que não está sendo distribuída ao Estado de Rondônia? Porque a Eletrobras tinha de ter feito um bypass, uma subestação que abaixaria a energia das Usinas de Santo Antônio e Jirau para o sistema interligado de Rondônia. E, nesse sistema que foi feito, infelizmente, é pouca energia para abastecer os dois Estados.

Então, a situação hoje é crítica. Vão ligar os motores da Termonorte à custa de quê? Mais uma vez, à custa dos cofres públicos e do povo brasileiro. E a conta, pode ficar tranquilo, povo brasileiro, virá na conta de energia de cada um de vocês que estão consumindo.

Por que isso está acontecendo? Porque não houve planejamento, não houve gestão e não houve um time competente à frente da Eletrobras, para resolver esse problema.

Por isso, Vicentinho, nós estamos passando este caos hoje no Estado de Rondônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero ler aqui alguns itens.

Hoje, uma senhora de mais ou menos 85 anos de idade me entregou no aeroporto este papel e pediu: “Meu filho, eu gostaria muito que o senhor lesse para mim, porque eu já pedi – eu vim hoje cedo ao aeroporto – a alguns Deputados que passaram aqui. Eu lhes dei este papel, e eles olharam e disseram que não iriam ler. Mas eu gostaria que você o lesse para mim”. Eu olhei e falei: “Com certeza eu vou ler.”

Ela escreve aqui: “Pacote econômico do Governo Federal”. E diz: “Este pacote é o verdadeiro ‘me engana que eu gosto [Eu concordo, vovó, com a senhora], arrocha apenas a população.’”

Veja o que ela escreveu:

“O Governo não cortou na própria carne. Cortou na carne da população. Por que não corta [Ela falou a metade, é porque a conta ainda não está boa] a metade dos ministérios, metade dos cargos comissionados, os cartões de crédito corporativos, as dezenas de milhares de telefones celulares do Governo, os milhões de gastos com viagens que nada produzem, os gastos com energia, água, telefone e alimentação nas repartições públicas? O Congresso e o Poder Judiciário também precisam colaborar e cortar na própria carne.

A proposta de aumento de impostos e a volta da CPMF são verdadeiros confiscos no bolso do brasileiro, que já paga uma das maiores cargas tributárias do mundo.

A sociedade não aguenta mais gerar e pagar a conta da crise, que só existe por causa de erros cometidos por este Governo.

Lamentável que o pacote prejudique, mais uma vez [ela é do meu Estado], o Estado do Espírito Santo. Ameaça obras de infraestrutura no Espírito Santo, como a ampliação da BR-342, que liga Nova Venécia a Sooretama, a ampliação do aeroporto...”

Aliás, Sr. Presidente, essa ampliação do aeroporto, eu quero pedir uma explicação ao Ministro Eliseu Padilha. E eu disse, semana passada, Senadora Rose, semana retrasada, que eu faria um pedido de informação a ele, porque ele foi ao meu Estado de forma pomposa, anunciou o recomeço da obra, e lá não tem um ajudante de pedreiro! O meu pedido de informação é para que ele informe qual é a empresa que colocou aquelas máquinas trabalhando, movimentando-se atrás dele e depois sumiram. A informação no Estado é de que aquelas máquinas, os caminhões foram alugados tão somente para o evento, para fazer o cenário.

E a senhora muito lúcida, de 84 anos, disse: “A construção da BR-342, a ampliação do aeroporto, a construção da BR-447, que liga a BR-101, em Cariacica, ao Porto de Capuaba, duplicação da BR-262, e construção do Mestre Álvaro.” Vovó, está lido o que a senhora me pediu. E quero dizer uma coisa à senhora, disse lá no aeroporto e vou reafirmar aqui, para o Brasil, que nos vê: eu concordo em gênero, número e em tudo o mais que a senhora escreveu.

Vivendo num País como este que quer legalizar o jogo... E reafirmo ao Brasil a minha disposição de lutar para que essa indignidade não seja legalizada. Eu só concordo em legalizar o jogo buraco; com o buraco eu concordo, porque legalizaria um buraco para jogar dentro desse buraco esses incompetentes que acabaram com a vida econômica deste País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 49, de 2015 - Octávio Henrique Dias Garcia Cortês (Etiópia)

Indicação do sr. Octávio Henrique Dias Garcia Cortês, Ministro de Segunda Classe do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Etiópia, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Matéria MSF 49/2015 Início Votação 22/09/2015 18:25:07 Término Votação 22/09/2015 18:34:59
Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 49, de 2015 - Octávio Henrique Dias Garcia Cortês (Etiópia)

Indicação do sr. Octávio Henrique Dias Garcia Cortés, Ministro de Segunda Classe do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Etiópia, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.

Matéria MSF 49/2015 Início Votacão 22/09/2015 18:25:07 Término Votacão 22/09/2015 18:34:59

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:53 NÃO:2 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:56

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – SIM, 53; NÃO, 2.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome...

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) —...de Octávio Henrique Dias Garcia Côrtes para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Etiópia.

Será feita comunicação à Presidente da República.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente Renan, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Na votação anterior, se estivesse presente, teria votado “sim” na indicação do Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

Item extrapauta:

PARECER N° 714, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 714, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Antonio Anastasia, sobre o Ofício nº S/75, de 2015 (nº 406/2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

Este parecer teve como Relator o Senador Antonio Anastasia, sobre a indicação do Sr. Carlos Augusto de Barros Levenhagen para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103 da Constituição Federal.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

As Senadoras e os Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Anastasia, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Oposição/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tão somente para prestar aqui, mais uma vez, o meu testemunho da adequação da indicação, pelo Supremo Tribunal Federal, do Desembargador Levenhagen para compor o Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela CCJ e agora submetido ao Plenário. Peço a todos os pares para que, de fato, assim entendendo, manifestem seu apoio a esse grande conterrâneo, que representa as letras jurídicas e a melhor qualidade de homem público do meu Estado, Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

As Senadoras e os Senadores já podem votar. (Pausa.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado, com a palavra V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, na votação anterior, queria dizer que voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Da indicação.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria, quanto às duas primeiras autoridades, eu estava em missão, queria que V. Ex^a considerasse na Ata.

Obrigado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, foram duas votações ou uma votação? Essa é a segunda?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL. *Fora do microfone.*) – Essa é a terceira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ah, Sr. Presidente, então, considere, nas duas votações anteriores, o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex^a, Senador Ronaldo Caiado.

(Procede-se à votação.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Quero consignar meu voto favorável a Isabel Cristina, Embaixadora de Montenegro, e a Octávio Henrique, do Sudão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a. (Pausa.)

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Magno Malta, a Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 714, de 2015 - Carlos Augusto de Barros Levenhagen (CNJ)

Indicação do Senhor Carlos Augusto de Barros Levenhagen para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103 - B da Constituição Federal.

Matéria PAR 714/2015 Início Votação 22/09/2015 18:36:54 Término Votação 22/09/2015 18:43:26

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferrão	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 714, de 2015 - Carlos Augusto de Barros Levenhagen (CNJ)

Indicação do Senhor Carlos Augusto de Barros Levenhagen para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103 - B da Constituição Federal.

Matéria PAR 714/2015 Início Votação 22/09/2015 18:36:54 Término Votação 22/09/2015 18:43:26

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PDT	MG	Zézé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:50 NÃO:3 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:54

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – SIM, 50 votos; 3 votos NÃO.

Houve uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome de Carlos Augusto de Barros Levenhagen para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Constituição Federal.

Será feita a comunicação ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria que V. Ex^a registrasse o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação do Senador Magno Malta.

Item extrapauta:

PARECER N° 713, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 713, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Raimundo de Lira, sobre o Ofício nº S/77, de 2015 (nº 406/2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. BRUNO RONCHETTI DE CASTRO para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

Parecer que teve como Relator o Senador Raimundo Lira, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. Bruno Ronchetti de Castro para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Constituição Federal.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Presidente, eu queria fazer uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Sem revisão do orador.) – Eu tive a honra de ser, como V. Ex^a falou, o Relator do Juiz Bruno Ronchetti de Castro, para o Conselho Nacional de Justiça. Ele recebeu 23 votos “sim”, na Comissão de Constituição e Justiça, e zero voto “não”.

Então, é um jovem, paulista, jovem juiz, que foi indicado para o Conselho Nacional de Justiça. Portanto, eu tive a satisfação de ser o relator e constatei que é um homem que tem uma carreira brilhante, apesar de jovem, e, com certeza, vai desempenhar um bom trabalho no Conselho Nacional de Justiça.

Meu voto é “sim”, e peço a todos os companheiros Senadores e Senadoras que também votem “sim” no nome indicado para o Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Nas votações anteriores, eu estava com tarefa fora da Casa, considere a minha posição aquela que o Partido indicou.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A ata registrará a manifestação de V. Ex^a, Senador Paulo Rocha.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA.) – Eu pediria a V. Ex^a que fizesse constar na ata. Eu não votei no segundo e no terceiro...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A ata registrará, Senador Flexa, a manifestação de V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... indicados, porque estava numa reunião com o Ministro da Saúde, que não houve, porque o Ministro da Saúde foi chamado ao gabinete civil. Acho que é um dos que vão ser afastados amanhã. É o que se comentava lá no Ministério da Saúde, ainda agora.

Então, eu votei o primeiro indicado; no segundo e no terceiro, não.

Só para fazer constar em ata.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Para constar na ata, por gentileza, que, nas três votações anteriores, eu votei “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Antes de conceder a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Bezerra, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente, boa noite.

Sr. Presidente, em função do meu retorno da viagem, eu não pude participar das duas votações anteriores. Peço que registre o meu voto, acompanhando toda a nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada. Três votações anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nas três votações.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Obrigada.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 713, de 2015 - Bruno Ronchetti de Castro (CNJ)

Indicação do Senhor Bruno Ronchetti de Castro para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103 - B da Constituição Federal.

Matéria PAR 713/2015 Início Votação 22/09/2015 18:44:39 Término Votação 22/09/2015 18:48:52
Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 713, de 2015 - Bruno Ronchetti de Castro (CNJ)

Indicação do Senhor Bruno Ronchetti de Castro para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103 - B da Constituição Federal.

Matéria PAR 713/2015 Início Votação 22/09/2015 18:44:39 Término Votação 22/09/2015 18:48:52

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO
PDT	MG	Zézé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:56 NÃO:3 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:60

~~W. H. G.~~ W. H. G.

Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros, Bloco Majoria/PMDB - AL) – SIM, 56; NÃO, 3.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado nome de Bruno Ronchetti de Castro para o Conselho Nacional de Justiça. Será feita a comunicação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Benan Calheiros - Bloco Maioria/PMDB - AL) — Última autoridade

Item extrapauta:

PARÉCFER N° 726, DF 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 726, de 2015, da CCJ, Relator: Senador Marcelo Crivella, sobre o Ofício nº S/76, de 2015 (nº 407/2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO para compor o Conselho Nacional do Ministério Pùblico, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Discussão do parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir o parecer, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT – RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero aqui fazer o registro do manifesto que a CNBB, a OAB e diversas outras entidades que formam o movimento da coalizão pela reforma política democrática e eleições limpas – manifesto esse, inclusive, subscrito por vários Senadores e Senadoras – estão encaminhando à Excelentíssima Senhora Presidenta da República, pedindo à Presidenta que vete o dispositivo do Projeto de Lei nº 5.735, que trata exatamente da questão das doações empresariais a partidos e campanhas.

O manifesto, Sr. Presidente, faz uma convocação:

A Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, que reúne mais de uma centena de organizações da Sociedade Civil, vem manifestar a sua firme posição em favor do voto do PL 5735/2013, no momento submetido à sanção da Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Esta convicção foi fortalecida de maneira definitiva pela decisão, merecedora de aplausos, do Supremo Tribunal Federal, no último dia 17 de setembro, considerando inconstitucional o financiamento eleitoral por empresas. Não só aplaudimos a posição tomada pelo STF, mas esperamos que a palavra do Presidente da Suprema Corte seja mantida: "o julgamento está concluído e válido para as eleições a partir de 2016".

Repudiamos qualquer tentativa de reversão desse resultado da Corte, tendo presente que tal conduta se situa na contramão do sentimento fortemente majoritário do povo brasileiro, expresso em pesquisa de opinião pública recente.

Por esse motivo, a sociedade civil, representada pelas entidades que integram a Coalizão, juntamente com o expressivo apoio das Senhoras e Senhores Senadores que subscrevem esta manifestação, dirige especial apelo à Excelentíssima Senhora Presidente da República no sentido de apor o voto ao referido projeto naquilo que diz respeito ao financiamento empresarial, o que resultará no aperfeiçoando da democracia brasileira.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

Assinam diversas entidades que compõem a Executiva da Coalizão.

Quero só dizer, Sr. Presidente, Senador Renan, que vários Senadores já subscreverem aqui este manifesto, e nós estamos aqui, claro, à disposição de mais outros Senadores e Senadoras que queiram subscrever o manifesto, que vai ser endereçado à Presidenta da República, pedindo o voto na parte da lei que trata do financiamento empresarial a partidos e campanhas.

E dizer, Senador Renan, por fim, que amanhã o movimento será recebido por V. Ex^a, em seu gabinete, ao meio-dia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Lídice, só um segundo.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pois não.

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação da Senadora Ana Amélia.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 726, de 2015 - Valter Shuenquener de Araújo (CNMP)

Indicação do Senhor Valter Shuenquener de Araújo para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130 - A da Constituição Federal.

Matéria PAR 726/2015

Início Votação 22/09/2015 18:49:45 Término Votação 22/09/2015 18:53:46

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 22/09/2015 14:00:40

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antônio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PTB	PE	Douglas Cintra	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO

Senado Federal
55^a Legislatura
1^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 726, de 2015 - Valter Shuenquener de Araújo (CNMP)

Indicação do Senhor Valter Shuenquener de Araújo para compor o Conselho Nacional do Ministério Públíco, nos termos do art. 130 - A da Constituição Federal.

Matéria **PAR 726/2015**

Início Votação 22/09/2015 18:49:45 Término Votação 22/09/2015 18:53:46

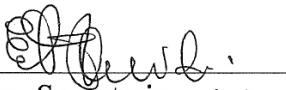
Sessão **165^a Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **22/09/2015 14:00:40**

PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PDT	MG	Zézé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:53 NÃO:4 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:58


 Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – SIM 53; NÃO, 4 votos.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Valter de Araújo...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, conforme orientação do Senador Blairo, o senhor registre o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a. Para compor o Conselho Nacional do Ministério Públíco...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Presidente Renan, Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – V. Ex^a me ouviu registrar os três primeiros votos, mas terminou não me dando oportunidade de completar a votação. Então, eu não pude votar no nome do Sr. Bruno Ronchetti de Castro para o CNJ e queria registrar o meu voto favoravelmente.

Só pude participar dessa última votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, também só para consignar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 1070, DE 2015

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.070, de 2015, do Senador Vicentinho Alves, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2014; 2 e 330, de 2015, por regularem matéria correlata (investimento estrangeiro na aviação civil).

As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento

Encerrada a sessão...

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, só para justificar meu voto na última votação. Não conseguimos chegar a tempo de votar nessa votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação do Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.)



SENADO FEDERAL

Agenda Cumprida pelo Presidente

22/09/2015
terça-feira

11h30 Presidente da CNI, Robson Braga de Andrade

Sala de Audiências

15h30 Reunião de Líderes

Sala de Audiências

16h00 Ordem do Dia

Plenário

19h00 Sessão Conjunta do CN destinada à apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2015, dos Votos Presidenciais nºs 5 a 36, de 2015, dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 2,3 e 4, de 2015, e de outros expedientes

Plenário da Câmara

00100.133084/2015-23 - 00100.133039/2015-79 (VIA 002)
Processo nº _____



SENADO FEDERAL

TERMO ADITIVO DE RATIFICAÇÃO AO CONVÊNIO N° 0012 - 2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O SENADO FEDERAL E O BANCO
BMG S.A., PARA CRÉDITO A
SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO, POR MEIO DE CARTÃO
MAGNÉTICO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília/DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado por sua Diretora-Geral, ILANA TROMBKA, doravante denominado CONVENENTE, e o BANCO BMG S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.186.680/0001-74, representado legalmente neste ato pelos infra-assinados, com sede e foro em São Paulo/SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, Bairro Itaim Bibi, CEP: 04538-133, com seus atos arquivados na JUCESP sob o nº 3530046248-3 em sessão de 11.02.2014, doravante denominado CONVENIADO, ajustam e convencionam a concessão de crédito na modalidade de cartão magnético sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e dos Atos do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e nº 15, de 2014, e nº 3, de 2015, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as Cláusulas que se seguem:

O atual convênio passa a vigorar com a exclusão do PARÁGRAFO QUARTO da CLÁUSULA QUARTA.

Brasília-DF, 24 de setembro de 2015.

Ilana O. M.
ILANA TROMBKA

DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL



00100.133084/2015-23 - 00100.133039/2015-79 (VIA 002)
Processo nº _____



SENADO FEDERAL

Marina Farhat Assunção Souza
NPF: 216

BANCO BMG S.A.

Fabiola Finelli de Azevedo Cambotas

Testemunhas:

DIRETOR DA SADCON

COORDENADOR DA COPLAC



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-13 / PDT-6 / PP-6

Acir Gurgacz	PDT / RO
Ana Amélia	PP / RS
Angela Portela	PT / RR
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Cristovam Buarque	PDT / DF
Delcídio do Amaral	PT / MS
Donizeti Nogueira	PT / TO
Fátima Bezerra	PT / RN
Gladson Cameli	PP / AC
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Ivo Cassol	PP / RO
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Reguffe	PDT / DF
Telmário Mota	PDT / RR
Walter Pinheiro	PT / BA
Wilder Morais	PP / GO
Zeze Perrella	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger	PMDB / SC
Edison Lobão	PMDB / MA
Eunício Oliveira	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho	PMDB / RN
Hélio José	PSD / DF
Jader Barbalho	PMDB / PA
João Alberto Souza	PMDB / MA
José Maranhão	PMDB / PB
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Raimundo Lira	PMDB / PB
Renan Calheiros	PMDB / AL
Ricardo Ferraço	PMDB / ES
Roberto Requião	PMDB / PR
Romero Jucá	PMDB / RR
Rose de Freitas	PMDB / ES
Sandra Braga	PMDB / AM
Sérgio Petecão	PSD / AC
Simone Tebet	PMDB / MS
Valdir Raupp	PMDB / RO
Waldemir Moka	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 15

PSDB-11 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PSDB / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima	PSDB / PB

Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Serra	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves	DEM / SE
Paulo Bauer	PSDB / SC
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
José Medeiros	PPS / MT
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	PSOL / AP
Roberto Rocha	PSB / MA
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi	PR / MT
Douglas Cintra	PTB / PE
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTB / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Vicentinho Alves	PR / TO
Wellington Fagundes	PR / MT

S/Partido - 1

Marta Suplicy	SP
---------------	----

Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco da Maioria	21
Bloco Parlamentar da Oposição	15
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	10
Bloco Parlamentar União e Força	9
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (S/Partido-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
 Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
 Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
 Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 25</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Benedito de Lira (12,16,44) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,49) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (10,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)</p> <p>Líder do PP - 6</p> <p>Benedito de Lira (12,16,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (18)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (11)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (13,26)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (14,15,27) Vanessa Grazziotin (21,28) Randolfe Rodrigues (24,29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7</p> <p>João Capiberibe (1,17)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (14,15,27)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,29)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,28)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (6)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,4)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (51) Telmário Mota (9,34,41,52)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).

12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),,
17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
 Arnaldo Versiani Leite Soares
 Carlos Caputo Bastos
 Carlos Mário da Silva Velloso
 Edson de Resende Castro
 Fernando Neves da Silva
 Hamilton Carvalhido
 Joelson Costa Dias
 José Antonio Dias Toffoli
 José Eliton de Figueiredo Júnior
 Luciana Müller Chaves
 Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
 Márcio Silva
 Marcus Vinicius Furtado Coelho
 Roberto Monteiro Gurgel Santos
 Raimundo Cezar Britto
 Torquato Lorena Jardim
 Geraldo Agosti Filho
 José Rollemberg Leite Neto
 Walter de Almeida Guilherme
 Roberto Carvalho Velloso
 Henrique Neves da Silva
 Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

9) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalírio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mtoa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalírio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (PSB)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 33033511

E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com o cidadão

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Ricardo Vital de Almeida

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

13) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

RQS 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)		
Senador Humberto Costa (PT)		1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)		2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)		3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽²⁾		4. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT) ⁽⁵⁾		5. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		
Senador Eunício Oliveira (PMDB)		1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)		2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)		3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)		4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD) ⁽⁶⁾		5. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senador Antonio Anastasia (PSDB)		1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)		2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)		3. Senador Wilder Morais (PP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)		
Senador Roberto Rocha (PSB)		1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾		2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Douglas Cintra (PTB)		1.
Senador Blairo Maggi (PR)		2.

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) ^(1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) ⁽³⁾	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽²⁾
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁴⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado,leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatadora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (PP)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1. Senador Hélio José (PSD) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
 2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (PP)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.
Notas:	
*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).	
***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).	
****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).	
*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).	
*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).	
1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.	
2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).	
3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).	

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edíson Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) (4)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (9)
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (PP)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾		
Senador Paulo Paim (PT)		1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)		2. Senadora Ana Amélia (PP) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)		4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)		5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾		6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		
Senador Dário Berger (PMDB)		1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)		2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)		3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾		4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾		5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾		2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾		3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)		
Senador João Capiberibe (PSB)		1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)		2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Magno Malta (PR)		1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)		2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).
- ****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).
- 1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).
- 3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).
- 4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (PP)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
VAGO ⁽¹⁵⁾	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
 2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RJSF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).	
***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).	
*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).	
*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).	
*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).	
1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)	
2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).	
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)	
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).	
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).	
6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).	
7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)	

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (PP)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).	
****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).	
*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).	
*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).	
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).	
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).	
3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).	
4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).	
5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.	
6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).	
7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/2015-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).	

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
1.	
2.	
3.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
1.	
2.	

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 11h:30min -

Telefone(s): 61 33032024

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
	(/)

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 20/12/2013

2^a Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
 2^a Designação: 21/03/2012
 3^a Designação: 11/03/2013
 4^a Designação: 26/03/2014
 5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - PP/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evarir de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evarir de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 61 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO (17)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. Rosângela Curado - MA (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)

Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)

Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)

Deputado Sandro Alex (PPS/PR)

Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

VAGO

SENADO FEDERAL

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)

Senador Jorge Viana (PT/AC)

Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

Senador Blairo Maggi (PR/MT)

VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTES
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256

Fax: 3303-5260

saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

**Edição de hoje: 248 páginas
(O.S. 13167/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

